

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA

CAMILA KAHLAU

**O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS
TURÍSTICOS SOB A PERSPECTIVA DO CONCEITO DE
AGENCIAMENTO**

DISSERTAÇÃO

CURITIBA
2014

CAMILA KAHLAU

**O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS
TURÍSTICOS SOB A PERSPECTIVA DO CONCEITO DE
AGENCIAMENTO**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Tecnologia, do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Área de concentração: Tecnologia e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Décio Estevão do Nascimento.

CURITIBA
2014

ao querido dindo...

AGRADECIMENTOS

À mãezinha querida que me acolheu durante essa etapa com todo seu amor; à Juju que compreendeu minhas ligações silenciosas e mal-humoradas; a papai que mesmo sem entender exatamente o que significa tudo isso, contribuiu geneticamente com disciplina e determinação.

Aos amigos, Lílian pela confiança, Narjara pelos momentos de descontração, Sarah pelos frutíferos encontros, Belle pela amizade deleuziana, Ana pelo companheirismo, Kátia pela alegre companhia, Zé pelas mensagens Zen, Rodrigo pela generosidade, e à Ana Júlia pela sempre lealdade e prontidão goiana de ajudar. Ao Evandro pelo cavalheirismo, apoio, carinho, serenidade e conforto.

Ao meu orientador, pela tolerância, confiança e encaminhamentos. Não poderia haver orientação mais agradável e honrosa. Mesmo sem saber aonde chegaríamos ao certo, caminhamos curiosamente e prazerosamente pela vislumbrada filosofia.

Aos Observatórios, na pessoa da Marília que, me acolhendo em um de seus projetos, possibilitou meu crescimento pessoal, profissional e amadurecimento intelectual sobre a temática da sustentabilidade.

Ao PPGTE que abriu a oportunidade de estudos, reflexões e conhecimento sob uma perspectiva científica ainda não imaginada. À Faimara pelas instruções acadêmicas e gentilezas.

RESUMO

KAHLAU, Camila. **O desenvolvimento sustentável de territórios turísticos sob a perspectiva do conceito de agenciamento**. 2014. 143 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) - Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

A regionalização do turismo, adotada pelo Ministério do Turismo como política nacional de desenvolvimento da atividade, apresenta diretrizes operacionais para orientar sua implementação. O presente trabalho tem como objetivo central analisar aspectos da sustentabilidade de territórios turísticos, nesse conjunto de passos operacionais do Programa de Regionalização do Turismo, sob a perspectiva do conceito de agenciamento. Em um primeiro momento é realizado um alinhamento entre o tema da sustentabilidade e o conceito de agenciamento, elaborado por Gilles Deleuze e Félix Guattari. Esta etapa inicial, de alinhamento, permite a identificação dos aspectos *processual*, *problematização* e *técnica* como critérios passíveis de análise nos documentos do Programa de Regionalização. Os referidos documentos são constituídos por nove módulos operacionais e um material conceitual sobre a sustentabilidade. Neste sentido, em termos metodológicos, a pesquisa pode ser classificada como aplicada quanto a sua finalidade e exploratória quanto aos seus objetivos. Os dados empregados são secundários e foram coletados por meio de pesquisa bibliográfica e documental. As técnicas de análise dos dados são predominantemente qualitativas, com foco na análise de conteúdo e nas suas técnicas de análise temática e de enunciação. O resultado da pesquisa mostra, por um lado, que a regionalização do turismo é uma proposta promissora quando sugere o agrupamento de territórios similares, como meio de favorecer aos municípios maior êxito na atividade turística. Por outro lado, porém, infere-se que a aplicação desse processo nos moldes sugeridos pelo MTur, por meio dos módulos operacionais do Programa de Regionalização, carece de amadurecimento no que tange, principalmente, à adoção de técnicas inovativas e criativas de planejamento e gestão que, considerando as diferentes realidades dos territórios nacionais, possam estimular a potência de ação dos territórios.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável. Território Turístico. Agenciamento.

ABSTRACT

KAHLAU, Camila. **The Sustainable Development of touristic territories, from the perspective of the concept of arrangement.** 2014. 143 f. Dissertation (Master's Degree in Technology) – Graduate Program in Technology, Federal Technological University of Paraná, Curitiba, 2014.

The regionalization of tourism, adopted by the Ministry of Tourism as the activity's development national policy, presents operational guidelines to direct its implementation. The present work has as its main goal to analyze aspects of the sustainability of touristic territories, inside those Tourism Regionalization Program operational steps, from the perspective of the concept of arrangement. First, it is presented an alignment of the sustainability subject and the concept of arrangement, developed by Gilles Deleuze and Félix Guattari. This lining up initial step allows the identification of *procedural*, *problematizational* and *technical* aspects as potential criteria for analysis in the Regionalization Program's documents. Those documents consist of nine operational modules and one conceptual material about sustainability. In that sense, methodologically speaking, the research can be classified as *applied* regarding its purpose and *exploratory* regarding its objectives. The data used are secondary and were collected through literature and document search. The data analysis techniques are predominantly qualitative, focusing on content analysis and its thematic and enunciation techniques. The results of this reasearch show, on one hand, that the regionalization of tourism is a promising proposal when it suggests grouping similar territories as a way of encouraging municipalities to achieve greater success in tourism. On the other hand, however, it implies that the application of this process in the manner suggested by the Ministry of Tourism, through the operational modules of Regionalization Program, lacks maturity with regard mainly to the adoption of innovative and creative planning and management techniques which, considering the different realities of the national territory, can stimulate the power of action of the territories.

Key-words: Sustainable Development. Touristic territory. Arrangement.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Linha do tempo do conceito desenvolvimento sustentável.....	28
Figura 2 – Agenciamento e suas orientações.....	39
Figura 3 – Níveis de Planejamento que compõem o Plano Estratégico	119

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Etapas de pesquisa.....	22
Quadro 2 – Padrões de crescimento.....	31
Quadro 3 – Dimensões do desenvolvimento sustentável.....	32
Quadro 4 – Participação do Estado na atividade turística no Brasil.....	70
Quadro 5 – Operacionalização metodológica.....	82
Quadro 6 – Critérios para análise dos aspectos.....	92
Quadro 7 – Síntese dos resultados	132

LISTA DE SIGLAS

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IISD	Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável
MTur	Ministério do Turismo
NU	Nações Unidas
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONU	Organização das Nações Unidas
PCTS	Programa de Certificação do Turismo Sustentável
PIB	Produto Interno Bruto
PDITS	Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
PNMT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PROMESO	Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais
RINTUR	Roteiro de Informações Turísticas
SEBRAE	Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas
TGS	Teoria Geral dos Sistemas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	TEMA	12
1.2	DELIMITAÇÃO DA PESQUISA	15
1.3	PROBLEMA E PREMISSAS	16
1.4	OBJETIVOS	18
1.4.1	Objetivo geral	18
1.4.2	Objetivos específicos	19
1.5	JUSTIFICATIVA	19
1.6	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	21
1.7	EMBASAMENTO TEÓRICO	22
1.8	ESTRUTURA	23
2	SUSTENTABILIDADE SOB A PERSPECTIVA DE AGENCIAMENTO	25
2.1	SUSTENTABILIDADE	26
2.1.1	Desenvolvimento sustentável	28
2.2	AGENCIAMENTO	34
2.1.2	Ciência nômade e rizoma	34
2.1.3	Agenciamento	38
2.1.4	Território	41
2.2	DIÁLOGOS ENTRE SUSTENTABILIDADE E AGENCIAMENTO	44
2.2.1	Enunciados	44
2.2.2	Partilha	47
2.2.3	Problematização	50
2.2.4	Processual	53
2.2.5	Técnica	55
3	POLÍTICA E PLANEJAMENTO TURÍSTICO	60
3.1	O TURISMO	60
3.2	TERRITÓRIO TURÍSTICO	63
3.3	A PARTICIPAÇÃO DO PODER PÚBLICO NO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO BRASIL	68
3.4	MÉTODOS E ENFOQUES DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO TURISMO	74
3.4.1	Planejamento Estratégico do Turismo	76
3.4.2	Planejamento Sustentável do Turismo	77
3.4.3	Planejamento Integral	78
3.4.4	Gestão Territorial Participativa	78
3.4.5	Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Turístico Sustentável	79

3.4.6	Gestão Organizacional Estratégica para o Desenvolvimento Sustentável (SiGOS)	79
3.4.7	Modelo híbrido PEC/SiGOS.....	80
4	METODOLOGIA DA PESQUISA	81
4.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	81
4.2	COLETA E TIPOLOGIA DOS DADOS	82
4.2.1	Seleção dos documentos	83
4.3	TÉCNICAS DE ANÁLISE	89
4.3.1	Categorias de análise.....	91
5	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	93
5.1	Programa de Regionalização do Turismo	93
5.2	Conteúdo Fundamental - Turismo e sustentabilidade.....	94
5.2.1	Processual	96
5.2.2	Problematização	100
5.2.3	Técnica	102
5.3	Módulo 1 – Sensibilização e Módulo 2 – Mobilização	105
5.3.1	Processual	105
5.3.2	Problematização	107
5.3.3	Técnica.....	109
5.4	Módulo 3 – Institucionalização da Instância de Governança Regional	111
5.5	Módulo 4 – Elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional e Módulo 5 – Implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional.....	113
5.5.1	Processual	113
5.5.2	Problematização	116
5.5.3	Técnica	118
5.6	Módulo 6 – Sistema de Informações Turísticas do Programa.....	121
5.7	Módulo 7 – Roteirização Turística e Módulo 8 – Promoção e Apoio à Comercialização	124
5.7.1	Processual	125
5.7.2	Problematização	127
5.7.3	Técnica	128
5.8	Síntese dos resultados	131
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	133
	REFERÊNCIAS	137

1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo são apresentados, o tema na seção 1.1; as delimitações da pesquisa em 1.2; o problema e sua premissa em 1.3; os objetivos geral e específicos em 1.4; a justificativa em 1.5; as propostas de procedimentos metodológicos em 1.6; o embasamento teórico em 1.7; e por fim a estrutura geral do trabalho em 1.8.

1.1 TEMA

O turismo se apresenta como um dos negócios mais lucrativos do mundo, movimentando bilhões de dólares por ano; gera empregos e desenvolve regiões das mais diversas. A Organização Mundial do Turismo (OMT), agência especializada das Nações Unidas (NU), apontou o ano de 2012 como um marco histórico: mais de um bilhão de turistas viajou o mundo num único ano, e de cinco a seis bilhões devem ter viajado dentro de seu próprio país. Desta movimentação internacional, 534 milhões de turistas passaram pela Europa; 234 milhões pela Ásia e Pacífico; 163 milhões pelas Américas; 53 milhões pela África e 52 milhões passaram pelo Oriente Médio. A OMT (2012) divulga que, apesar das limitações econômicas, as receitas cresceram tanto quanto as chegadas, para a estimativa de US\$ 1,075 bilhões de receitas geradas em 2012, todas as regiões apresentaram um significativo aumento - mesmo que as receitas do Oriente Médio continuem em queda (-2%), foi notada uma clara recuperação em relação ao declínio de 14% registrado em 2011¹ (ORGANIZAÇÃO..., 2013).

A OMT indica ainda que o turismo gera de 6 a 8 por cento do total de empregos no mundo, além de ser uma das atividades econômicas que menos investimento demanda. Em contexto nacional, o Ministério do Turismo (MTur) divulgou, por meio do Plano Nacional de Turismo 2007/2010, que em 2007 a atividade representava a quinta posição na geração de divisas em moedas estrangeiras, e disputava a quarta posição com a exportação de automóveis. Em 2006 as 80 principais empresas do setor, com o faturamento de R\$ 29,6 bilhões, alcançaram um crescimento de 29% em relação ao ano de 2005 (MINISTÉRIO..., 2007/2010). Dessa forma, tanto para o MTur quanto para a OMT, o turismo representa uma atividade fundamental para o crescimento da economia, não somente por sua contribuição ao

¹ As Américas apresentaram um crescimento de 7%, seguidas da Ásia e Pacífico com 6%, África com 5% e por penúltimo a Europa com 2%.

Produto Interno Bruto (PIB), mas também pelo seu potencial de gerar empregos, ocupação e renda, com impactos positivos na qualidade de vida da sociedade (MINISTÉRIO..., 2007/2010; ORGANIZAÇÃO..., 2013).

Motivados pelos potenciais expostos, territórios² que vivenciaram momentos de estagnação ou depressão econômica por conta de fatores diversos como crises agrárias, optaram, entre outras medidas, pela atividade turística para tentar inverter esse cenário e alavancar o desenvolvimento da região. Como foi o caso do projeto “Rede Europeia de Turismo de Aldeia”, que recebeu o prêmio de inovação - *Ulysses Prize*, promovido pela OMT. O projeto consiste numa parceria entre cinco regiões da Europa, que apresentavam semelhantes dificuldades em termos de desenvolvimento devido ao isolamento, degradação das atividades econômicas, alta taxa de desemprego, e desertificação humana decorrente de uma população envelhecida e da evasão dos jovens para os centros urbanos (RODRIGUES; RODRIGUES, 2009).

Exemplos como esse e documentos como os citados da OMT e MTur, reforçam a capacidade que a atividade turística tem de gerar divisas, empregos e desenvolvimento para uma região. No entanto, o que representa o desenvolvimento? Quais indicadores caracterizam o progresso de uma sociedade? Este questionamento que não é recente, pois teve seu início nas décadas de 50 e 60, foi responsável por gerar entendimento a respeito da sustentabilidade, um conceito que contribuiu para, principalmente, incluir ao crescimento econômico outros determinantes para qualidade de vida, desenvolvimento e progresso (HARDI; ZDAN, 1997). Reflexão que foi se estendendo a praticamente todas as atividades pertinentes ao sistema humano, a fim de reduzir impactos sociais e ambientais observados.

Dessa forma, decorrente de um significativo aumento da oferta turística brasileira, impulsionado pela acumulação de capital e a políticas públicas que passaram a incentivar e viabilizar os produtos turísticos (CANDIOTTO, 2010), foi visualizada a necessidade de produzir conhecimento para orientar a atividade turística por procedimentos mais adequados ao novo modelo de desenvolvimento pautado em aspectos de sustentabilidade. Iniciativa que só foi registrada a partir da década de 1995 quando, mobilizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), realizou-se a Primeira Conferência sobre Turismo Sustentável, na qual a principal preocupação era também a falta de alinhamento das iniciativas privadas às questões ambientais (BENI, 2006).

² A presente pesquisa dedica um item específico, 2.1.4 Território, para discorrer sobre a noção de território com base em elementos pertinentes ao conceito de agenciamento, sendo posteriormente dedicada uma seção, 3.1 Território Turístico, para relacionar o território à atividade do turismo.

Autores (TULIK, 2010; SOLHA, 2010) afirmam que apesar dos avanços, as pesquisas sobre Turismo Sustentável ainda são marcadas por uma grande variedade conceitual e de abordagens. Primeiramente porque o estudo do turismo não é restrito aos acadêmicos da área, já que especialistas de outros campos do conhecimento se debruçam sobre diversos aspectos da atividade, dificultando assim uma concepção científica homogênea (TULIK, 2010). Em adição, a sustentabilidade apresenta semelhante contexto antagônico de abordagens, o que possibilita, entre tudo, seu uso interessado e inapropriado por parte daqueles que promovem o turismo (ALMEIDA, 2010). Para Almeida (2010), os princípios básicos do desenvolvimento sustentável de práticas turísticas podem ser facilmente desvirtuados, “conforme as características dos processos de desenvolvimento dos produtos que se implementam” (ALMEIDA, 2010, p. 38). Ou ainda, como ressalta Beni (2003), o foco da sustentabilidade no turismo facilmente recai sobre a dimensão ambiental, sem levar em conta as demais dimensões existentes.

Em decorrência disso, autores como Almeida (2010) já visualizam se desligar do conceito de desenvolvimento sustentável para buscar maior aplicabilidade dos valores contidos nele. Na contramão, Candiotto (2009) acredita que o entendimento de turismo sustentável possa ser ampliado por meio do estabelecimento de relações mais próximas entre a teoria e a prática, uma vez que, na maioria dos casos, o termo está pautado no ideal e não no real. Alinhado à última perspectiva, e também corroborando Silva (2008) quanto à multidisciplinaridade que envolve o conceito de desenvolvimento sustentável, o presente trabalho acredita ser importante a busca de entendimentos amadurecidos em diferentes campos do conhecimento para dialogar com o tema. Sob tal perspectiva, um dos objetivos da pesquisa é aproximar reflexões pertinentes à filosofia contemporânea, principalmente no que tange ao conceito de agenciamento elaborado por Gilles Deleuze e Félix Guattari, para estimular sua potência de ação.

Vale ressaltar que a presente pesquisa não tem como ambição reconstruir o conceito de desenvolvimento sustentável, ou criar nova teoria para dar conta das pretensões do conceito já amadurecido. Como bem destacado por Veiga (2006, p. 14) em seu trabalho sobre o tema, nada disso significa, portanto, “que a noção tenha pouca utilidade. Ao contrário, deve ser entendida como um dos mais generosos ideais surgidos no século passado, só comparável talvez à bem mais antiga ideia de justiça social”.

Neste sentido, tendo em vista a importância das reflexões sobre o desenvolvimento territorial do turismo, após a aproximação dos conceitos de agenciamento e desenvolvimento sustentável, este estudo buscou mapear aspectos da sustentabilidade de territórios turísticos,

sob a perspectiva do conceito de agenciamento, no Programa de regionalização do Turismo do Ministério do Turismo.

1.2 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

Para delimitação da pesquisa, quanto aos conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, ambos são vistos como uma construção teórica que se fundamenta em bases socioeconômicas e políticas, decorrente de “antecedentes técnicos e conceituais que prepararam o mundo das ideias para a consolidação de uma determinada concepção” (BUARQUE, 2008, p. 58). A concepção diz respeito a um novo modelo de desenvolvimento que preconiza a harmonização entre os objetivos sociais e econômicos com uma gestão ecologicamente prudente dos recursos ambientais (SACHS, 1993). Para as dimensões de desenvolvimento sustentável, foi utilizada a proposta mais madura de Sachs (2008), pela representatividade que o autor possui na temática, bem como da abrangência que a mesma apresenta. Demais tratativas são apresentadas na seção 2.1 sobre sustentabilidade, e em seu item específico, 2.1.1 - Desenvolvimento Sustentável.

A respeito do conceito de agenciamento, elaborado por Gilles Deleuze e Félix Guattari (DELEUZE; PARNET, 1998, DELEUZE; GUATTARI, 1992), o mesmo foi selecionado, entre tantos outros conceitos divulgados pelos filósofos, pela recorrente utilização em campos como a geografia, psicologia e pedagogia, fato que torna sua aplicação facilitada. Além disso, o conceito disponibiliza entendimentos sobre devires, problematização e técnicas, que possibilitam amadurecer aspectos de sustentabilidade, principalmente no que tange à sua operacionalização. As características desse conceito são expostas na seção 2.2 – Agenciamento.

O fenômeno do turismo, quando introduzido na pesquisa ao longo do capítulo 3 – Planejamento turístico, apresenta também suas próprias delimitações. Primeiramente, as bases conceituais sobre o tema mostram que o turismo se refere a uma atividade dependente da relação entre serviços, estruturas e atores que compõem o sistema turístico. E como qualquer atividade econômica, provoca impactos positivos e negativos nos sistemas humanos e ambientais. Para Sampaio (2007), dentre os impactos negativos situa-se o fato que a lógica predominante no setor turístico é a privatização de lucros de curto prazo e a socialização dos prejuízos socioambientais de médio e longo prazos. Neste sentido, igualmente foi delimitado que as demais considerações realizadas ao longo do capítulo, sobre território e planejamento,

consideram tal característica contraditória do turismo, veemente levantada por Coriolano (2006). Para a autora, o turismo produz contradições “ao se propor ao desenvolvimento local, preservar lugares, e proteger as culturas, obtendo, ao contrário, a transformação em mercadoria, massificação das culturas, atendendo as necessidades dos que vem de fora em detrimento dos que ali habitam” (CORIOLANO, 2006, p. 371).

Ademais, ampliando a abordagem de autores como Boullón (2002), que pela noção de planejamento físico, visualizam somente a organização espacial dos elementos físicos que compõe o sistema turístico, a presente pesquisa privilegiou abordagens que tratassem o desenvolvimento territorial. Para dar conta dos aspectos sociais ou políticos intrínsecos ao território, já que território turístico “se refere às relações de poder entre indivíduos, grupos sociais, instituições públicas e firmas privadas, que, por sua vez, se apresentam como principais atores no processo de transformação do espaço” (CANDIOTTO, 2007, p. 158). Entendimento este, que vai sendo amadurecido desde o item 2.2.1 – Território, específico ao conceito de agenciamento e finalizado ao longo da seção 3.1 – Território turístico, no qual já é feita sua relação com a atividade turística. Cabe ressaltar que foram priorizadas as abordagens que não fizeram distinções entre o espaço urbano ou rural, visualizando o desenvolvimento do território turístico de maneira geral.

Por fim, Hall (2004) cita que entre as funções do Estado no desenvolvimento do turismo, constam: coordenar, planejar, legislar e regulamentar, empreender, incentivar, promover o turismo social, bem como proteger os interesses públicos. Para tanto, a pesquisa analisou, sobretudo, aspectos da função de planejamento do desenvolvimento do turismo. E planejamento, por sua vez, é visto como um conjunto de instrumentos técnicos e interesses políticos (BUARQUE, 2008), que visam estabelecer um curso de ação que conduza à obtenção de uma situação desejada (MOLINA, 2005).

1.3 PROBLEMA E PREMISAS

Vale (2004) apresenta alguns exemplos de projetos desenvolvidos pelo Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e entidades parceiras, de criação de territórios produtivos no Estado de Minas Gerais. Entre eles está o produto turístico Estrada Real, que visa resgatar caminhos de incursões ocorridos basicamente no território mineiro a partir do século XVII, que tinham a finalidade de capturar índios, encontrar ouro e pedras preciosas. O projeto consiste em gerir dois caminhos principais, o “velho”, que liga

Diamantina a Parati, e o “novo”, que liga Ouro Preto ao Rio de Janeiro, abrangendo no total 1.410 quilômetros e 177 municípios dispostos entre os estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro (VALE, 2004).

A autora apresenta o projeto como sendo “das mais ambiciosas tentativas, em curso no país e no mundo, de criação de uma identidade territorial a partir de elementos até então pulverizados, não reconhecidos explicitamente ou não valorizados pela população local ou nacional” (VALE, 2004, p. 309). No entanto, ao levantar os desafios para a execução do projeto, chama atenção que um deles consiste na “necessidade de se gerar, no espírito da população local, um senso de identidade comum, hoje bastante tênue [...]” (VALE, 2004, p. 311) que, segundo a autora, garantirá a implementação de uma estratégia de desenvolvimento. Quando a autora diz ser preciso gerar um senso de identidade, fica evidente que, com o passar de quase quatro séculos, muito daquele espaço ocupado pelos 177 municípios sofreu grandes transformações de natureza social, política, econômica e cultural, que faz sua população não mais se identificar com um espaço de características tão longínquas.

O mesmo ocorre quando a autora apresenta o projeto Circuito Turístico da Serra da Canastra, e entre os desafios a serem superados para o sucesso deste território produtivo, destaca-se: “ajudar a forjar uma personalidade territorial, capaz de divulgar a região e seus produtos para todo o país e no exterior” (VALE, 2004, p. 317). Será que essa abordagem é aderente àquelas premissas de sustentabilidade que dizem respeito ao desenvolvimento endógeno? Segundo Candiotta (2009) e Coriolano (2006), o que ocorre na maioria dos projetos turísticos é a transformação da cultura como pastiche quando toda sua dinamicidade e constante transformação são desconsideradas em prol de um discurso equivocado referente à conservação cultural. De um lado há a possibilidade de se criar um produto turístico, de outro lado estão comunidades que não se identificam com tal produto e, por isso, podem até não estar interessados em seu desenvolvimento. Situações como estas são rotineiras no cenário do turismo, quando muitos projetos são criados por gestores públicos ou privados que além de não considerarem aspectos temporais, espaciais e culturais de um território em potencial, também não incluem as comunidades no processo de tomada de decisão. Buscando, posteriormente, “gerar” um senso de identidade comum na população a fim de envolvê-los no desenvolvimento do projeto.

Equívoco decorrente de um processo de planejamento para o desenvolvimento de territórios turísticos que não considera, por exemplo, aspectos da dimensão política de sustentabilidade – democracia plena; nem da dimensão cultural que se refere ao desenvolvimento endógeno. Institutos nacionais e internacionais, governos, empresas e

pesquisadores propõem projetos que, mesmo apresentando metas alinhadas com valores pertinentes a outras dimensões de sustentabilidade, não preveem a participação na construção destas metas com a comunidade envolvida. De acordo com Souza (2000), a definição dos meios pode até ser assessorada por pesquisadores e especialistas, mas, sobre os fins, estes devem ser definidos pela sociedade.

Percebe-se, portanto, a falta de liberdade e autonomia do território em expressar sua própria identidade, necessidades e aspirações, construindo seu próprio processo de desenvolvimento, e entendimento do que é ser sustentável. Apoiada então na análise crítica apresentada, e utilizando-se de aspectos específicos ao conceito de agenciamento para avançar na discussão sobre a participação social no processo de tomada de decisão, entre demais elementos pertinentes à sustentabilidade, a pesquisa se orientou pelo seguinte problema de pesquisa:

Até que ponto aspectos da sustentabilidade de territórios turísticos, sob a perspectiva do conceito de agenciamento, são contemplados no Programa de Regionalização do Turismo, proposto pelo Ministério do Turismo?

1.4 OBJETIVOS

Nesta seção são apresentados os objetivos geral e específicos da pesquisa, relativos ao problema identificado anteriormente.

1.4.1 Objetivo geral

Analisar aspectos da sustentabilidade de territórios turísticos, sob a perspectiva do conceito de agenciamento, no Programa de Regionalização do Turismo, proposto pelo Ministério do Turismo.

1.4.2 Objetivos específicos

1. Examinar a sustentabilidade sob o ponto de vista do conceito de agenciamento;
2. Inventariar aspectos resultantes do alinhamento entre sustentabilidade e agenciamento, passíveis de análise nas diretrizes operacionais do Programa de Regionalização do Turismo;
3. Verificar, nos documentos pertinentes às diretrizes operacionais do Programa de Regionalização do Turismo, a aderência ou não dos aspectos de sustentabilidade inventariados.

1.5 JUSTIFICATIVA

O tema da sustentabilidade prevê intrinsecamente um olhar holístico sobre as questões da sociedade (HARDI; ZDAN, 1997), basta observar a diversidade de dimensões trabalhadas por autores como Sachs (2008). No entanto, alguns projetos ditos “sustentáveis” estão na contramão deste direcionador sistêmico, apresentando soluções meramente técnicas a problemas diversos, como se cada problema já tivesse seu correspondente técnico que, uma vez aplicado, soluciona de imediato tal problema. Esta resolução técnica é muitas vezes explorada sem contextualização das relações sociais, causando paradoxos nas políticas de sustentabilidade pela falta de um pensamento sistêmico (SOUZA, 2000; FLORIT, 1999). Observando a orientação interdisciplinar do programa de pós-graduação, no âmbito do qual a presente pesquisa foi desenvolvida, e considerando a questão apresentada acima, buscou-se, por meio da aproximação da filosofia às questões da sustentabilidade, elucidar aspectos da própria temática para reforçar sua capacidade sistêmica de solucionar problemas.

Nos estudos sobre o turismo, autores como Anjo et al. (2010) também acreditam que a discussão sobre turismo sustentável sugere um olhar interdisciplinar em virtude de sua complexidade, bem como da própria característica sistêmica e holística que ambos temas possuem. Neste sentido, a presente pesquisa se faz aderente ao Programa de Pós-Graduação em Tecnologia que, de forma interdisciplinar convida olhar as intervenções técnicas/tecnológicas não sob um foco neutro, mas constituído pelas relações sociais. Para a linha de pesquisa de Tecnologia e Desenvolvimento, buscou-se contribuir com sua proposta de desenvolvimento regional para além das motivações imediatas de produtividade e geração

de renda, enfatizando o próprio conjunto de valores que a sustentabilidade disponibiliza (UNIVERSIDADE..., 2012).

Apesar da relevância da sustentabilidade, autores, como Almeida (2010) e Souza (2000), já argumentam sobre certa desconstrução do tema, talvez porque, mesmo tendo sido concebido há mais de 30 anos, o meio ambiente continua sofrendo alterações forçadas em sua biodiversidade; o meio social continua apresentando altos níveis de desigualdades, miséria e mortalidades; e a sustentabilidade, foi transformada em rótulo estratégico para a promoção do setor público e aumento de lucratividade do setor privado. Em parte, o presente trabalho vai ao encontro desta reflexão. No entanto, acredita-se que entendimentos amadurecidos sobre a sustentabilidade ainda são eficazes para orientar novos modelos de desenvolvimento. As abordagens críticas em relação ao tema serviram para compreender que a sustentabilidade não deve ser vista apenas como um adjetivo que se define por si só, seu sentido é amplo e engloba muitas variáveis que precisam ser consideradas e explicitadas.

Contudo, faz-se necessário esmiuçar ao máximo a noção de sustentabilidade, para não se transformar num discurso vago que abre brechas para servir de rótulo estratégico para empreendimentos (ALMEIDA, 2010), e que não problematiza o modelo social capitalista (SOUZA, 2000). Dessa forma, o conteúdo teórico do presente trabalho apresenta um equilíbrio entre os discursos que refutam ou romantizam a sustentabilidade, buscando se aproveitar das reflexões amadurecidas para tornar a temática mais operacional e efetiva.

De acordo com Hardi e Zdan (1997), desenvolvimento sustentável não representa um estado fixo de harmonia, sendo, pelo contrário, um processo contínuo de evolução das questões relativas às gerações correntes, entendimento que consolida o termo como uma base de valores. O desenho de um mundo sustentável, a escolha e a definição de, até que ponto determinadas características precisam ser sustentadas, irão depender da construção desse conjunto de valores. Valores que mudarão com o tempo e que irão variar dentro de comunidades e de lugar para lugar. O estudo sobre o conceito de agenciamento, proposto por Gilles Deleuze e Félix Guattari, é capaz de elucidar estas e outras premissas sobre sustentabilidade, que por vezes são enfraquecidas em projetos que objetivam aplicar o conceito.

Ademais, essa pesquisa se justifica pela importância de se buscar avanços contínuos no entendimento de “como” atingir o desenvolvimento sustentável. Método que, indiretamente, é apontado por Deleuze como um convite à problematização, à partilha.

1.6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Em termos de procedimentos metodológicos, essa pesquisa, de natureza científica aplicada, exploratória e descritiva em termos de seus objetivos específicos, qualitativa em relação à abordagem do problema, fará uso de diferentes técnicas, como da análise de conteúdo e das pesquisas bibliográfica e documental.

As pesquisas do tipo exploratórias “[...] têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses” (GIL, 2002, p. 41). Neste sentido, é considerada uma variedade maior de aspectos relativos ao objeto de pesquisa, permitindo um refinamento das ideias e intuições. Já as pesquisas do tipo descritivas objetivam caracterizar determinada população ou fenômeno e estabelecer relações entre as variáveis (GIL, 2002).

Quanto às técnicas de pesquisa, serão utilizadas ferramentas relacionadas ao método de análise de conteúdo, que pode ser definida como um “conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 2011, p.44). A pesquisa também recorrerá à documentação indireta por meio da pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. Segundo Marconi e Lakatos (2010), a pesquisa bibliográfica consiste em um levantamento dos principais trabalhos já realizados de importante relevância que são capazes de oferecer dados atualizados e pertinentes ao tema. A pesquisa documental, por sua vez, restringe-se a coleta de dados por meio de documentos, escritos ou não.

Demais informações a respeito da metodologia e procedimentos metodológicos empregados ao longo da pesquisa, são apresentadas no capítulo 4 – Metodologia da Pesquisa. Em relação às etapas da pesquisa, as mesmas são apresentadas no quadro 1.

Etapas da pesquisa	Detalhamento
1. Pesquisa bibliográfica	<ul style="list-style-type: none"> - Mapeamento dos principais conceitos base ao entendimento da sustentabilidade, desenvolvimento sustentável, planejamento turístico e território turístico; - Identificação das fontes referenciais ao conceito de agenciamento de Gilles Deleuze e Félix Guattari.
2. Correlação entre agenciamento e sustentabilidade	<ul style="list-style-type: none"> - Identificação dos aspectos de agenciamento para dialogar com sustentabilidade; - Construção da correlação; - Definição dos aspectos <i>processual, problematização e técnica</i>.
3. Pesquisa documental	<ul style="list-style-type: none"> - Descrição das diretrizes operacionais do Programa de Regionalização do Turismo.
4. Análise dos aspectos	<ul style="list-style-type: none"> - Análise dos aspectos <i>processual, problematização e técnica</i> encontrados nos documentos, e sua implicação para a sustentabilidade dos territórios turísticos.
5. Considerações finais	<ul style="list-style-type: none"> - Verificação do atendimento dos objetivos da pesquisa; - Compilação das contribuições da pesquisa; - Redação das sugestões para trabalhos futuros.

Quadro 1 – Etapas de pesquisa.

Fonte: Adaptado de Gil (2010).

1.7 EMBASAMENTO TEÓRICO

A fim de mapear os principais conceitos para suportar o entendimento sobre a sustentabilidade e seus termos correlatos, a pesquisa, respaldada pelo levantamento bibliográfico, destaca as contribuições dos autores: Boff (2012), Buarque (2008), Calegare e Silva Júnior (2011), Hardi e Zdan (1997), Sachs (1993; 1986; 2008), Silva (2008), e Veiga (2006).

No que se refere ao agenciamento, apesar de o conceito ter sido formulado por Gilles Deleuze e Félix Guattari em conjunto, a pesquisa se apoiou em fontes, sobretudo, relacionadas ao primeiro autor, como Deleuze e Parnet (1998) e o vídeo “Abecedário de Deleuze”, de 1988. As obras diretamente relacionadas a ambos referem-se à Deleuze e Guattari (1992; 2012), sendo as demais fontes correspondentes a autores que se apoiaram nas construções filosóficas de Deleuze e Guattari para amadurecer aspectos relativos às suas respectivas áreas, como Haesbaert e Bruce (2002), Gomes (2008), Huet (2011) e Craia (2003).

Já para suportar os diálogos entre os temas sustentabilidade e agenciamento, alguns dos mesmos autores utilizados nas seções sobre sustentabilidade e agenciamento foram também consultados, somando-se a eles, Florit (1999), Albuquerque (2012), Mantovaneli Jr. e Sampaio (2007), Souza (2000), Kastrop (2001), Feenberg (2005) e o vídeo de Ulpiano (1988).

Quanto ao turismo, foram consultados órgãos oficiais do turismo como a OMT e MTur, pelos respectivos documentos “Relatório Anual 2012” e “Plano Nacional de Turismo 2007/2010”, bem como os autores Beni (2006), Rodrigues e Rodrigues (2009), Candiotto (2007; 2009; 2010), Tulik (2010), Solha (2010), Almeida (2010), Dias (2003), Molina (2005), Molina e Rodriguez (2001), Sampaio (2010; 2007), Coriolano (2006).

Buscando seguir a mesma linha de pensamento acerca de territórios, amadurecida dentro do conceito de agenciamento, a pesquisa optou por autores que considerassem no conceito de Território Turístico os aspectos processuais, dinâmicos e relações de poder dos territórios, como Candiotto (2009; 2010), Queiroz (2005) e Vera Rebollo (2003).

Por fim, tendo em foco a verificação de aspectos de agenciamento, a pesquisa apoiou-se na revisão documental centrada na análise dos módulos de operacionalização do Plano de Regionalização do Turismo, proposto pelo Ministério do Turismo.

1.8 ESTRUTURA

Esta pesquisa está estruturada em 6 partes, a saber:

Capítulo 1 - Introdução: neste capítulo introdutório são apresentados o tema; as delimitações da pesquisa; o problema e a premissa; os objetivos da pesquisa; a justificativa; as propostas de procedimentos metodológicos; as indicações para o embasamento teórico; e a estrutura geral do trabalho.

Capítulo 2 – Sustentabilidade sob a perspectiva de agenciamento: capítulo dedicado à breve apresentação acerca da conformação do termo sustentabilidade e desenvolvimento sustentável; à explanação do conceito de agenciamento e território sob os critérios de Gilles Deleuze e Félix Guattari, e; a possibilidades de correlações entre os dois temas, de onde são extraídos aspectos de agenciamento que elucidam a sustentabilidade dos territórios.

Capítulo 3 – Política e planejamento turístico: capítulo dedicado ao entendimento acerca do turismo; território turístico; considerações sobre o papel do poder público e demais

atores no desenvolvimento da atividade turística; e a um breve levantamento sobre metodologias de planejamento e gestão turística.

Capítulo 4 – Metodologia da pesquisa: neste capítulo são caracterizados o problema de pesquisa, apresentada a seleção do método de pesquisa, assim como o protocolo envolvido. Neste sentido, são apresentadas, ainda, as formas de análise e tratamento dos dados coletados.

Capítulo 5 – Apresentação e análise dos resultados: tendo como base os procedimentos descritos no Capítulo 4, neste capítulo são descritos os resultados obtidos a partir da análise.

Capítulo 6 – Considerações finais: neste capítulo final da pesquisa são apresentadas as conclusões a respeito do problema apresentado e dos objetivos propostos, a partir da análise dos resultados obtidos. Assim como aborda recomendações para trabalhos futuros, a partir da análise dos pontos positivos e negativos do procedimento metodológico e dos resultados.

2 SUSTENTABILIDADE SOB A PERSPECTIVA DE AGENCIAMENTO

Uma das principais dificuldades em se trabalhar com um conceito na obra de Deleuze e Guattari [...] é que o conceito para eles é fugidivo, literalmente “rizomático” e múltiplo (“articulação, corte e superposição”), fazendo sempre referência a outros conceitos [...] (HAESBAERT; BRUCE, 2002).

Frijot Capra³ defende que nenhum problema é independente – os problemas são interdependentes e, para tanto, exigem soluções sistêmicas. Conforme apontado na epígrafe, nas obras de Deleuze e Guattari tudo está relacionado com tudo, sendo esta, umas das inúmeras razões que levou o presente estudo a selecionar as contribuições dos autores para formular possíveis soluções relativas à operacionalização da sustentabilidade de forma sistêmica. No entanto, como apontado por Gomes (2008), não é fácil iniciar um pensamento rizomático⁴ quando a vida toda se foi educado “em modelos arborescentes⁵”. Apesar dos desafios⁶, este capítulo apresenta a tentativa de aproximar o conceito de agenciamento, formulado por Deleuze e Guattari, da sustentabilidade.

Inicialmente, é introduzido um breve contexto a respeito da conformação do termo sustentabilidade e de seus termos correlatos, como desenvolvimento sustentável; seguido da apresentação e contextualização do conceito de agenciamento, bem como suas considerações sobre território; encerrando o capítulo com uma seção de diálogos entre sustentabilidade e agenciamento, de onde são extraídos três aspectos a serem considerados, posteriormente, em documentos oficiais referentes ao desenvolvimento do turismo nacional.

³ Em palestra concedida ao X Congresso Brasileiro de Direito Socioambiental e Sustentabilidade.

⁴ Deleuze e Guattari propõem um modelo de construção do pensamento pelo qual os conceitos não estão hierarquizados, bem como não partem de um ponto central ao qual, demais conceitos devem se remeter, a esse modelo eles denominam rizoma (HAESBAERT; BRUCE, 2002).

⁵ Já os modelos arborescentes, por sua vez, são aqueles que operam o pensamento por hierarquização, pela centralidade e pela ordem, reforçando relações binárias e biunívocas (HAESBAERT; BRUCE, 2002).

⁶ A pesquisadora reconhece a possibilidade de haver algum tipo de equívoco relativo à abordagem de Deleuze e Guattari, justamente pelo convite que a mesma faz para a adoção de uma nova perspectiva no pensar científico. Para tanto, foi recorrido ao auxílio dos Professores Dr. Eládio Craia do Departamento de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC), e Dr. Paulo Vieira Neto do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), quem colaboraram muito com a construção do entendimento sobre agenciamento.

2.1 SUSTENTABILIDADE

A partir do reconhecimento de inúmeros trabalhos consistentes (CALEGARE; SILVA JÚNIOR, 2011; SILVA, 2008; VEIGA, 2006), que contextualizaram o surgimento e amadurecimento do tema da sustentabilidade, o presente capítulo pretende ser sucinto nesse fazer, mostrando, principalmente, como a introdução de atores, acontecimentos e eventos institucionais foram constantemente remodelando o tema.

De acordo com os dicionários consultados, os vocábulos “sustentabilidade” e “sustentável” proveem do latim *sustentabile* e *sustentare*, e significam auxiliar, conservar, manter, perpetuar, entre outros sentidos do mesmo campo semântico (PRIBERAM, 2013; FERREIRA, 2009). Sustentabilidade, portanto, é definida como a qualidade ou condição do que é sustentável, que por sua vez, é definido como o que se pode sustentar, defender, ou que tem condições de se manter ou de se conservar por longo período (PRIBERAM, 2013; FERREIRA, 2009). Pelas possibilidades que apresenta, o vocábulo “sustentabilidade” começou então a representar tudo àquilo que precisasse ser conservado, mantido ou sustentado para, sobretudo, garantir a existência de todas as formas de vida. Ou, nas palavras de Boff (2012), a sustentabilidade representa,

[...] o conjunto dos processos e ações que se destinam a manter a vitalidade e a integridade da Mãe Terra, a preservação de seus ecossistemas com todos os elementos físicos, químicos e ecológicos que possibilitam a existência e a reprodução da vida, o atendimento das necessidades da presente e das futuras gerações, e a continuidade, a expansão e a realização das potencialidades da civilização humana em suas várias expressões (BOFF, 2012, p. 14).

A construção desse entendimento teve impulso quando a concepção tradicional sobre uma natureza inesgotável foi sendo desconstruída pela observação da crise do petróleo e demais situações, as quais apresentaram a realidade de que era possível um esgotamento de importantes matérias-primas, bem como de fontes energéticas (BUARQUE, 2008). Sachs (2008) indica eventos como o lançamento da bomba em Hiroshima e a aterrissagem do homem na Lua como pontos também estimulantes à onda da conscientização ambiental. O primeiro porque possibilitou o conhecimento de que o homem adquiriu suporte técnico suficiente para construir algo que pudesse acabar com a vida do planeta, o segundo porque despertou a reflexão sobre a finitude da Terra, possibilitado pela visão dela sob outro ângulo (SACHS, 2008). Na perspectiva de demais autores (CALEGARE; SILVA JÚNIOR, 2011), somam-se obras que denunciaram problemáticas ambientais, como a *Primavera silenciosa*, de

Rachel Carson, em 1962, e outras catástrofes ambientais recentes, como o vazamento de petróleo no Golfo do México, em 2010.

Em resposta, a dimensão ambiental ganhou significativo destaque na pauta de encontros e relatórios internacionais, que objetivaram refletir sobre novas possibilidades de atuação do homem nos sistemas ambientais. O que emergiu foi basicamente uma preocupação com o uso indiscriminado dos recursos naturais. Fruto do que Silva (2009 apud CALEGARE; SILVA JÚNIOR 2011)⁷, chama de “lógica do mundo vazio”, pensamento que estimulou a criação de teorias dentro de um contexto no qual, de um lado havia pouca população, disponibilidade de máquinas e capital, e de outro, um mundo completo de recursos a serem explorados.

Um dos primeiros resultados da inclusão do meio ambiente nas pautas sobre progresso e desenvolvimento foi, basicamente, a organização de dois grupos que assumiram posições opostas. Sachs (2008) chama o primeiro grupo de “*the cornucopians*” ou os que previam abundância e, o segundo grupo formado pelos “*doomasayers*”, os catastrofistas. O primeiro negava as preocupações com o meio ambiente, justamente por que elas poderiam ocasionar uma inibição dos países em desenvolvimento rumo à industrialização, bem como o continuado crescimento dos países desenvolvidos. Já o segundo, formado por pessimistas, anunciava continuados apocalipses caso o crescimento demográfico e econômico não fossem impedidos imediatamente (SACHS, 2008).

Buscando encontrar um ponto de equilíbrio entre estas posições extremistas, encontros como o de Founex⁸ (1971) e de Estocolmo (1972) apresentaram propostas que passavam por meio do economicismo arrogante e o fundamentalismo ecológico (SACHS, 2008). A solução não seria um “crescimento zero”, mas um crescimento “socialmente receptivo e implementado por métodos favoráveis ao meio ambiente, em vez de favorecer a incorporação predatória do capital da natureza ao PIB” (SACHS, 2008, p. 52). Dessa forma, o paradigma do caminho do meio, fruto dos dois citados encontros, inspirou a Declaração de Cocoyoc (1974), o relatório *What Now?* (1975), além de demais eventos e documentos que buscaram emitir novas propostas aos conflitos pertinentes aos sistemas humanos e ambientais (SACHS, 2008).

Uma síntese de tais eventos e documentos que foram emergindo desde as primeiras reflexões sobre sustentabilidade, pode ser visualizada na figura 1.

⁷ SILVA, M. A. **Introdução à economia ecológica** (a economia na perspectiva ecológica). Minicurso – 61ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Manaus, UFAM, 2009.

⁸ Implementado pelos organizadores da Conferência de Estocolmo.

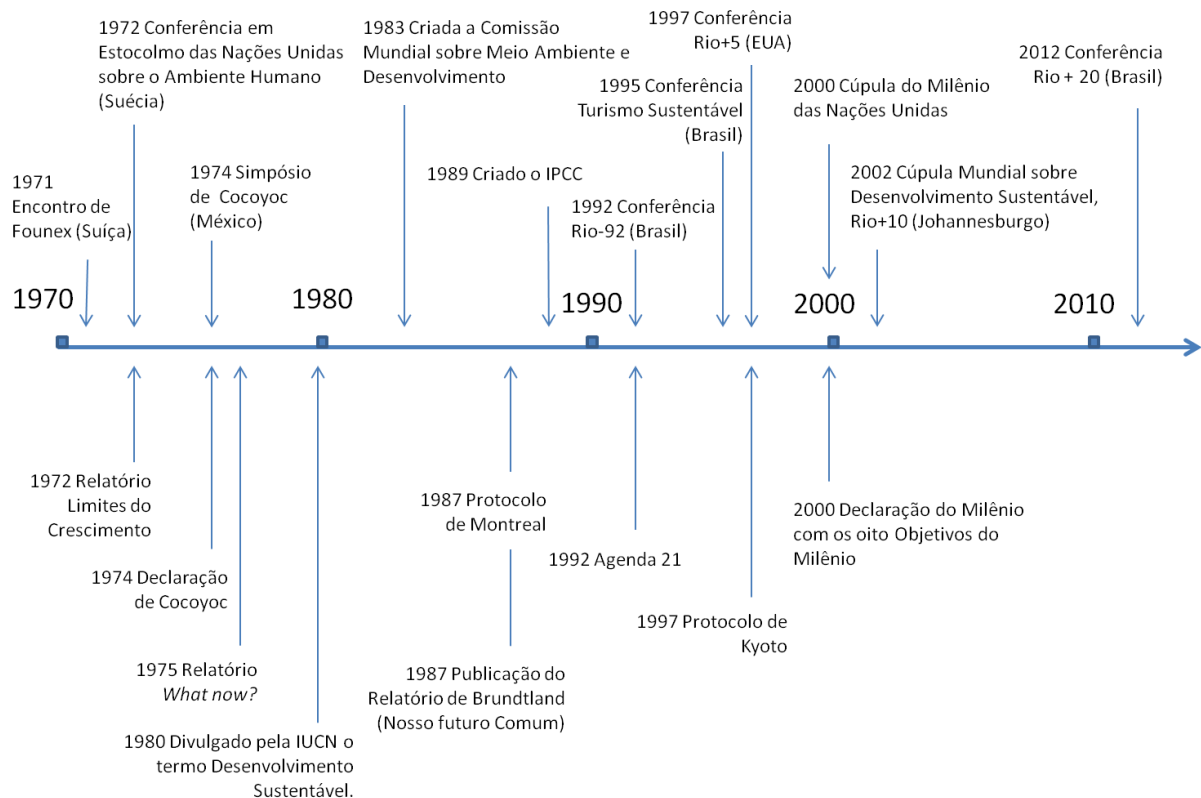


Figura 1 – Linha do tempo do conceito desenvolvimento sustentável.

Fonte: Adaptado de Beni (2006), Calegare e Silva Júnior (2011), Sachs (2008).

Pela figura 1 é possível perceber como o debate da sustentabilidade foi percorrendo encontros internacionais e orientando a criação de comissões, relatórios e documentos que visaram, sobretudo, orientar um desenvolvimento sustentável, tema que será explorado no item seguinte.

2.1.1 Desenvolvimento sustentável

Inicialmente, a prioridade da sustentabilidade perpassava a conservação da biodiversidade e a solução de demais questões ambientais, no entanto, houve um amadurecimento no conceito, que previu a combinação entre as ciências ecológicas e econômicas. Como aponta Sachs (2008, p. 60), “as ciências naturais podem descrever o que é preciso para um mundo sustentável, mas compete às ciências sociais a articulação das estratégias de transição rumo a este caminho”. Dessa forma, após a sustentabilidade ser associada a sistemas também humanos e adquirir relevância entre intelectuais, gestores e empreendedores, derivaram termos como “Desenvolvimento Sustentável”, “Turismo Sustentável” e “Consumo Sustentável”, sugerindo que determinada atividade deveria ser

pautada mediante aspectos de sustentabilidade. Significa dizer que é como se o termo “sustentabilidade” pudesse, a partir de então, adjetivar algo – utilizar “Turismo Sustentável”, por exemplo, pressupõe que o termo carrega valores distintos do isolado “Turismo”.

Mas que valores carregam o termo “Desenvolvimento Sustentável”? Pergunta difícil de ser respondida já que consenso ainda não foi alcançado, pelo fato de diferentes atores utilizarem o termo para os mais variados fins. A figura 1, exposta anteriormente, indica que sua primeira aparição foi proposta pela *International Union for Conservation of Nature* (IUCN), sendo posteriormente amadurecida e popularizada no documento *Nosso Futuro Comum*, também conhecido como Relatório de Brundtland, publicado em 1987 pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CALEGARE; SILVA JÚNIOR, 2011). De acordo com o Relatório, os objetivos-chave que compõe o conceito de desenvolvimento sustentável são: (a) crescimento renovável; (b) mudança de qualidade do crescimento; (c) satisfação das necessidades essenciais por emprego, comida, energia, água e saneamento básico; (d) garantia de um nível sustentável de população; (e) conservação e proteção da base de recursos; (f) reorientação da tecnologia e gerenciamento do risco, e; (g) reorientação das relações econômicas internacionais (COMISSÃO..., 1988).

Segundo Dias (2003), embora o relatório

utilize um nível considerável de abstração na conceituação do que seja o “desenvolvimento sustentável”, conseguiu introduzir questões que perduram no debate e influenciou todas as interpretações posteriores acerca da sustentabilidade do desenvolvimento (DIAS, 2003, p. 79).

Portanto, resumidamente, a Comissão apelou para novos caminhos de mensurar progresso, os quais superassem sinais meramente econômicos e considerassem um sentido mais completo de bem-estar humano e ecológico (HARDI; ZDAN, 1997). Mérito esse estendido a outros pesquisadores que já apresentavam iniciativas semelhantes, como Ignacy Sachs⁹ que, sucintamente, definiu o termo como a harmonização entre os objetivos sociais e econômicos, com uma gestão ecologicamente prudente dos recursos ambientais (MANTOVANELI; SAMPAIO, 2007).

Segundo Calegare e Silva Júnior (2011), antes de analisar o conjunto “desenvolvimento sustentável”, composto pelo substantivo desenvolvimento e pelo adjetivo sustentável (VEIGA, 2006), faz-se necessário reconhecer que o próprio termo

⁹ Sachs contribuiu muito com a evolução do conceito, uma vez que antes mesmo da citada conferência, já havia amadurecido o entendimento sobre *ecodesenvolvimento* que mais tarde foi utilizado, juntamente com outras correntes teóricas, para amadurecer o conceito de desenvolvimento sustentável (DIAS, 2003).

“desenvolvimento” passou, e ainda passa, por várias etapas de readaptação conceitual. Os autores afirmam que por muito tempo, desenvolvimento foi adjetivado como econômico, designando um tipo de progresso fundamentado basicamente em crescimento econômico e avanços tecnológicos. Para compreender a reestruturação conceitual, os autores trabalham com a proposta de Maimon (1993 apud CALEGARE; SILVA JÚNIOR, 2011)¹⁰ que apresenta quatro estágios para os enfoques desenvolvimentistas: (a) desenvolvimento enquanto sinônimo de crescimento; (b) desenvolvimento enquanto etapa; (c) desenvolvimento enquanto processo de mudança estrutural e, só então; (d) desenvolvimento sustentável.

Para compreender os dois primeiros enfoques basta considerar a evolução de indicadores tradicionais, como o produto nacional bruto e renda *per capita*, que demonstra claramente como desenvolvimento era medido por sinais de crescimento econômico, sendo descartados inclusive aspectos como equidade social (CALEGARE; SILVA JÚNIOR, 2011). Hardi e Zdan (1997) reforçam esta premissa, pois remetem o interesse em avaliar o progresso/desenvolvimento aos finais dos anos 1940, justamente quando foram criados os sistemas de contas nacionais e os cálculos anuais de crescimento doméstico, como o Produto Interno Bruto (PIB). Os sistemas de mensuração foram basicamente designados para permitir aos governos o controle do fluxo de bens e serviços na economia por meio de um cálculo da renda nacional. No entanto, com o passar do tempo, tais indicadores foram sendo utilizados para determinar o bem-estar geral de uma nação, o que gerou muitas críticas (HARDI; ZDAN, 1997). Sachs (1986, p. 39), amadurecendo considerações a respeito do ecodesenvolvimento, indicou que para medir nível e qualidade de vida não era possível se apoiar no indicador tradicional de produto nacional bruto por habitante, já que o mesmo “serve unicamente para detectar o nível de atividade econômica e, até certo ponto, apreender a margem de manobra de que dispõe um país em razão do seu potencial econômico”.

Para tanto, listas de indicadores foram oferecidas para suplementar o PIB numa avaliação geral de progresso¹¹, mas o consenso não foi alcançado. Principalmente pelo questionamento se uma lista comum era ou não possível, dada a grande variedade de condições naturais e as diferenças de valores que cada lugar apresenta. Premissa esta reforçada por Sachs (1986, p. 10) que apontou que para uns “a qualidade de vida é obtida às

¹⁰ MAIMON, D. A economia e a problemática ambiental. In: VIEIRA, P.F.; MAIMON, D. (Orgs.). **As ciências sociais e a questão ambiental: rumo à interdisciplinariedade**. Rio de Janeiro: APED; Belém: NAEA-UFPA, 1993.

¹¹ De acordo com Dias (2003), a fim de estabelecer uma avaliação mais sistêmica de desenvolvimento, foi criado em 1990 o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, pelo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Composto por três indicadores: alfabetização, expectativa de vida e nível de renda, o objetivo era mesclar um indicador econômico com dois da dimensão social para alcançar uma medição mais eficaz do desenvolvimento socioeconômico de um país.

custas da limitação das produções materiais; para outros, ela é, ao contrário proporcional à abundância dos produtos”.

No terceiro enfoque, já tentando avançar nessa discussão, desenvolvimento não é mais considerado como um simples processo mecânico, mas implica alterações sociais e estruturais (CALEGARE; SILVA JÚNIOR, 2011). Como exemplificado por Sachs (2008), desenvolvimento surge como uma proposta mais completa que as abordagens de crescimento, visto que promete mudança estrutural a partir de uma aproximação da ética com a economia e política, resultando nos impactos sintetizados no quadro 2:

	Impactos		
	Econômicos	Sociais	Ecológicos
1. Crescimento desordenado	+	-	-
2. Crescimento social benigno	+	+	-
3. Crescimento ambientalmente sustentável	+	-	+
4. Desenvolvimento	+	+	+

Quadro 2- Padrões de Crescimento.
Fonte: Sachs (2008, p. 36).

Dessa forma, para se alcançar o último enfoque foi necessário que “desenvolvimento” fosse reestruturado para incorporar elementos sociais e ambientais, e amadurecido juntamente com estratégias de ecodesenvolvimento, bioeconomia ou economia ecológica, bem como teorias neoclássicas do equilíbrio e do crescimento econômico (CALEGARE; SILVA JÚNIOR, 2011). A etapa que se segue, desde então, concentra esforços para encontrar o caminho mais eficaz para operacionalizar, mensurar, monitorar e avaliar o progresso para um desenvolvimento sustentável.

Uma sugestão passa pela estruturação do desenvolvimento sustentável em dimensões, que permitiu clarear o conceito e torná-lo mais concreto em matéria de objetivos. Apesar de haver mais de uma proposta para as dimensões¹², o presente trabalho delimitou detalhar a elaborada por Sachs (2008), que se resume a um conjunto de oito dimensões com critérios específicos (Quadro 3):

¹² Buarque (2008) trabalha com cinco dimensões (econômica, ambiental, sociocultural, tecnológica, político institucional).

Dimensões	Critérios
Social	<ul style="list-style-type: none"> - alcance de um patamar razoável de homogeneidade social; - distribuição de renda justa; - emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente; - igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais.
Cultural	<ul style="list-style-type: none"> - mudanças no interior da continuidade (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação); - capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno; - autoconfiança combinada com abertura para o mundo.
Ecológica	<ul style="list-style-type: none"> - preservação do potencial do capital natureza na sua produção de recursos renováveis; - limitar o uso dos recursos não-renováveis.
Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> - respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais.
Territorial	<ul style="list-style-type: none"> - configurações urbanas e rurais balanceadas; - melhoria do ambiente urbano; - superação das disparidades inter-regionais; - estratégias de desenvolvimento seguro para áreas ecologicamente frágeis.
Econômico	<ul style="list-style-type: none"> - desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado; - segurança alimentar; - capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção; - razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica; - inserção soberana na economia internacional.
Política (nacional)	<ul style="list-style-type: none"> - democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos; - desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores; - um nível razoável de coesão social.
Política (internacional)	<ul style="list-style-type: none"> - eficácia do sistema de prevenção de guerras da ONU, na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional; - um pacote Norte-Sul de co-desenvolvimento, baseado no princípio de igualdade; - controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios; - controle institucional efetivo da aplicação do Princípio da Precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais; prevenção das mudanças globais negativas; proteção da diversidade biológica (e cultural); e gestão do patrimônio global, como herança comum da humanidade; - sistema efetivo de cooperação científica e tecnológica internacional e eliminação parcial do caráter de <i>commodity</i> da ciência e tecnologia, também como prioridade da herança comum da humanidade.

Quadro 3 – Dimensões do desenvolvimento sustentável.

Fonte: Adaptado de Sachs (2008).

Independente da quantidade de dimensões, observar o desenvolvimento sustentável por meio delas, significa dizer que o ponto de intersecção entre elas, representa o desenvolvimento sustentável, e que um movimento isolado em qualquer uma delas pode

provocar impactos negativos nas outras e, reduzir o espaço combinado de equidade (BUARQUE, 2008).

Outra sugestão é a iniciativa do Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável (IISD), que em novembro de 1996, reuniu em Bellagio, na Itália, um grupo internacional de pesquisadores e especialistas, representantes dos cinco continentes, a fim de debater a escolha de indicadores ideais para avaliar a sustentabilidade dos sistemas, bem como promover uma ligação entre a teoria e a prática. Segundo Hardi e Zdan (1997), este debate possui raízes profundas e antigas; envolvendo até o questionamento sobre “o que é qualidade de vida?”. O principal resultado do encontro foi a delimitação de um conjunto de dez princípios a orientar a avaliação do desenvolvimento sustentável: 1) Guia de Visão e Metas; 2) Perspectiva holística; 3) Elementos essenciais; 4) Escopo adequado; 5) Foco prático; 6) Abertura e transparência; 7) Comunicação efetiva; 8) Ampla participação; 9) Avaliação Constante; e 10) Capacidade Institucional.

Além das duas propostas apresentadas que contribuem para a operacionalização do tema, existem outras iniciativas que visam aproximar o conceito da prática. Por exemplo, alguns países já trabalham com a elaboração de uma listagem de indicadores que são utilizados para mensurar a sustentabilidade de determinado território ou setor econômico. No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é um dos órgãos que disponibiliza periodicamente indicadores que definem a situação geral do Brasil. Outro exemplo refere-se às certificações, que visam qualificar determinado setor como sustentável ou não, dependendo da avaliação de critérios pré-estabelecidos. O Programa de Certificação do Turismo Sustentável (PCTS) é um modelo de certificação voltado à qualificação dos equipamentos e serviços turísticos.

Cabe ressaltar que, assim como não há consenso entre o real significado de desenvolvimento sustentável, também não há consenso que ele represente o ápice da evolução conceitual, contendo todas as respostas aos problemas existentes na relação entre os sistemas humanos e ambientais. Significativos estudos de autores como Amartya Sen apostam em teorias desenvolvimentistas que não se utilizam da relação intrínseca entre sustentabilidade e desenvolvimento como premissa de completude e eficácia. Até mesmo Sachs, que já gerou grande contribuição para o amadurecimento do termo, criou outros entendimentos que extrapolam seu escopo inicial, divulgando o “Desenvolvimento includente, sustentável e sustentado” como um resumo de suas ideias atuais sobre estratégias de desenvolvimento (SACHS, 2008).

Em suma, para sintetizar o conteúdo das principais definições de desenvolvimento sustentável, faz-se mister citar os adjetivos correlacionados por Silva (2008) ao conceito: multidisciplinar, dinâmico, interpretativo, multidimensional, complexo e sistêmico, e adaptativo. O desenvolvimento sustentável é multidisciplinar porque envolve o conhecimento de diferentes disciplinas; dinâmico pois trata de um sistema em constante mudança e evolução; interpretativo porque é carregado de valores que variam de acordo com os atores envolvidos no seu processo de construção; multidimensional pois envolve diferentes dimensões; complexo e sistêmico pois trata de dimensões inter-relacionadas. Por fim, o conceito é adaptativo porque deve se adaptar a diferentes escalas (individual ao global) e acompanhar as mudanças nos requisitos básicos dos subsistemas que com ele interagem (SILVA, 2008).

2.2 AGENCIAMENTO

A explanação realizada na seção anterior permite compreender que a sustentabilidade não parte de um conhecimento unilateral amadurecido somente por meio de teorias provenientes de disciplinas específicas, como a economia ou a ecologia. O debate acerca da sustentabilidade, como já foi dito, é interdisciplinar. Portanto, aproximar a filosofia deste debate representa mais uma possibilidade de construir soluções sistêmicas, competentes ao tema.

Antes de caracterizar propriamente o conceito de agenciamento, faz-se necessário contextualizá-lo na produção de Deleuze e Guattari, bem como situar brevemente os próprios autores dentro de um recente status que a filosofia tem adquirido como campo de conhecimento, temas a serem explorados nos itens seguintes.

2.1.2 Ciência nômade e rizoma

Deleuze faz parte de uma linhagem de filósofos reconhecidos como aqueles que buscaram reposicionar a filosofia no campo do conhecimento, após a mesma ter perdido uma posição privilegiada com o surgimento da ciência que se impôs como saber dominante. A partir de filósofos como Espinoza, Nietzsche e Deleuze, a filosofia começa a ser vista então

como o terceiro gênero do conhecimento¹³, a filosofia torna-se epistemologia e, sobretudo, ética para produzir uma vida superior (ULPIANO, 1988). Ademais, à Deleuze é creditado, entre outros méritos, o de ter reforçado na filosofia a capacidade de neutralizar as banalidades, fazendo silenciar os que insistiam em colocá-la no mesmo plano que os demais saberes (SCHÖPKE, 2004).

Esse reposicionamento da filosofia possibilita, na linguagem de Deleuze e Guattari, esclarecer a diferença entre a ciência nômade e a ciência régia¹⁴. A primeira é aquela essencialmente associada a máquinas de guerra¹⁵, já a segunda é aquela ligada ao aparelho do Estado. A diferença principal entre elas, é que a ciência nômade satisfaz-se na invenção de problemas, e a ciência régia, limita-se em transformar tais problemas em soluções científicas. Para tanto, a ciência nômade é movida pelos seguintes modelos (DELEUZE; GUATTARI, 2012):

1. Modelo hidráulico que considera os fluidos. Os fluxos são a realidade, diferentemente do que a teoria dos sólidos prevê.
2. Modelo de devir e de heterogeneidade, ao contrário das noções de estável, eterno, idêntico, constante.
3. Modelo turbilhonar, onde é previsto um espaço aberto, no qual as coisas-fluxos se distribuem. Em oposição a um espaço fechado para comportar coisas lineares e sólidas.
4. Modelo problemático em oposição ao modelo teoremático, que vai de um problema aos acidentes que os condicionam e os resolvem. Para a ciência nômade, as figuras designam um acontecimento, mais que uma essência. “Enquanto o teorema é da ordem das razões, o problema é afectivo e inseparável das metamorfoses, gerações e criações na própria ciência” (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 27).

¹³ De acordo com Espinoza, existem três gêneros do conhecimento. O primeiro diz respeito ao gênero da consciência, onde a consciência é o resultado do encontro de corpos, constituída, portanto, apenas pelas marcas e signos resultantes dos encontros, ela não é ativa e está presa na servidão. O segundo gênero do conhecimento é a razão, em que já existe certa atividade, uma capacidade do sujeito de conhecer aquilo que está do lado de fora. No entanto, esse conhecimento, não permite que o homem seja produtor, criador, limitando-se a somente conhecer a realidade. Por fim, o terceiro gênero do conhecimento é o único que diz respeito à capacidade criadora, é quando o sujeito conhece a realidade, porém mais do que isso, ele busca inventar e criar (ULPIANO, 1988).

¹⁴ Para maior aprofundamento sobre a diferença entre a ciência nômade e ciência régia, sugere-se a leitura do volume 5 de “Mil Platôs” (DELEUZE; GUATTARI, 2012).

¹⁵ O termo “máquina de guerra” significa basicamente um agenciamento que se constrói por meio de linhas de fuga e é exterior ao aparelho de Estado.

Em suma, a ciência régia trata de estruturas teorematizadas enquanto a ciência nômade trata de intuições – ela não representa uma simples técnica ou prática, trata-se de um campo do conhecimento no qual o problema das relações ciência-técnica, ciência-prática, se coloca e se resolve diferentemente do ponto de vista da ciência régia (DELEUZE; GUATTARI; 2012). Neste sentido, para Deleuze e Guattari (1992, p. 78), a filosofia que trata dos puros acontecimentos, não se confundindo com o estado de coisas no qual se encarna, difere-se da ciência convencional à medida que “é devir, não história; ela é coexistência de planos, não sucessão de sistemas”. O desafio da filosofia é o de adquirir consistência sem nada perder no infinito, diferente da ciência que “procura dar referências ao caos, sob a condição de renunciar aos movimentos e velocidades infinitos, e de operar, desde início, uma limitação de velocidade” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 53).

Sob tal perspectiva, a filosofia resignificada por filósofos como Deleuze, manifesta-se como ciência nômade, uma ciência criativa que trabalha com a invenção de problemas, com a criação de valores. Esse é o motivo pelo qual os conceitos criados pela filosofia possuem uma maneira particular de sobreviver ao tempo, eles não desaparecem quando um novo contexto histórico surge, eles estão sempre ali, prontos para serem utilizados quando necessário¹⁶. Por isso também, que Deleuze recebe tantos louros: “como um pensador nômade, se arriscou na aventura suprema de pensar o devir e o tempo – sem, no entanto, *se perder no próprio infinito que almejava conquistar*” (SCHÖPKE, 2004, p. 192, grifo do autor).

Ainda em relação aos conceitos, de acordo com Deleuze e Guattari (1992), o papel da filosofia ultrapassa a simples função de contemplação, reflexão ou comunicação, os filósofos são aqueles que inventam e pensam os conceitos. “O conceito é o contorno, a configuração, a constelação de um acontecimento por vir. Os conceitos, neste sentido, pertencem de pleno direito à filosofia, porque é ela que os cria, e não cessa de criá-los” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 42). Esses conceitos são criados a partir de problemas definidos pelo filósofo, e um problema sempre vai apontar para outro problema, assim como um conceito sempre vai apontar para outro conceito (SHÖPKE, 2004)¹⁷.

¹⁶ Para maior aprofundamento sobre a diferença entre os conceitos filosóficos e científicos, sugere-se a leitura do livro “O que é filosofia?” (DELEUZE; GUATTARI, 1992).

¹⁷ Outra característica competente à criação dos conceitos refere-se ao plano de imanência, que significa dizer que os conceitos não surgem do nada, eles são criados a partir dos planos de imanência, que lhes dão consistência e vida própria. O plano de imanência não representa especificamente o conceito ou o conceito de todos os conceitos, mas sim o meio fluido onde todos os conceitos são construídos (SHÖPKE, 2004). “O conceito é como um raio que corta o céu cinzento; o raio não é o céu, mas também não existe fora desse mesmo céu” (SHÖPKE, 2004, p. 139).

Uma vez contextualizada a filosofia como campo de conhecimento diferente das ciências convencionais, pois carrega a função específica de criar conceitos e colocar problemas, torna-se possível avançar sobre características essenciais às obras de Deleuze e Guattari. Cabe destacar que a eleição de tais características foi realizada com o intuito de trazer maior esclarecimento ao objetivo da pesquisa, que é a utilização do conceito de agenciamento criado pelos autores. Dessa forma, a primeira característica está associada à teoria das multiplicidades. Os conceitos criados por Deleuze, alguns deles em parceria com Guattari, estão especialmente associados à teoria das multiplicidades, aquela que supera as dicotomias entre consciente e inconsciente, natureza e história, corpo e alma, material e imaterial (HAESBAERT; BRUCE, 2002). Para Deleuze, não há mais “mundo sensível e mundo inteligível, mas um único mundo, um mundo de corpos e de intensidades, de corpos e de acontecimentos, de seres concretos e virtualidades” (SHÖPKE, 2004, p. 194).

Além da ruptura com as dicotomias por meio da teoria das multiplicidades, Deleuze e Guattari também procuram fazer uma ruptura com o modelo arborescente de pensamento, propondo a adoção de um pensamento rizomático. Essa segunda característica parte de um amadurecimento sobre a *geofilosofia*. O que Deleuze e Guattari chamam de geofilosofia, é a tentativa de formular um modelo de pensamento associado à diversidade e multiplicidade da transformação contínua que existe na natureza. Em efeito, essa tentativa equivale ao esforço de construção de uma nova forma de pensamento para a tradicional concepção de naturalismo e ecologia que, primeiro separa a humanidade (como sujeito) e a natureza (como objeto), e segundo que ordena os organismos sobre uma linha hierárquica de evolução (HAYDEN, 1997).

Segundo Hayden (1997), Deleuze e Guattari indicam que a grande diversidade da vida é exibida por meio do processo natural de transformações e mudanças. Não podendo assumir que as características dos organismos e habitats se desenvolvem de acordo com uma progressiva hierarquia do mais primitivo para o mais evoluído, do mais fraco para o mais forte, do menos inteligente para o mais inteligente, ou que a sobrevivência é simplesmente uma questão de desenvolvimento de vantajosos mecanismos de adaptação. Para combater esse velho pensamento evolucionista, Deleuze e Guattari criam a concepção rizomática, pela qual a evolução não está fundamentada num centralizado direcionamento de espécies em desenvolvimento, mas num ativo, não finalizado fluxo de constantes relações circulantes, interativos encontros, e transformações compartilhadas (HAYDEN, 1997).

Esse entendimento envolve o que Deleuze e Guattari chamam de simbólicas alianças entre a diversidade de meios e organismos (HAYDEN, 1997). Dessa forma, se evolução

inclui verdadeiras transformações, elas estão no domínio das simbioses que acontecem entre seres de diferentes escalas e reinos. A simbiose é o cofuncionamento de dois ou mais organismos diferentes, geralmente em torno de um benefício mútuo, e relacionamento cooperativo de reciprocidade (HAYDEN, 1997). Portanto, é sob essa nova perspectiva de naturalismo, que um novo modelo de pensamento se constrói. O “rizoma é uma proposta de construção do pensamento onde os conceitos não estão hierarquizados e não partem de um ponto central, de um centro de poder ou de referência aos quais os outros conceitos devem se remeter” (HAESBAERT; BRUCE, 2002).

Após esta breve e necessária contextualização sobre a filosofia de Deleuze e Guattari, é possível passar então para as considerações referentes ao conceito de agenciamento.

2.1.3 Agenciamento

O termo agenciamento vem de *agencement* em francês, que traz a ideia da combinação de elementos heterogêneos cuidadosamente ajustados entre si (GOMES, 2008), esses elementos podem tanto ser de natureza biológica, quanto social, maquínica e/ou imaginária (HAESBAERT; BRUCE, 2002). Nesse sentido, agenciamento supõe a conexão de um conjunto de relações materiais com um regime de signos correspondentes, ou melhor, supõe a construção de enunciados que não possui como causa um só sujeito, colocando em jogo as populações, multiplicidades, territórios, devires, afetos, acontecimentos (DELEUZE; PARNET, 1998).

Sobretudo, os agenciamentos podem ser orientados pelos eixos vertical e horizontal, cada qual com seus segmentos específicos (Figura 2).

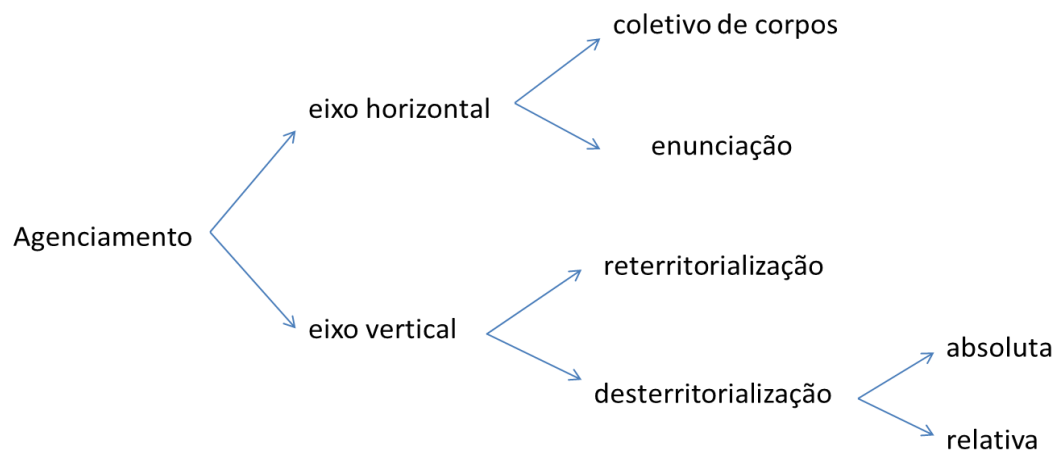


Figura2 – Agenciamento e suas orientações¹⁸.
Fonte: Adaptado de Deleuze e Guattari (1992).

Os segmentos pertinentes ao eixo horizontal possuem as seguintes características (DELEUZE; GUATTARI, 1992):

- **Agenciamento maquínico de corpos (conteúdo)** – de ações e de paixões, pelo qual os corpos (humanos, animais, cósmicos) se penetram, se misturam, se transmitem afetos, reagindo uns sobre os outros. Diz respeito a um estado de mistura e relações entre os corpos em uma sociedade.
- **Agenciamento coletivo de enunciação (expressão)** – de atos e de enunciados, transformações incorpóreas que são atribuídas aos corpos formando regimes de enunciados. Dizem respeito a um regime de signos compartilhados, à linguagem, a um estado de palavras e símbolos¹⁹.

A esses segmentos não recai nenhuma estrutura hierárquica ou relação dicotômica, o que ocorre entre eles é um movimento recíproco, de relação pela qual um percorre o outro. Os agenciamentos coletivos de enunciação, por exemplo, estabelecem atributos aos corpos de forma a recortá-los, ressaltá-los e/ou precipitá-los, mas não é possível dizer que os

¹⁸ Quando um indivíduo se afeta, se encontra com resíduos domésticos produzidos (conteúdo) e, adota uma linguagem, um conjunto de atos específicos para lidar com a destinação destes resíduos – separação dos resíduos em recicláveis e orgânicos e tratamento dos orgânicos via compostagem (expressão), ocorre nada mais que agenciamentos maquínico de corpos e coletivos de enunciação. Um exemplo prático para ilustrar como podem ser agenciadas ações de sustentabilidade.

¹⁹ Cabe lembrar que os enunciados não são ideologias, são peças e engrenagens num agenciamento. Neles não há sujeito, mas agentes coletivos, pois sua produção só pode se efetivar no próprio *socius* e falam sobre estados maquínicos e não sobre objetos.

agenciamentos coletivos de enunciação representam uma simples expressão dos agenciamentos maquínicos de corpos (HAESBAERT; BRUCE, 2002).

O eixo vertical, por sua vez, apresenta lados territoriais (ou reterritorializados) que estabilizam o agenciamento, bem como pontas de desterritorialização que o impelem. Ao longo desse eixo, acontecem os processos que estabilizam/consolidam e desestabilizam/dissolvem a identidade dos agenciamentos (GOMES, 2008). Também não é estabelecida nenhuma relação dicotômica entre o eixo horizontal e o eixo vertical. Agenciamento significa percorrer todos os eixos e segmentos simultaneamente. A proposta de ressaltar cada elemento que compõe o agenciamento é justamente para estimular a identificação dos fatores que o afetam. Deleuze e Guattari (2012) indicam ser necessário descobrir a territorialidade que envolve o agenciamento, bem como encontrar o conteúdo e a expressão de cada agenciamento.

De acordo com os autores:

As regras concretas de agenciamento operam, pois, segundo esses dois eixos: por um lado, qual é a territorialidade do agenciamento, quais são o regime de signos e o sistema pragmático? Por outro lado, quais são as pontas de desterritorialização, e as máquinas abstratas que elas efetuam? (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p.234).

Os questionamentos encaminham a reflexão para outros elementos, como a noção de afetos. A afirmativa de que tudo “é apenas encontro no universo, bom ou mau encontro” (DELEUZE; PARNET, 1998) aponta para a busca incessante pelos encontros, afetos que podem aumentar ou diminuir a potência de ação. A noção de afeto evidencia os dispositivos de poder inscritos nos agenciamentos, que “não nos parece exatamente constitutivos dos agenciamentos, e sim que fazem parte deles em uma dimensão sobre a qual todo agenciamento pode cair ou se curvar” (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 107).

Além disso, é pertinente incluir que “o que chamamos de agenciamento é precisamente uma multiplicidade. Ora, um agenciamento qualquer comporta, necessariamente, tanto linhas de segmentaridade dura e binária, quanto linhas moleculares, ou linhas de borda, de fuga ou de declive” (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 107). Sendo nesse contínuo relacionar entre os agenciamentos e seus componentes, que um território se constrói. “Todo agenciamento é, em primeiro lugar, territorial” (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 232), há sempre alguma territorialidade envolvendo os agenciamentos.

2.1.4 Território

É necessário ver como cada um, em toda idade, nas menores coisas, como nas maiores provações, procura um território para si, suporta ou carrega desterritorializações, e se reterritorializa quase sobre qualquer coisa, lembrança, fetiche ou sonho (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p.83).

Inicialmente, Haesbaert e Bruce (2002) sugerem pensar o território por meio de duas abordagens simples, uma naturalista, discutida a partir da territorialidade dos animais, e outra humana. Isso porque Deleuze e Guattari reconhecem a importância que o território tem para os animais, afirmando que toda espécie animal possui seu próprio mundo específico, delimitado e demarcado, mundo este, não estendido ao homem que não possui um “mundo específico”, mas “vive a vida de todo mundo”. Além disso, o movimento de formar territórios, abandoná-los e refazê-los, fica mais claro para os animais, já que no campo social, certos movimentos que afetam os *socius* não são informados e identificados diretamente, mesmo sabendo que um campo social comporta estruturas e funções (DELEUZE; GUATTARI, 1992).

Território para os filósofos²⁰ alcança tamanha amplitude que engloba inclusive uma escala psicológica ou subjetiva, uma vez que o território refere-se a um agenciamento, e o agenciamento extrapola o espaço geográfico. “Podemos nos territorializar em qualquer coisa, desde que façamos agenciamento maquínico de corpos e agenciamentos coletivos de enunciação” (HAESBAERT; BRUCE, 2002). Portanto, território é antes de suas características físicas, um devir, uma potência, um campo do ter, que se vale de um movimento por meio do qual se sai dele (DELEUZE, 1988), é também um consolidado de meio, espaço-tempo, coexistência e sucessão (GOMES, 2008).

Por maior que seja a estabilidade do território, ele é acima de tudo um ato de territorialização que sofre mudanças continuadas. A territorialização é o “[...] processo – que pode ocupar várias escalas espaço-temporais – pelo qual os sistemas materiais se organizam em torno de um atrator específico” (GOMES, 2008). Por isso o território surge como produto de uma territorialização, que carrega movimentos de desterritorialização (movimento pelo qual se abandona o território) e processos de reterritorialização (movimento de construção do território).

²⁰ Salienta-se que os filósofos trabalham fortemente com um reposicionamento do “desejo” na filosofia, e neste sentido, o desejo, como um construtivismo, uma força criadora e produtiva, ganha destaque inclusive na abordagem de território; o desejo como criador de territórios, pois realiza uma série de agenciamentos (HAESBAERT; BRUCE, 2002).

Deleuze (1988) explica que, para a filosofia, às vezes é preciso uma palavra bárbara para dar conta de uma noção com pretensão nova. A noção com pretensão nova aqui, é a de que não existe território sem um vetor de saída dele mesmo e não há saída do território, ou seja, desterritorialização sem, ao mesmo tempo, um esforço para se reterritorializar em outra parte. Neste caso, a desterritorialização é um conceito filosófico, criado por Deleuze e Guattari que sugere um movimento que

[...] libera uma pura matéria, ela desfaz os códigos, carrega as expressões e os conteúdos, os estados de coisas e os enunciados, sobre uma linha de fuga em ziguezague, quebrada, ela eleva o tempo ao infinitivo, extrai um devir que já não tem termo, porque cada termo é uma parada que é preciso saltar” (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 59).

É por meio dela que a espécie humana se desfaz ininterruptamente com a divisão do trabalho, com os sistemas maquínicos que provocam as estratificações materiais e mentais. Um comerciante compra num território – desterritorializa em mercadorias – reterritorializa em circuitos comerciais; no capitalismo, a propriedade se desterritorializa – reterritorializa em meios de produção; o trabalho se desterritorializa (se torna abstrato) – reterritorializa em salários (DELEUZE; GUATTARI, 1992). A ênfase que Deleuze e Guattari dão ao processo de desterritorialização se justifica pelo fato de ser por meio dela, que eles entendem a criação do Estado e a dinâmica do capitalismo, já que as sociedades pré-capitalistas apresentavam uma relação com a terra totalmente diferente.

Contudo, se a desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona o território e se desterritorializam agenciamentos, a reterritorialização é o processo pelo qual novos agenciamentos maquínicos de corpos e coletivos de enunciação são formados. Há uma nítida indissociabilidade entre os dois, algo só se desterritorializa para buscar se reterritorializar em outro lugar²¹. Sobretudo, o território é onde acontecem dois grandes efeitos: a reorganização de funções e o reagrupamento de forças. E é por aí, por essas marcas territorializantes que organizam funções e reagrupam forças, que o território tem a possibilidade de desencadear a desterritorialização (GOMES, 2008).

Dessa forma, como já visto anteriormente, há uma estreita relação entre território e agenciamento, visto que a construção territorial procede de diferentes agenciamentos, os quais são alterados pelas relações entre os elementos heterogêneos e por sua vez, produzem novos registros tangíveis ou elementos imateriais no território. É nesta renovação que o território

²¹ Importante salientar que Deleuze alerta para a possibilidade de fracassar algumas tentativas de reterritorialização, perigos que ele chama de linhas suicidárias, as linhas de fuga que não deram certo.

adquire a sua plasticidade e a sua capacidade evolutiva, embora outros fatores podem também contribuir para o processo de territorialização, como os choques exógenos (HUET, 2011).

A abordagem amadurecida por Deleuze e Guattari sobre os movimentos que permeiam o território, apresentada neste item, vai ao encontro de abordagens pós-estruturalistas de disciplinas como a geografia, que reconhecem o espaço como algo em constante processo (HAESBAERT; BRUCE, 2002); ocupado e apropriado por grupos sociais; definido e delimitado por e a partir relações de poder; representando elemento imprescindível para alcançar objetivos políticos (SOUZA, 2009).

Quando se fala da existência de “poder” no território, nenhum dos dois, território e poder, podem se restringir ao Estado. A noção de território pode até passar pela escala nacional associada à figura do Estado como gestor, no entanto, “ele não precisa e nem deve ser reduzido a essa escala ou à associação com a figura do Estado” (SOUZA, 2009, p. 81). Os territórios são construídos e desconstruídos em diversas escalas espaciais e temporais. Sobre o poder, esse também não deve se restringir à imagem do Estado, pois existe outra forma de poder presente em cada relação, que se esconde em todos os lugares por trás do Estado. Sendo assim, Souza (2009, p. 86) delimita território como sendo

um *campo de forças*, uma *teia* ou *rede de relações sociais* que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um *limite*, uma *alteridade*: a diferença entre “nós” (o grupo, os membros da coletividade ou “comunidade”, os *insiders*) e os “outros” (os de fora, os estranhos, os *outsiders*).

Por fim, acrescentam-se duas últimas características ao conceito de território, que é sua noção multiescalar, pela qual é possível conceber diversos territórios em um mesmo espaço físico, sobrepondo-os e juntos produzindo o espaço geográfico; e a dimensão multidimensional, que corresponde a uma combinação da dimensão material com a simbólica, pela qual os territórios são produzidos por ações e objetos, pelo material e imaterial (CANDIOTTO, 2010).

2.2 DIÁLOGOS ENTRE SUSTENTABILIDADE E AGENCIAMENTO

Após a breve e sucinta explanação acerca das principais características dos conceitos de agenciamento, território e seus movimentos de desterritorialização e reterritorialização, a proposta da presente seção é extrair a essência do conceito de agenciamento para contribuir com o entendimento de aspectos da sustentabilidade, principalmente no que tange à sua operacionalização atendendo a realidade territorial. Ao longo da seção são também apresentados elementos pontuais de agenciamento que posteriormente, serão utilizados para analisar documentos oficiais pertinentes ao desenvolvimento do turismo nacional.

2.2.1 Enunciados

Os diálogos entre sustentabilidade e agenciamento começam com o intuito de identificar a sustentabilidade como fruto de agenciamentos específicos. Específicos, pois os elementos heterogêneos constituintes do território variam de lugar para lugar, e cada relação na sua dinamicidade, gera agenciamentos, enunciados e sustentabilidade respectiva. De forma geral, a noção de sustentabilidade prevê uma linha de fuga do padrão de comportamento humano em relação ao meio onde habita, presumindo, por exemplo, bons encontros entre o homem e a natureza²². No entanto, não é somente de bons encontros que vive o discurso da sustentabilidade, muito pelo contrário, ele vem sendo usado como dispositivo para, muitas vezes, atender a uma demanda restritamente mercadológica.

Por isso, faz-se necessário considerar a advertência de Deleuze sobre perceber os agenciamentos e, sobretudo, os enunciados que são formados a partir dos agenciamentos, pois podem estar sufocados por imagens que esmagam o pensamento. Imagens, neste caso, são as organizações que adestram o pensamento para se promoverem como normas de um poder ou de uma ordem estabelecida. (DELEUZE; PARNET, 1998). De acordo com Diegues (2001, p. 39), o desenvolvimento sustentável, “[...] transita pelos mais diversos círculos e grupos sociais, desde as organizações não governamentais até as de pesquisa, com notável e estranho

²² “O que o Brasileiro pensa do Meio Ambiente e do Consumo Sustentável”, trata-se do relatório divulgado pelo Ministério do Meio Ambiente, a respeito de uma pesquisa realizada em 2012 para mapear as percepções da população brasileira sobre as questões ambientais. Um dos dados divulgados foi o de que 47% dos entrevistados tinham conhecimento do conceito de desenvolvimento sustentável. O que significa esse dado? Conhecer o termo “desenvolvimento sustentável” não representa muita coisa, já que o dado não informa quanto do conceito, essa parcela da população, consegue colocar em prática. Além disso, é desqualificada uma possível parcela da população, que pode não conhecer o termo, mas praticar ações relacionadas à sustentabilidade, isso porque ainda não foi feito um mapeamento de quais são os indicadores de sustentabilidade para os brasileiros.

consenso, como se fosse uma palavra mágica ou um fetiche”. Assim como o autor, demais pesquisadores se debruçam sobre o conceito para extrair dele o que Deleuze chama de “imagens que esmagam o pensamento”²³, pois perceberam que apesar das “boas intenções” há também outros interesses por trás do conceito, os quais não são tão facilmente identificados. Dessa forma, as críticas vão se estruturando ora pela ausência de consistência do termo, ora pela presença de valores antagônicos. A saber:

a) Não está claro a quem interessam as decisões e com base em que elas são tomadas. O aparente consenso acerca da sustentabilidade funciona como uma forma de camuflagem das complexidades e contradições do processo de tomada de decisão, pelo qual decisões são tomadas por poucos a serem obedecidas por muitos. Dessa forma, o desenvolvimento sustentável atua como um projeto internacional de gestão de recursos naturais que iguala interesses diversos dos países, apagando as diferenças regionais e universalizando os interesses do Norte (REDCLIFT, 2006 apud CALEGARE; SILVA JÚNIOR, 2011; CANDIOTTO, 2007)²⁴.

b) Os países centrais possuem interesses econômicos e políticos, os quais são distribuídos sob a forma do discurso de segurança humana e ambiental. Sendo assim, o meio ambiente é utilizado como “recurso estratégico de dominação ideológica” quando se propõe um ambientalismo global que reduz ou elimina a soberania nacional de países que possuem grandes reservas de recursos naturais e diversidade biológica (REDCLIFT, 2006 apud CALEGARE; SILVA JÚNIOR, 2011).

c) As premissas oficiais sobre o desenvolvimento sustentável estão marcadas por interesses de atores hegemônicos do capital (CANDIOTTO, 2007), que absorvem grande parte do capital, do comércio internacional, bem como do consumo de energia. Mas que só têm interesses em compartilhar a responsabilidade em enfrentar os riscos ambientais, e não os seus ganhos (SACHS, 1993).

d) Na busca por soluções científicas, são desvalorizados os conhecimentos tradicionais, por ser priorizada a ciência moderna ocidental e descartada demais formas de

²³ Faz-se pertinente enfatizar que para Deleuze o conceito de agenciamento permite perceber que as relações, as interações constroem constantemente reações, e essas reações produzem circunstâncias específicas. Por isso, a necessidade de se buscar compreender as imagens que estão por trás dos pensamentos.

²⁴ REDCLIFT, M. Os novos discursos de sustentabilidade. In: FERNANDES, M.; GUERRA, L. (Orgs.). **Contradiscurso do desenvolvimento sustentável**. 2 ed. rev. Belém: UNAMAZ; NAEA-UFPA, 2006.

conhecimento e de outras partes do mundo (BANERJEE, 2006 apud CALEGARE; SILVA JÚNIOR, 2011)²⁵.

e) O discurso de significativas comissões, institutos e relatórios referentes ao desenvolvimento sustentável, apresenta pouca ou nenhuma ênfase em relação à problematização do modelo social capitalista. Oferecendo um modelo de desenvolvimento que “não avança para além de apelos morais, recomendações técnico-tecnológicas e uma aposta na sobrevivência de um Estado de tipo keynesiano, capaz de regular a expansão urbana e investir na preservação do meio ambiente” (SOUZA, 2000, p.70). Desse modo, não há indicações de como superar a lógica capitalista que produz a disparidade de riqueza entre as nações e a pobreza. (SOUZA, 2000; VEIGA, 2006).

f) A sustentabilidade, como todas as esferas sociais, está sendo reduzida a valores, medidas e trocas monetárias. Sachs (1986) reflete sobre a ação de valorar os danos ambientais, respondendo com uma medida administrativa de poluidor-pagador. A qual pode até representar uma saída engenhosamente pensada por economistas, mas que geram cálculos inspirados num grande reducionismo econômico que nada faz além de legitimar os atentados ao meio ambiente. Para o autor, nem de longe essa medida resolve questões ligadas à sustentabilidade de forma sistêmica, já que cada economista sugere o cálculo a partir de um determinado grupo social. Por exemplo, o custo da poluição de um lago pode ser calculado pelo dano ao transporte de uma população ou pelo dano ao potencial produto turístico. Dessa forma, a preferência social é na verdade, restrita à soma aritmética das preferências dos usuários, ficando fora do cálculo, os não-usuários. Além disso, muitas vezes até mesmo quando os danos ambientais se traduzem em perdas de vidas humanas, o cálculo monetário do prejuízo se faz presente.

Diante das ressalvas apresentadas, sobre as possíveis linhas que compõem a rede desse dispositivo conceitual que anda servindo à demanda de interesses diversos, poderia haver uma reação imediata de negar a sustentabilidade como conceito orientador. No entanto, Albuquerque (2012, p. 141) adverte que a solução para pensar a política não é ir contra um projeto, tampouco “será alguma resistência que parta dos limites do mundo – em um catastrofismo social e ambiental que é tanto mais escatológico do que ecológico – que gerará algo, uma vez tão pouco fecunda que tende a, ela mesma, terminar como mera desistência”.

Portanto, alinhada à advertência de Albuquerque (2012) quanto ao vetor de saída pela resistência, e à experiência relatada por Deleuze (1988) de ter conseguido sair da

²⁵ BANERJEE, S. B. Quem sustenta o desenvolvimento de quem? In: FERNANDES, M.; GUERRA, L. (Orgs.). **Contradiscurso do desenvolvimento sustentável**. 2 ed. rev. Belém: UNAMAZ; NAEA-UFPA, 2006.

filosofia pela filosofia, a presente pesquisa buscou encontrar o vetor de saída da sustentabilidade, dentro dela mesma. Ou seja, após a verificação dos enunciados que são formados a partir dos agenciamentos, a fim de resgatar imagens ocultas conforme sugere Deleuze, o passo seguinte consiste em penetrar no conceito de sustentabilidade para, escapando de suas significações enviesadas, encontrar suas linhas mais criativas.

2.2.2 Partilha

O primeiro encontro diz respeito ao desenvolvimento endógeno, à autonomia, ao envolvimento social no processo de tomada de decisão. Para Mantovaneli Jr. e Sampaio (2007), o conceito de ecodesenvolvimento, que apoia a construção de desenvolvimento sustentável, é amparado, sobretudo em soluções endógenas:

de enfrentamento às concepções darwinistas de desenvolvimento, que o situam nas nações paradigmas do sul. Defende as peculiaridades culturais e tecnológicas típicas de cada “ecorreção” e ancora nestas a premissa de que é dos próprios dilemas cotidianos que brotam as soluções apropriadas. Portanto, a modernidade é também possível em cada contexto. Não nega a importância dos intercâmbios, mas não colocando os elementos exógenos e as soluções universalistas, típicas do atual modelo predatório de desenvolvimento (mal desenvolvimento), acima dos condicionantes ecológicos e sociais de cada contexto específico (MANTOVANELI JR.; SAMPAIO, 2007, p. 7).

Semelhante entendimento que Sachs (2008) extraiu do documento *What now?* de 1975, sobre os pilares da endogeneidade (oposta ao crescimento mimético): autoconfiança (oposta à dependência), orientação por necessidades (em oposição à orientação pelo mercado), harmonia com a natureza e abertura à mudança institucional. Eis então, uma característica intrínseca ao conceito de desenvolvimento sustentável que é muitas vezes ignorada, resultando na importação até mesmo do próprio modelo de desenvolvimento sustentável das nações ditas “desenvolvidas”, e abrindo espaço para enunciados que não condizem com as aspirações locais.

Esta proposta endógena trata, portanto de “um movimento de organização e mobilização da sociedade local, explorando as suas capacidades e potencialidades próprias, de modo a criar raízes efetivas na matriz socioeconômica e cultural da localidade” (BUARQUE, 2008, p. 26). Para que isso seja possível, Sachs (1986) propõe a realização de um inventário sobre a vida cotidiana da comunidade, ao contrário do que é feito normalmente pelos planejadores, que listam somente detalhes como infraestrutura, serviços e questões de ordem

mais prática. O autor aposta num modelo de desenvolvimento definido normativamente, entre outros aspectos, como autoconfiante²⁶ e endógeno, contrapondo a dependência cultural ocasionada por imitações.

Temos que saber como as pessoas enfrentam suas crises cotidianas, mormente aquelas não resolvidas pelas instituições supostamente responsáveis; como conseguem elas alojar-se, criar os filhos, ir para o trabalho, arranjar emprego, produzir alimentos, divertir-se, amar, conversar e rezar; como se organizam a nível doméstico, de bairro e comunitário, como se ajudam entre si, quais os mecanismos de exploração dentro dos setores formal e informal e assim por diante (SACHS, 1986, p. 69).

Para o autor, é esse tipo de conhecimento que deve ser buscado, pois só assim será possível encorajar iniciativas locais por meio da assistência de métodos legais, administrativos, fiscais e financeiros promovendo o verdadeiro desenvolvimento endógeno. Reflexão próxima ao que Souza (2000) faz sob a perspectiva autonomista de desenvolvimento. A heteronomia, inverso da autonomia, refere-se à situação pela qual as leis que orientam a vida de uma coletividade são impostas a alguns (maioria) por outros (minoridade), marcada por uma assimetria estrutural de poder e uma separação institucionalizada entre dirigentes e dirigidos. Neste caso, uma sociedade autônoma significa aquela em que “a separação institucionalizada entre dirigentes e dirigidos e a opacidade e mutilação da esfera pública que disso derivam foram abolidas” (SOUZA, 2000, p. 77). Sumariamente, a autonomia relaciona-se diretamente ao controle democrático dos processos decisórios e o desejo de extinguir a opressão, partindo do pressuposto de que:

[...] o caminho democraticamente mais legítimo para se alcançar mais justiça social e uma melhor qualidade de vida é quando os próprios indivíduos e grupos sociais específicos definem os conteúdos concretos e estabelecem as prioridades com relação a isso (SOUZA, 2000, p. 79).

Em adição, Sachs (2008) aponta que devido às diferenças de configurações socioeconômicas e culturais dos territórios, é impossível aplicar de forma generalizada estratégias uniformes de desenvolvimento. As mesmas precisam considerar as aspirações de cada comunidade, e não há outro caminho para conhecê-las a não ser pela participação dos atores envolvidos no processo de desenvolvimento. Sendo, portanto, por meio da participação, facilitado o processo de identificação das necessidades, dos recursos potenciais,

²⁶ [...] sendo a autoconfiança um conceito ético ligado à autonomia nas tomadas de decisão e não à autarquia. (SACHS, 1986, p.54)

dos métodos de aproveitamento da biodiversidade e de toda a heterogeneidade existente nos territórios.

Além disso, esse processo exige a presença de *advocacy planners* subsidiado por cientistas, associações civis, agentes econômicos públicos e privados, a fim de facilitar a negociação entre os *stakeholders* (população local e autoridades). Todavia, para Sachs (2008) o sucesso só pode ser alcançado por meio da transformação dos resultados da negociação em contratos entre os *stakeholders*, gerando uma gestão negociada e contratual dos recursos. O autor (2002) menciona um trecho do editorial intitulado *Toward a negotiated Development?*, que faz a seguinte ressalva em relação ao fator negociação:

[...] A era da passagem focada da decisão do poder político em nome do progresso está terminada. Pode haver desenvolvimento se as vias não estão consentidas? Pode haver consentimento se não há diálogo, e diálogo se não há compromisso? Estamos indo para o fim da soberania implícita (no sentido literal, ou seja político, do termo) da técnica, que a associa, de fato, às formas de autoritarismo político desempenhados no quadro da democracia? Um desenvolvimento sustentável não é fundamentalmente um desenvolvimento negociado? (SACHS, 2002).

Aos poucos a problemática traçada pelos autores elucidados no item anterior sobre os enunciados que são formados a partir do conceito de sustentabilidade, vai sendo dissolvida à medida que elementos como desenvolvimento endógeno, autonomia, participação social e negociação são postos. Poderia ser resolvida também por meio de uma simples análise sobre as dimensões cultural e política, elaboradas por Sachs (1993; 2008) e apresentadas no item sobre desenvolvimento sustentável²⁷. O importante é perceber a premissa que permeia as reflexões apresentadas: nenhum discurso hegemônico resiste a um envolvimento heterogêneo, quanto mais diversificadas forem as bases de discussão sobre desenvolvimento sustentável, quanto mais heterogêneo forem os grupos sociais de um agenciamento, maior proximidade seus enunciados podem ter da realidade do território pelo qual se fala²⁸.

Contudo, após toda essa reflexão sobre a importância da ampla participação social no processo de tomada de decisão, a fim de dissolver, pelo menos um pouco, os enunciados mais afinados com os interesses do capital, é possível avançar em outras direções. Sampaio e

²⁷ A dimensão cultural ilustra a mudança estrutural ancorada em referenciais endógenos, já a dimensão política prevê o aprofundamento do debate acerca da democratização naqueles processos de decisão que afetam diretamente a vida pública. A governança democrática é um valor fundador e um instrumento necessário para fazer as coisas acontecerem – a liberdade faz toda a diferença (SACHS, 1993; 2008).

²⁸ Cabe destacar que, para Deleuze, é necessário entender que toda linha de fuga pode se tornar uma linha de segmentaridade dura, uma linha molar. O que significa que é inevitável que uma força hegemônica possa amadurecer de movimentos emancipadores. Por isso, mesmo que a heterogeneidade dos agenciamentos seja estimulada para aproximar seus enunciados da realidade territorial, corre-se o risco desses agenciamentos se tornarem hegemônicos, rígidos. Exigindo que o processo todo seja retomado novamente, movimentos de desterritorialização, e assim por diante. Questão que será retomada no item 2.2.4 Processual.

Guimarães (2012, p. 401), alertam que “[...] com seus tentáculos (ou linhas), o *dispositivo da sustentabilidade*²⁹ nos atravessa por meio das suas múltiplas estratégias, instando-nos a falar sua língua, a moldar nossas atitudes em conformidade com seus discursos”. Isso quer dizer que ainda há outros elementos referentes aos enunciados da sustentabilidade que não são tão nítidos assim. Dessa forma, a pergunta orientadora do item seguinte é: Como garantir que a participação social encaminhe a construção de um novo mundo, de um novo modo de vida?

2.2.3 Problematização

Quando Sampaio e Guimarães (2012) afirmam em tom negativo que o dispositivo da sustentabilidade apresenta múltiplas estratégias para fazer falar em conformidade com seus discursos, significa que até mesmo a almejada participação social pode ser utilizada com dúbio sentido. De acordo com Mantovaneli e Sampaio (2007, p. 9), a “democratização não implica necessariamente sustentabilidade, já que é perfeitamente possível se construir democraticamente alternativas de desenvolvimento que não considerem, indissociavelmente, as agendas social e ambiental”. Alertam, portanto, que apesar da sociedade civil ganhar papel de destaque nas arenas que determinam o desenvolvimento e a mudança socioambiental, ela pode muito bem, contraditoriamente, legitimar certas práticas, sem propor outros caminhos que fogem dos modelos vigentes.

Por isso, faz-se necessário verificar um processo de participação “voltado para uma lógica de construção de valores eminentemente diferenciados daqueles que consubstanciam as alternativas economicistas ou materialistas de desenvolvimento” (MANTOVANELI JR.; SAMPAIO, 2007, p. 12). Processo que prevê também a revisão do papel do especialista em planejamento, que nas palavras de Sachs (1986, p. 64), “precisa entregar-se à causa da população e atuar como seu advogado”, apresentando exemplos, estudos, experiências a fim de enriquecer as discussões e identificar oportunidades ainda não apontadas pela comunidade³⁰. Priorizando a substituição da comunicação hierárquica por um diálogo mutuamente empático e educativo, no posicionamento ante as tomadas de decisão de uma

²⁹ Sampaio e Guimarães (2012, p. 396) percebem a sustentabilidade como uma rede composta por linhas de forças (relações de poder), “[...] fios cortantes e suaves que nos atravessam, que nos tomam, nos provocam, nos acolhem, que nos tocam e nos acomodam, que nos agridem e nos *enredam* no tempo presente”. Transformando-se, portanto, em um dispositivo por onde gravitam discursos em disputa.

³⁰ O autor aponta também como papel do pesquisador, cientista, planejador, o de orientar as escolhas locais para, se possível, serem compatíveis às necessidades globais. Apresentando os principais problemas que afligem outras partes do mundo, para que as decisões locais não os reforcem, mas sejam harmônicos com as soluções previstas.

comunidade (SOUZA, 2000). O papel do intelectual, pesquisador ou especialista em planejamento, é, portanto, o de conduzir esclarecimentos quanto aos usos e escolhas dos *meios* da mudança social, bem como elaborar uma proposta crítica em relação aos *fins*, que dizem respeito aos valores e expectativas.

Iniciada a reflexão de que somente a inclusão social no processo de tomada de decisão não é suficiente para alcançar o desenvolvimento sustentável, uma vez que a democracia é também o ambiente político pelo qual a sociedade de riscos³¹ se legitimou (MANTOVANELI JR.; SAMPAIO, 2007), faz-se pertinente fazer uso do exercício de *problematização*, proposto por Deleuze e Guattari.

Manuel DeLanda, estudioso da filosofia de Deleuze, aponta que “[...] uma abordagem deleuziana será sempre problemática e não axiomática, onde os problemas não serão redutíveis à sua solução, sendo antes definidos pela sua distribuição, em termos do singular e do ordinário, do que é importante e não é” (GOMES, 2008, p.9). A problematização tem início quando Deleuze convida a falar *com*, escrever *com*, ao contrário de se deixar a falar por, ou no lugar de. Os pensamentos não devem se fechar sobre a reconhecimento, mas se abrir a encontros e se definir sempre em função de um de fora, se definir no movimento de aprender e não no resultado de saber, não conferindo a ninguém, a poder algum, o cuidado de inventar questões ou criar problemas. “A arte de construir um problema é muito importante: inventa-se um problema, uma posição de problema, antes de se encontrar a solução” (DELEUZE; PARNET, 1998).

Complementarmente, Kastrup (2001) indica que para Deleuze a aprendizagem não pode ser entendida como a simples passagem do não-saber ao saber, não sendo uma transição que desaparece com a solução ou o resultado. “A aprendizagem, é sobretudo, invenção de problemas, é experiência de problematização” (KASTRUP, 2001, p. 17). Contudo, a experiência de reconhecimento dá lugar à experiência da problematização, a aprendizagem só começa quando causado o estranhamento, a invenção de problemas.

Quando Deleuze convida o indivíduo a não permitir que ninguém fale por ele, não significa estabelecer por meio da participação nas decisões, uma voz qualquer. Mas tornando lúcidas as imagens que seus próprios pensamentos carregam, problematizar, para falar criativamente. Qual tipo de desenvolvimento territorial se busca? Quais conhecimentos, relações trabalhistas, recursos da biodiversidade, afetos se buscam conservar? Para que essas

³¹ Termo divulgado pelo sociólogo alemão Ulrich Beck para designar o momento no qual a sociedade rompeu-se da dita sociedade industrial clássica, para se tornar a sociedade (industrial) de risco. Para maior aprofundamento sobre o tema, sugere-se a leitura da obra do autor: “Sociedade de Risco: rumo a uma nova modernidade”.

escolhas não reforcem valores economicistas, que não apontam para a construção de um novo mundo, é preciso problematizar, causar um estranhamento nos atores envolvidos. Pesquisadores e técnicos que estão à frente do planejamento territorial, precisam fazer a comunidade agenciar com outros elementos, para estimular a aprendizagem de caminhos diferentes.

A aprendizagem não se dá no plano das formas, não se trata de uma relação entre um sujeito e um mundo composto de objetos. Ao contrário, faz-se num encontro de diferenças, num plano de diferenciação mútua, em que tem lugar a invenção de si e do mundo (KASTRUP, 2001, p. 20).

Para a autora, quando somos tocados pela diferença iniciamos uma experiência de problematização, de invenção de problemas. Os encontros, os agenciamentos, impõem a necessidade de pensar, de problematizar, e depois a inteligência intervém para iniciar um processo de solução dos problemas. Ou seja, a construção dos problemas não vem pela inteligência, mas sim pelos agenciamentos, pela ação dos signos. Dessa forma, uma comunidade jamais irá aprender como reduzir a geração exacerbada de resíduos, se os signos corretos não forem apresentados a ela. Ademais, como já foi visto, a sustentabilidade anda por caminhos enviesados, à serviço de perspectivas economicistas, por isso convida-se uma comunidade a não conferir à instância alguma o poder de criar e ordenar qual sustentabilidade deve-se praticar.

Expandir, forçar, multiplicar, potencializar a vida, e as infinitas e plurais relações socioambientais tecidas por diferentes coletivos (humanos e não humanos). Nos interstícios, nas porosidades, nas frestas das linhas imperiais do mercado que insistem em colonizar, “esverdear” e planificar sustentavelmente nossas vidas; quem sabe, alocar uma Educação Ambiental que teime em criar pensamentos, imagens, práticas repletas do desejo de tornarem vivas e potentes todas as formas não monetárias de vida (SAMPAIO; GUIMARÃES, 2012, p. 406).

E para potencializar a vida, talvez seja necessário maior diálogo com a filosofia, com a arte, ou com aquele conhecimento que provoque uma reflexão estrutural. Desde seus primeiros trabalhos, até os mais recentes realizados em conjunto com Guattari, Deleuze insistiu veemente que a filosofia fosse concebida como uma prática cuja utilidade caminhasse para a criação de novas e diferentes formas de pensamento e sentimento. Deleuze é fundamentalmente interessado com os efeitos que a filosofia é capaz de produzir, na medida em que esses efeitos encorajem a criação de novas sensibilidades e valores de vida afirmativos (HAYDEN, 1997). A presente pesquisa buscou aproveitar esse forte propósito do filósofo para estimular a potência de ação do conceito de sustentabilidade. Todavia, pode

haver outros caminhos para conquistar esse fim, o importante é não deixar que uma proposta tão rica como a sustentabilidade, seja enfraquecida por discursos tortuosos.

2.2.4 Processual

Depois de percorrido o caminho entre as possibilidades de estimular a potência de ação do conceito de sustentabilidade, o presente item objetiva agregar mais um aspecto importante que salta ante o diálogo entre sustentabilidade e agenciamento. Diz respeito à característica dinâmica de agenciamento. Segundo Deleuze, os agenciamentos não devem ser pensados como resultado que converge para um estado de equilíbrio, mas como um processo transitório, mudando constantemente devido à vinculação entre os diferentes elementos heterogêneos que o compõe. Tal característica é facilmente percebida por meio das considerações sobre território, onde a todo o momento estão ocorrendo movimentos de desterritorialização e processos de reterritorialização – aqui é explícita a construção/desconstrução territorial, a tensão entre as dimensões ordenados/desordenada dos agenciamentos. A dinâmica de agenciamento informa um compromisso entre essas forças opostas (HUET, 2011).

Para Gomes (2008), uma das principais contribuições de Deleuze é justamente a noção do devir que possibilita perceber um mundo em constante movimento, no qual uma estrutura encontrará, quando muito e possível, uma meta-estabilidade, que difere de fixidez. Conforme já adiantado nas considerações sobre a ciência nômade, o que se define como nômade nada mais é do que o reconhecimento da mudança e do devir como uma realidade absoluta e integral, onde não há espaço para ideias de permanência e estabilidade. Se o mundo é fluxo, os devires são suas orientações, direções, entradas e saídas, e é sobre essas bases que um agenciamento se fundamenta.

De acordo com Deleuze, enquanto se pensa em questões sobre o futuro (futuro das mulheres, da revolução, da filosofia) há devires que operam em silêncio, que são quase imperceptíveis. Há devires que não necessariamente passam por onde se espera, um devir-revolucionário não passa inevitavelmente pelos militares, pelo futuro da revolução; um devir-filosófico não passa pela história da filosofia. Dessa forma, os devires não são imitações, assimilações ou ajuste a modelos. À medida que algo se torna, o que ele se torna muda tanto quanto ele próprio. “Futuro e passado não têm muito sentido; o que conta é o devir-presente: a

geografia e não a história, o meio e não o começo nem o fim, a grama que está no meio e que brota pelo meio, e não as árvores que têm um cume e raízes” (DELEUZE; PARNET, 1998).

Visto isso, como tal característica dinâmica do agenciamento pode contribuir com o pensar da sustentabilidade? Ora, se território é devir e interage constantemente com os agenciamentos que são formados nele, sustentabilidade é também uma potência, um campo pelo qual passam constantemente desejos, afetos e encontros. E, portanto, seus enunciados precisam estar em permanente adaptação, atualização. Segundo Hardi e Zdan (1997), o entendimento de desenvolvimento sustentável precisa manter-se contínuo, interativo e adaptativo, respondendo sensivelmente às mudanças e incertezas, porque os sistemas são complexos e mudam frequentemente.

Apesar da sua simplicidade de assimilação, infelizmente esse entendimento não foi amadurecido suficientemente por aqueles que tratam do tema. A característica dinâmica e adaptativa de sustentabilidade é enfraquecida quando a mesma é associada com o adjetivo “durável”. Como é o caso do conceito difundido pelo relatório de Brundtland, que diz respeito à conservação de recursos para a satisfação das necessidades presentes e futuras. O conceito pode ser mal interpretado, à medida que, surgindo uma pressuposição generalizada sobre as necessidades futuras, abre-se espaço para a criação de territórios congelados. Além disso,

as pessoas não são apenas pacientes, cujas demandas requerem atenção, mas também agentes, cuja liberdade de decidir qual valor atribuir às coisas e de que maneira preservar esses valores pode se estender muito além do atendimento de suas necessidades (VEIGA, 2006, p. 166).

Sob a mesma perspectiva, essa visão que aproxima a sustentabilidade da noção de permanência, pode provocar também um equívoco em relação ao discurso de conservação cultural que figura no conceito de turismo sustentável. Como pensar os devires junto com conservação, identidade, raízes, cultura tradicional? Como privilegiar os conhecimentos tradicionais, sem congelar o território, permitindo que haja um vetor de saída dele mesmo?³² São perguntas importantes a se fazer, já que é comum a consideração da cultura “como algo a ser conservado e estereotipado para atender aos anseios dos turistas” (CANDIOTTO, 2009, p. 50) sem atentar-se ao fato de toda cultura ser dinâmica e estar constantemente em transformação.

³² Como pensar o devir e o idêntico? Questionamento que Nietzsche fez quando estava amadurecendo seu “eterno retorno”, que mais tarde foi definido por Deleuze como o retorno da diferença. Por conta dos limites estabelecidos para esta pesquisa, esse assunto não será abordado, mas é importante salientar que todas essas considerações realizadas sobre devires, apontam diretamente para o amadurecimento que Deleuze fez sobre a diferença.

Esse ponto de reflexão permite ampliar ainda mais as implicações que ocorrem caso os fluxos que permeiam o conceito de sustentabilidade sejam negados. Segundo Deleuze, uma das maneiras para se descodificar é por meio da partilha, fora de qualquer lei, contrato e instituição, criando movimentos de desterritorialização sobre *linhas de fuga*³³. Ora, se o entendimento sobre linhas de fuga está intimamente conectado ao movimento de estranhar, problematizar, partilhar, para que, por meio delas, se produza algo real, se crie vida (ULPIANO, 1988); pode-se pensar a própria sustentabilidade como uma linha de fuga ao modelo de desenvolvimento que danifica gravemente seus sistemas sociais e ambientais. Todavia, quando essa linha de fuga entra em contato com uma rigidez que não exalta seus devires, ela pode acabar se tornando uma “*linha de segmentaridade dura*”.

Deleuze esclarece que este tipo de linha, é aquele que possui segmentos bem determinados, estão sob o domínio das máquinas binárias, e implicam dispositivos de poder. “[...] sobre a linha de segmentaridade, deve-se distinguir os dispositivos de poder que codificam os segmentos diversos, a máquina abstrata que os sobrecodifica e regula suas relações, o aparelho de estado que efetua essa máquina” (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 105). Ou seja, aquele movimento que visava estimular a potência de ação dos territórios, acaba por tirar a liberdade dos territórios em descodificar, criar novas relações entre o homem e o meio. A sustentabilidade perde sua plasticidade e reduz tudo a um simples congelamento de recursos, bem como à criação de técnicas que no máximo calculam e remediam danos.

2.2.5 Técnica

Para finalizar esta seção de diálogos entre sustentabilidade e agenciamento, após perceber os enunciados que são formados a partir dos diversos agenciamentos; compreender que a sustentabilidade prevê mais que o simples envolvimento social no processo de tomada de decisão; e reconhecer a dinamicidade inerente ao conceito de sustentabilidade, faz-se relevante abordar brevemente a questão da técnica.

De acordo com Craia (2003), na primeira metade do século XX deflagrou-se uma preocupação especulativa em relação à técnica, debruçando-se sobre o tema também, a filosofia. O autor formula uma pergunta filosófica que basicamente orienta essa preocupação: “Que sentido perseguimos, -e que sentido é produzido- quando qualificamos nosso tempo,

³³ Cabe ressaltar que Deleuze alerta para que *linhas de fuga* não sejam confundidas com um movimento de fugir da vida, porque para sair é preciso permanecer dentro, partilhar, problematizar. E que por meio das linhas de fuga, se produza algo real, se crie vida.

como determinado pelo técnico?” (CRAIA, 2003, p. 20). A pergunta não inclui uma resposta imediata ou acabada, devido a certas dificuldades apresentadas pelo autor. Para tanto, Craia (2003) elabora uma cartografia geral da filosofia da técnica³⁴, a fim de chegar às ferramentas ontológicas que Deleuze disponibiliza ao tema, se aproximando então de uma possível resposta à indagação formulada.

Durante a construção do percurso histórico sobre a filosofia da técnica, Craia (2003) se depara com duas grandes escolas que são assim identificadas por apresentarem semelhanças no posicionamento reflexivo sobre a técnica. A primeira é denominada “filosofia engenheril”, a filosofia dos tecnólogos ou dos engenheiros, cuja característica não é questionar o significado da técnica, mas produzir talvez uma antropologia filosófica ou uma história evolutiva, desde o ponto de vista da técnica. Para o autor “o ponto máximo de reflexão deste conjunto de pensadores não ultrapassa o estágio empírico da utilidade e da funcionalidade fática” (CRAIA, 2003, p. 51). Já a segunda categoria, chamada de “filosofia da técnica das humanidades”, tem a pretensão de propor uma leitura mais crítica e distanciada do fenômeno da técnica, procurando compreender seus vínculos com o humano e extra-humano, bem como quais riscos e perigos oferece.

Para encerrar a construção da cartografia da filosofia da técnica, Craia (2003) percorre o pensamento de Martin Heidegger, considerado aquele que abordou com grande maestria o problema da “essência” do mundo técnico, portanto, escala necessária antes de chegar a Deleuze. O que Craia (2003) vai explorar a partir de então, diz respeito a um profundo olhar sobre os eixos especulativos que caracterizam a ontologia deleuziana, para ser aplicada posteriormente como categoria de análise para pensar a técnica de uma perspectiva distinta daquelas já elucidadas.

Na presente pesquisa, a questão da técnica não é abordada com tamanha profundidade de análise. Foram selecionados somente aqueles elementos que possibilitavam, de forma breve, continuar à construção do diálogo de agenciamento com sustentabilidade. Dessa forma, o delineamento da temática buscou apresentar a relação intrínseca entre técnica e agenciamento, à medida que a técnica sofre influência direta dos agenciamentos. Ou na linguagem de Deleuze e Guattari, nenhuma técnica pode ser considerada nela mesma, elas só existem devido às relações que as tornam possíveis (DELEUZE; GUATTARI, 2012).

³⁴ Para Craia (2003, p. 30), postular uma filosofia da técnica “permite percorrer um horizonte mais vasto e mais originário que aquele que poderia abrir uma filosofia da tecnologia”. Essa conclusão é subsidiada por três critérios elencados pelo autor, e respaldaram a utilização da “filosofia da técnica” em vez da “filosofia da tecnologia”, para interrogar a dimensão ontológica da técnica e demais finalidades almejadas pelo autor.

Dentre as principais contribuições de agenciamento, o conceito vem para reforçar a premissa de que tudo está conectado com tudo, tudo é agenciado. Portanto, nada funciona ou se produz de forma isolada, a todo o momento estão acontecendo movimentos de associação, seleção, eliminação, agregação, interação, fazendo surgir novas potencialidades. Com a tecnologia não seria diferente. Deleuze e Guattari propõem que o princípio de toda e qualquer tecnologia é:

mostrar como um elemento técnico continua abstrato, inteiramente indeterminado, enquanto não for reportado a um *agenciamento* que a máquina supõe. A máquina é primeira em relação ao elemento técnico: não a máquina técnica que é ela mesma um conjunto de elementos, mas a máquina social ou coletiva, o agenciamento maquínico que vai determinar o que é elemento técnico num determinado momento, quais são seus usos, extensão, compreensão..., etc (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 81).

Isso quer dizer que as ferramentas, as técnicas, não devem ser consideradas, encerradas nelas mesmas. Elas não funcionam isoladamente, mas por agregação ou por agenciamento a uma máquina social, de formação, de pesquisa, etc. “As ferramentas pressupõem sempre uma máquina, e a máquina é sempre social antes de ser técnica. (...) Há sempre uma máquina social que seleciona ou assimila os elementos técnicos empregados” (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 57). Assim também, as técnicas, as armas, as ferramentas, vão ganhando um novo significado, utilidade, ao longo da história à medida que são tomadas por novos agenciamentos, servindo diferentes máquinas sociais.

Importar essa perspectiva para a sustentabilidade possibilita, inicialmente, perceber que as técnicas associadas ao discurso do desenvolvimento sustentável foram agenciadas com a finalidade de construir um conjunto tecnológico, que considerasse questões referentes tanto aos sistemas sociais quanto ambientais. O desenvolvimento de painéis solares ou de usinas eólicas, por exemplo, representam técnicas criadas por certa coletividade para oferecer uma alternativa às demais técnicas existentes que, por alguma razão, não condiziam com os preceitos da sustentabilidade. Significa que o agenciamento da sustentabilidade determina quais técnicas são úteis para satisfazer seus desejos – a máquina da sustentabilidade, como causa formal das técnicas. No entanto, apesar das boas intenções, nada justifica “o otimismo tecnológico ilimitado segundo o qual a sociedade encontra sempre uma solução técnica aos problemas econômicos, sociais ou ecológicos por mais difíceis que possam parecer” (SACHS, 1986, p. 42).

Quer dizer que mesmo que a criação de técnicas alternativas possa de fato apresentar alguma possibilidade de mudança nos efeitos destrutivos do modelo vigente de

desenvolvimento, o pensar sistêmico da sustentabilidade é comprometido, à medida que não são questionados os valores sociais que compõe o agenciamento técnico. As intervenções técnicas (para escassez de energia, uma barragem; para deflorestação, uma floresta; para poluição de ar, um redutor de fumaça) são resguardadas pela crença na suposta neutralidade moral da tecnologia, que descarta a conflitividade social intrínseca a qualquer proposta de reforma ambiental (FLORIT, 1999). E ocupam o lugar de qualquer tipo de reflexão crítica que seja capaz de atender aos anseios maiores da sustentabilidade de, não somente criar artefatos, mas criar novos valores, construir um novo mundo. “[...] acreditamos ser preciso entrever novas narrativas, novas imagens que possam liberar, neste dispositivo, a diferença, as linhas de invenção, de criação” (SAMPAIO; GUIMARÃES, 2012, p. 406).

Contudo, sem entrar num demasiado pessimismo, será que não seria possível o dispositivo da sustentabilidade criar técnicas que carregam, estimulam, provocam novos valores? Será que todas as técnicas estão fadadas à negação, em legítima defesa ao reducionismo tecnológico?

Semelhante questionamento é formulado pelo autor norte-americano Andrew Feenberg, que, no âmbito da análise filosófica, tratou a tecnologia a partir do conceito da tecnocracia. Inicialmente, Feenberg (2005) reflete que quando é apresentada uma visão instrumental sobre a técnica, como algo intrinsecamente neutra, a capacidade humana de intervenção, reparação ou transformação é negada. O que reflete na percepção da técnica como inevitável destino, frente ao qual, instituições sociais não poderiam fazer nada além de aceitá-lo ou retornar a um modo de vida tradicional. Feenberg (2005) expõe tal problematização para elaborar argumentos em oposição à ideia de neutralidade da tecnologia; à ideia de destino, espécie de determinismo tecnológico; e por fim, à incapacidade de encontrar novos arranjos técnicos.

Alinhado ao pressuposto de Deleuze e Guattari, de que as tecnologias agenciam funções técnicas e sociais, Feenberg (2005) argumenta que “o resultado das escolhas técnicas é um mundo que sustenta a maneira de vida de um ou de outro influente grupo social” (FEENBERG, 2005, p. 8). O que explica, em termos culturais, a existência de tendências tecnocráticas das sociedades modernas, interpretadas como a limitação daqueles grupos “que podem interferir no *design* junto a peritos técnicos e as elites corporativas e políticas a que servem” (FEENBERG, 2005, p. 8). Significa dizer que as máquinas e os artefatos envolvem valores, sendo produzidos a partir do que se deseja, ou do que se tem como bom. Constatação que leva ao entendimento de que existem mundos diferentes, sendo operados por *designs* que emergem das significações existentes no interior de cada região cultural.

Mundos diferentes, que fluem dos diferentes arranjos técnicos e das diferentes posições internas a eles, privilegiam alguns aspectos do ser humano e marginalizam outros. Objetivos fluem da natureza e limites de mundos e não de opiniões arbitrárias. O choque de diferentes mundos é inevitável numa sociedade que se baseia no domínio tecnológico” (FEENBERG, 2005, p. 4).

A conclusão de Feenberg (2005) para sua análise crítica sobre a tecnologia parte de um posicionamento otimista, que prevê, apesar da inexistência de neutralidade na tecnologia contemporânea, que a mesma pode apresentar potenciais benefícios. “Conclui que onde quer que as relações sociais sejam mediadas pela tecnologia moderna, seria possível introduzir controles mais democráticos e reformular a tecnologia a fim de acolher maiores *inputs* de perícia e iniciativa” (FEENBERG, 2005, p.2). O autor aposta, portanto, na possibilidade de transformar a técnica e submetê-la aos interesses humanos – éticos, sociais e políticos, por meio da democratização tecnológica. Como exemplo, Feenberg (2005) apresenta a questão da poluição do ar que demandou a incorporação de problemas coletivos, como a saúde humana, para avançar em soluções holísticas.

Corroborando da visão de Feenberg (2005), a presente pesquisa não tem o objetivo de produzir uma aversão radical contra as técnicas, mas, a partir do reconhecimento da não neutralidade da tecnologia, pensar que pode haver uma saída da técnica pela técnica, linhas de libertação e criação que muitas vezes estão ocultas. Como visto no item sobre problematização, o discurso da sustentabilidade aponta no sentido criativo. O que se busca diz respeito à inovação, à criação de novas técnicas que, articuladas a valores e argumentos éticos, possa produzir uma reforma tecnológica e social. Estimular o terceiro gênero de conhecimento, quando é possível inovar, produzir novas formas de vida, novas artes, novas linhas (ULPIANO, 1988). “Afinal, de que valeria o pensamento se ele não arrastasse consigo a vida, se não a transformasse, se não a recriasse continuamente?” (SCHÖPKE, 2004, p.18).

3 POLÍTICA E PLANEJAMENTO TURÍSTICO

Após as considerações realizadas acerca da correlação entre agenciamento e sustentabilidade, este capítulo visa introduzir a atividade turística no debate. Primeiramente pontuando significações para o fenômeno do turismo, depois investigando as relações entre turismo e território, seguido do papel do poder público no desenvolvimento do turismo e, encerrando o capítulo com uma breve apresentação acerca de métodos e enfoques normalmente utilizados para planejar a atividade turística.

3.1 O TURISMO

De acordo com Sampaio (2007) é possível observar o turismo sob diversos contextos, como o histórico, o econômico-administrativo, o filosófico-político-sociológico, e o ambiental. Contextos que, apesar de serem interdependentes, interagindo entre si e produzindo discursos complementares, também são contraditórios a respeito do turismo. Para Barreto (2008), esse cenário de ampla “quantidade de definições de turismo existente evidencia a diversidade de referenciais teóricos com que o turismo é abordado, seja quando considerado prática social, seja como área de conhecimento” (BARRETO, 2008, p.15). Neste sentido, a presente seção é dedicada a explorar sucintamente algumas visões sobre o turismo para, por fim, estabelecer algum vínculo com aquela que mais se aproxima à proposta da pesquisa.

Dando início à conceituação do turismo, faz-se pertinente citar a problemática levantada pela autora Barreto (2008) sobre a utilização da palavra “turismo”, que serve para designar tanto o ato praticado por aquele que viaja, quanto o sistema comercial criado para transladar, hospedar, entreter; os serviços prestados nesse sistema; e as relações comerciais, políticas e sociais que acontecem por meio desse ato praticado pelos turistas. Para tentar solucionar a problemática, a autora propõe, portanto, que “respeitando a etimologia da palavra, turismo deveria designar um tipo específico de viagem, cujas características também deveriam respeitar a historicidade do conceito” (BARRETO, 2008, p.16). Além disso, expressão “sistema turístico” deveria ser utilizada para designar uma série de serviços relativos à atividade do turismo.

Dessa forma, o turismo passaria a ser entendido como uma prática social e o sistema turístico como uma série ordenada de serviços criados a partir de tal prática; as múltiplas relações que se estabelecem, na prática do turismo, com o sistema turístico e com lugares visitados constituiriam o fenômeno turístico e os estudos sobre o fenômeno turístico, a turismologia (BARRETO, 2008, p.16).

Esclarecida tal problemática, Barreto (2008) apresenta então a motivação do turista, o propósito da viagem, e toda a preparação envolvida, como àqueles elementos que se consideram como essenciais para definir o que é o turismo. Significa que a atividade turística depende de um sistema para acontecer, no qual estão combinadas ações de planejamento; vias de acesso; serviços públicos de saneamento, saúde e segurança; serviços de alojamento, alimentação e recreação. Com isso, a autora enfatiza que a motivação não é elemento determinante para definir uma atividade como turismo, já que sem uma estruturação adequada da localidade e demais comodidades que permitam às pessoas saírem de casa sem risco de vida e com algum conforto, não é possível fazer turismo (BARRETO, 2008).

A esse cenário, de complexo artifício de decisão sobre o que visitar somado à estrutura disponível, Beni (2008) sugere agregar elementos econômicos, como o preço e a competitividade, formulando sua definição de turismo como um processo no qual:

intervêm inúmeros fatores de realização pessoal e social, de natureza motivacional, econômica, cultural, ecológica e científica, que ditam a escolha dos destinos, a permanência, os meios de transporte e o alojamento, bem como o objetivo da viagem em si para fruição tanto material como subjetiva dos conteúdos de sonhos, desejos, de imaginação projetiva, de enriquecimento existencial histórico-humanístico, profissional, e de expansão de negócios. Esse consumo é feito por meio de roteiros interativos espontâneos ou dirigidos, compreendendo a compra de bens e serviços da oferta original e diferencial das atrações e dos equipamentos a ela agregados em mercados globais com produtos de qualidade e competitivos (BENI, 2008, p. 37).

Basicamente, o que os autores supracitados querem dizer é que o turismo não corresponde à somente um elemento, mas a um sistema constituído por relações interdependentes entre variados elementos e fatores. Apesar de parecer resolvida a questão do turismo com tais considerações, a complexidade do turismo não termina aqui. Pelo contrário, por envolver tantas variáveis, é que a atividade do turismo se torna mais delicada. A OMT (2014), que define o turismo sinteticamente como um fenômeno social, cultural e econômico que implica o deslocamento de pessoas para países ou lugares diferentes daqueles habitualmente associados a fins pessoais ou profissionais, faz uma ressalva quanto aos impactos da atividade. Para a Organização, o turismo tem implicações sobre a economia, o meio ambiente natural e construído, a população local e sobre os próprios turistas. E devido a

esses múltiplos impactos; a ampla gama e variedade de fatores de produção necessários para produzir os bens e serviços turísticos; bem como o amplo espectro de atores envolvidos ou afetados pelo turismo, faz-se necessário desenvolver uma abordagem holística para o desenvolvimento, gestão e monitoramento do turismo (ORGANIZAÇÃO..., 2014).

Premissa corroborada por Sampaio (2007) que defende a construção de uma base de conhecimento transdisciplinar, para dar conta dos problemas que não podem ser resolvidos de maneira disciplinar. A proposta do autor é a superação da predominante ótica das Ciências Sociais Aplicadas sobre o turismo, complementando-a com considerações amadurecidas pelas Ciências Ambientais. Justamente pelo fato de que neste desenho do sistema turístico, embora as relações entre seus elementos internos e externos pareçam simples, práticas e óbvias do ponto de vista econômico, sob demais perspectivas, ele é mais que um arranjado de relações que funciona perfeitamente, ele é “causa-efeito de uma dinâmica humana, entre deslocar-se e permanecer. Novos modos de ação humana surgem, concomitantemente, quando modos de agir tradicionais estão desaparecendo” (SAMPAIO, 2007, p. 162). Dessa forma, o posicionamento do autor favorável às abordagens de turismo que se apoiam em enfoques complexos e sistêmicos, dá-se porque muitas definições ainda são utilitaristas. Por exemplo, a questão da motivação normalmente é restrita a quem se desloca, e raramente a quem recebe, prevendo que as comunidades receptoras devem estar à disposição daqueles que se deslocam para seus territórios³⁵.

A autora Coriolano (2006, p. 368) constrói semelhante ponto de vista sobre o turismo, percebendo-o como uma atividade produtiva moderna, que “reproduz a organização desigual e combinada dos territórios capitalistas, sendo absorvido com maneiras diferenciadas pelas culturas e modos de produção locais”. Ou seja, apesar de muitos discursos favoráveis à atividade como uma promessa ao desenvolvimento local, ela é uma atividade produtiva como outra qualquer, sem qualquer mérito a mais. Configura-se como prática social, econômica, política, cultural e educativa, envolvendo relações sociais e de poder entre os atores – residentes e turistas, produtores e consumidores. Neste sentido, o turismo “é uma das mais novas modalidades do processo de acumulação, que vem produzindo novas configurações geográficas e materializando o espaço de forma contraditória, pela ação do Estado, das empresas, dos residentes, e dos turistas” (CORIOLANO, 2006, p. 368).

³⁵ “O que se quer evidenciar é que o planejamento e a gestão turística vigentes privilegiam quem se desloca – o turista –, e não quem o recebe – as comunidades autóctones” (SAMPAIO, 2007, p. 150).

Quando se compreende essa dinâmica, é possível entender que todo aquele sistema turístico apresentado anteriormente é dinamizado pelas relações produtivas do espaço, bem como pelo exercício de poder do Estado, das classes empresariais e trabalhadoras em constante conflito. A presente pesquisa alinha-se, portanto, ao entendimento de que o turismo é mais que um agregado de variáveis – motivação, turistas, serviços, produtos turísticos, vias de acesso, transporte –, mas se constitui como um sistema dependente da ação dos atores envolvidos, os quais determinam o tipo de relação que esses elementos construirão. Por fim, a definição de turismo construída permite avançar para a compreensão de quais implicações essa atividade pode causar no tema “território”.

3.2 TERRITÓRIO TURÍSTICO

Conforme visto no item sobre Território na seção de Agenciamento, o mesmo se refere, sobretudo, “às relações de poder entre indivíduos, grupos sociais, instituições públicas e firmas privadas, que, por sua vez, se apresentam como principais atores no processo de transformação do espaço” (CANDIOTTO, 2007, p. 158). Dessa forma, a presente seção se dedica a aproximar esse entendimento sobre território à compreensão sobre a atividade do turismo amadurecida na seção anterior, mostrando quais são as características e implicações dessa aproximação.

As relações estabelecidas entre território e turismo tomaram bastante atenção de Knafou (2001), que gerou inclusive uma classificação dessa relação em três categorias: i) *territórios sem turismo* – compreende aqueles territórios que não comportam uma atividade turística; ii) *turismo sem território* – refere-se ao caso do turismo que ocorre de forma indiferente à região onde está implantado; e iii) *territórios turísticos* – representam os territórios que foram produzidos especialmente para o turismo. Para incluir aqueles exemplos de turismo agregado a espaços já ocupados por outras atividades econômicas, Queiroz (2005) adiciona mais uma categoria denominada de *territórios compartilhados com o turismo*.

Independente do tipo de relação constituída, Candiotto (2010), Coriolano (2006) e Queiroz (2005), apoiando-se em diversas fontes, verificaram que há praticamente unanimidade quanto a reconhecer que o turismo provoca modificações no território, que vão desde a conformação do espaço físico à territorialidade³⁶ da população local. O espaço pode

³⁶ Candiotto (2010) se apropria de considerações realizadas por autores como Haesbaert, Souza e Saquet a respeito da territorialidade, para entendê-la como um conjunto de impressões simbólicas/subjetivas das relações

ser inicialmente interferido, por exemplo, pelos construtores e proprietários que administram a inserção de infraestrutura e equipamentos turísticos, supervalorizando o uso do solo, e fazendo com que somente aqueles que têm condições de investir, permaneçam no lugar. A respeito da territorialidade, esta passa por um processo de transformação à medida que os autóctones entram em contato com os turistas e começam a questionar seus próprios hábitos, cultura, valores, incorporando novos modos no falar, vestir e ser (CANDIOTTO, 2010).

Voltando às classificações, Candiotta (2010), que se atém prioritariamente às implicações pertinentes à terceira categoria de Knafou (2001), afirma que além de se apropriar e dominar territórios já existentes, o turismo cria de fato um novo território, o território turístico. Entendido basicamente como um território criado a partir de atividades de lazer e/ou turismo, que se sobrepõe a outros territórios presentes ou não na mesma unidade político-administrativa ou no mesmo espaço físico, e corresponde “ao espaço onde se efetivam as relações de poder entre os atores sociais envolvidos com o turismo” (CANDIOTTO, 2007, p. 160). Dessa forma, de acordo com Candiotta (2007, p. 160), quando determinado

projeto, circuito ou empreendimento turístico se instala em um lugar, inicia-se um processo de territorialização turística desse lugar, criando um território turístico. Este pode estar espacializado em uma área física contígua, em pontos ou em redes como ocorre com qualquer território.

Esse processo de criação de um território turístico, chamado de territorialização³⁷ turística, pode partir de três fontes: dos turistas; do mercado; e dos planejadores e promotores territoriais (KNAFOU, 2001). Além destas fontes, Candiotta (2010) apresenta o Estado como importante ator, desempenhando papel fundamental para a institucionalização e regulação do território turístico, por meio de leis, políticas públicas ou pela criação de normas que controlem a atividade, incluindo incentivos a estabelecimentos já existentes e/ou à entrada de novos. Candiotta (2010) enfatiza que, no Brasil, o ator mais influente nesse processo de territorialização turística é o poder público municipal, que institucionaliza órgãos públicos ligados ao turismo no município, como a Secretaria de Turismo e o Conselho Municipal do Turismo. Resultando também na chegada de atores externos, como o Serviço de Apoio à Pequena e Micro Empresa (SEBRAE) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

sociais que, ao mesmo tempo, produzem e são produzidas pelo território. Manifesta-se na cultura, no comportamento e nas ações em geral de indivíduos e grupos sociais.

³⁷ Turistificação é um termo geralmente utilizado para também dar o entendimento de construção de um território turístico. No entanto, Candiotta (2010) alerta para que ele somente seja utilizado caso inclua aspectos políticos e sociais aos técnicos e econômicos, comumente utilizados.

(SENAC). Uma ressalva é feita por Cruz (2001), sobre a observância do caráter dinâmico do processo de turistificação, já que a valorização de certos atributos socioespaciais irá depender do contexto cultural daqueles que induzem o processo. Entre tudo, visto que a cultura é mutável, a eleição desses atributos possui uma dinamicidade constante que interfere diretamente na territorialização turística do espaço.

Um exemplo desse processo de valoração territorial é o estudo que Vera Rebollo e Baidal (2003) realizaram na região litorânea da Espanha, mais especificamente sobre Torrevieja. O desenvolvimento da atividade turística na costa espanhola teve seu início nos anos 1960, quando uma demanda internacional buscava pelo turismo de sol e praia. Desde então, as cidades foram se estruturando para atender a demanda, e se tornaram em grandes “cidades de veraneio” suportadas pela construção de inúmeros complexos de casas, apartamentos e equipamentos de lazer. Para os autores, dentre essas cidades, Torrevieja representa um bom modelo de contradições entre os princípios de sustentabilidade em escala global e a realidade do desenvolvimento urbano em escala local. Em 1960 a estável população de 9.200 habitantes cedeu lugar a mais de 70.000 em 2001, volume que aumenta para 400.000 durante as férias de verão com a população sazonal.

Sem dúvida alguma, o relacionamento entre a comunidade, uma típica vila de pescadores, e os visitantes, deixaram sua marca na personalidade dos habitantes da vila, que aprenderam a assimilar uma nova e complexa estrutura social resultante da rápida transformação que o território sofreu nos últimos anos. Mudanças radicais foram percebidas nos sistemas econômico, social, cultural e ecológico da comunidade, gerando um sentimento um tanto quanto paradoxal em relação ao cenário provocado pelo turismo. Como a dinâmica do sistema local é basicamente dependente do setor de construção e imobiliário, que provê um alto retorno para os investimentos, o crescimento urbano é o interesse que se sobressai entre os demais. Dessa forma, as políticas locais de um lado somam esforços para minimizar os impactos negativos ocasionados pelo turismo, e de outro lado são coagidas pela comunidade a não interromper o investimento no crescimento urbano (VERA REBOLLO; BAIDAL, 2003).

Um dos resultados dessa dinâmica é a transformação e segmentação da estrutura urbana em vários tipos de áreas. No caso de Torrevieja, o território é descrito por meio de duas realidades aparentemente opostas: a) uma inestimável reserva natural, que tem uma pequena área explorada comercialmente de forma intensa; e b) um congestionado centro urbano que está crescendo para dentro do continente, lembrando que essas residências estão principalmente a serviço do turismo, já que são residências de veraneio. Portanto, as principais consequências decorrentes do turismo nessa região passam pela expansão dessa

área residencial altamente concentrada demandando uma infraestrutura mais eficiente; a transformação de estruturas tradicionais como a agricultura; e a superestimação do terceiro setor e do setor de construção na estrutura econômica. Em âmbito cultural nota-se uma clara transformação na estrutura demográfica, decorrente dos veranistas, aposentados espanhóis, imigrantes e aqueles que vem trabalhar no terceiro setor e setor de construção (VERA REBOLLO; BAIDAL, 2003).

A citada experiência de Torrevieja permite visualizar com clareza como se constitui um processo de territorialização turística e respectiva valoração territorial. A premissa consensual entre autores que estudam a relação entre turismo e território, é que, indubitavelmente o turismo desencadeia movimentos de desterritorialização e reterritorialização, produzindo novas configurações geográficas. Para Coriolano,

regiões litorâneas, originalmente ocupadas pelos indígenas, pescadores, comunidades tradicionais – os chamados “povos do mar” –, são expropriadas para dar lugar às segundas residências, aos grandes *resorts*, às cadeias hoteleiras, aos restaurantes e demais equipamentos turísticos, como parques temáticos, por exemplo” (CORIOLANO, 2006, p. 369).

Outro estudo com semelhante propósito permite compreender além desses aspectos, a existência equivocada de uma dicotomização entre os modelos de territorialização turística como *hegemônicos* e *humanistas*. Candiotta (2007) define que para o primeiro são associadas imagens dos megaestabelecimentos, como os resorts e parques temáticos manipulados pelos atores hegemônicos do capitalismo globalizado, já ao segundo as imagens recaem sobre as formas de turismo de base local, como projetos de agroturismo. Um dos resultados da tese elaborada pelo autor, foi justamente mostrar que lugares como o Circuito Italiano de Turismo Rural, desenvolvido em Colombo – Paraná e divulgado como um projeto de agroturismo, não possui fundamentalmente uma proposta humanista, pautada na cooperação, em consensos ou na busca por objetivos comuns. Dessa forma, o fato de dicotomizar o local como humanista e o global como mercantil, ignora a existência das verticalidades, objetos e ações globais, que influenciam o local, bem como o reconhecimento de que

o lugar carrega consigo diversas intencionalidades e relações de poder através de seus atores endógenos, e acaba reproduzindo a racionalidade econômica hegemônica pelos imperativos de crescimento ilimitado e competitividade, propagado por consultores, planejadores, empresários do *trade* turístico e políticos (CANDIOTTO, 2010, p. 94).

Portanto, para Candiotto (2010), a territorialização turística, como uma face da territorialização do capital, pode até começar relativamente homogênea, movida pelo protagonismo local, com pequenos estabelecimentos e atrativos esparsos. No entanto, com a entrada e atuação de atores exógenos, a padronização de normas e o predomínio da lógica capitalista são instaurados. Por isso, é preciso lembrar que mesmo em iniciativas de turismo de base comunitária, as verticalidades não são isentas³⁸. A atividade turística envolve diversos setores da economia (transporte, alimentação, entretenimento, etc.), sendo intrínsecas as relações de poder e as intencionalidades para com o uso do solo, dos recursos naturais e da cultura.

Em suma, as principais características do território turístico são: (a) o turismo é uma atividade que permeia demais territórios já existentes, como os das indústrias ou comércio; (b) o turismo pode modificar territórios e territorialidades, criando novos territórios e territorialidades; (c) a territorialização turística compreende a existência de objetos e ações de lazer e turismo em um lugar, podendo ser induzida por diferentes atores; (d) dão suporte ao turismo, infraestrutura e equipamentos que ocorrem independentemente do seu processo de territorialização; e (e) o território turístico como resultado da prática turística, ao mesmo tempo em que é transformado por ela, a concretiza.

No final das contas, há diferentes tipos de territorialidade que se confrontam nos lugares turísticos: a territorialidade sedentária dos que aí vivem frequentemente, e a territorialidade nômade dos que só passam, mas que não tem menos necessidade de se apropriar, mesmo, fugidamente, dos territórios que frequentam (KNAFOU, 2001, p. 64).

Por fim, e na tentativa de introduzir o tema da próxima seção, Vera Rebollo (1997) afirma que o planejamento territorial e urbano são vistos como instrumentos preventivos indispensáveis para a gestão turística. Sob a perspectiva administrativa, a ordenação territorial objetiva o desenvolvimento sustentável das regiões e localidades, a utilização racional do território e de seus recursos, a coordenação administrativa, bem como a melhoria da qualidade de vida da sociedade. Todavia, Queiroz (2005) salienta que a ordenação territorial e urbanística, por si só, não asseguram que determinado modelo territorial gerará benefícios

³⁸ Esse exemplo apontado pelo autor está inteiramente alinhado ao entendimento que Deleuze amadurece sobre as linhas de fuga, elucidado na seção de diálogos entre agenciamento e sustentabilidade. Mesmo que uma linha de fuga, um processo de desterritorialização, dê início a um movimento homogêneo de territorialização turística, inevitavelmente ocorrerá um fenômeno molar que irá instaurar uma rigidez, uma hegemonia naquele movimento inicial. Significa que os agenciamentos são contínuos e não há movimento desterritorializante que se mantenha para sempre como linha de fuga.

para o conjunto da sociedade. Faz-se necessário, portanto, controlar os resultados do turismo, principalmente para os destinos que almejam ampliar sua competitividade.

Esta preocupação está conduzindo a que o planejamento turístico esteja cada vez mais em evidência, trazendo consigo uma nova discussão sobre o papel que o Estado deve desempenhar no turismo e sobre os possíveis benefícios que a planificação pode vir a ocasionar aos destinos [...] (QUEIROZ, 2005, p.174).

Já outros autores percebem a combinação do planejamento urbano com uma abordagem estratégica, como a melhor solução para controlar de forma sistêmica os efeitos da atividade turística. O fato é que planejar o desenvolvimento do turismo não é uma tarefa fácil, visto que não se trata de um território institucional, para o qual já existem diversas teorias administrativas que praticamente dão conta de acompanhar suas necessidades. Hall (2004) salienta que o planejamento e a coordenação, enquanto ação política, tornam-se difíceis em atividades como o turismo, que pressupõem um variado número de atores envolvidos com o processo de decisão. Independentemente do ponto de vista dos autores quanto à ordenação territorial para controle da atividade turística, é consenso que o papel do Estado no desenvolvimento do turismo, é um tema que merece atenção, sendo explorado na próxima seção.

3.3 A PARTICIPAÇÃO DO PODER PÚBLICO NO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO BRASIL

Souza (2000) aponta que o panorama é pouco animador quanto à disponibilização de alternativas viáveis de planejamento e gestão, visto que aquele Estado com capacidade de no mínimo regular e investir está enfraquecido, abrindo, portanto, espaço para o desenho de um planejamento empresarialista. Dessa forma, em princípio, quem planeja ou gere atualmente é o Estado, mas o autor aponta o grande capital industrial e imobiliário como aqueles que elaboram sofisticadas geoestratégias, funcionando como agentes modeladores do espaço. Cabendo à parcela majoritária da sociedade civil, que não pertence a nenhum grupo dirigente, organizar-se para participar ativamente do processo de planejamento e gestão. Ademais, o afastamento do poder público e a conseqüente posição privilegiada do setor privado ante as tomadas de decisão, contribuem para a conformação do que Sachs (1986) chama de reducionismo econômico. Como o sucesso e o fracasso de uma empresa é julgado,

basicamente, pelo critério do lucro, essa lógica é facilmente transferida para o julgamento de demais relações sociais, ao que se acrescenta “o fato de que a análise custo-benefício na realidade só interessa ao decisor público, capaz de transcender, nos seus projetos, à racionalidade estreita da economia mercantil” (SACHS, 1986, p. 37).

De maneira alinhada aos comentários anteriores, mas direcionado ao desenvolvimento do turismo, segundo Queiroz (2005), a mudança no papel do Estado neste setor é facilmente detectada pelo novo posicionamento adotado pela OMT, que, em oposição ao seu papel de centralizador na gestão turística desempenhado nos anos 1970, criou em 1998 um Grupo Estratégico composto por representantes dos setores público e privado. Em adição, para Solha (2010), esta postura de distanciamento do Estado se mantém exceto quando os demais setores econômicos apresentam determinada dificuldade: momento esse, em que o turismo ganha destaque, sendo visto como alternativa de reversão imediata do contexto negativo do panorama econômico. Beni (2006) também garante que o distanciamento do poder público pode refletir na liberdade da iniciativa privada em investir em atividades turísticas que visem, sobretudo, lucro, pois se veem sem diretrizes claras da sociedade frente às suas prioridades.

Dias (2003) define políticas públicas como um conjunto de ações cumpridas pelo Estado, que visa atender às necessidades da sociedade. “Embora a política possa ser exercida pelo conjunto da sociedade, não sendo uma ação exclusiva do Estado, a política pública é um conjunto de ações exclusivas do Estado” (DIAS, 2003, p. 121). A política de turismo, por sua vez, refere-se a esse conjunto de ações direcionado ao desenvolvimento da atividade turística, apresentando funções específicas como o próprio papel do turismo dentro do desenvolvimento socioeconômico da região (DIAS, 2003). Dias (2003) afirma que apesar do cenário de distanciamento do poder público, ele ainda representa um ator fundamental para reverter históricos de desigualdade social e demais questões de grandes proporções. Portanto, o maior interesse do poder público, seja em qualquer esfera, deveria ser a promoção de uma parceria com o setor privado que extrapole a transferência de incentivos, envolvendo-o no processo de tomada de decisão orientado por valores definidos pelos representantes da sociedade (SOLHA, 2010).

Além do debate acerca da gestão por parte das instituições privadas, Solha (2010, p. 41) reflete sobre uma possível perda de amplitude do conceito da sustentabilidade. A falta de políticas específicas para orientar o desenvolvimento sustentável do turismo “é a situação precária apresentada pelo setor público, que não oferece condições para apoiar ou mesmo desenvolver políticas de turismo”, abrem espaço na gestão à participação das organizações

não governamentais vinculadas a, principalmente, questões ambientais. Fato que naturalmente acaba reduzindo o desenvolvimento do turismo sustentável à dimensão ambiental.

Já a respeito das áreas de atuação do Estado no desenvolvimento do turismo, Dias (2003) pontua como sendo: (a) coordenação – traduzir os interesses de cada grupo de atores num interesse coletivo; (b) planejamento – definir os rumos de um país, região ou município; (c) legislação e regulamentação – criar ações de proteção como restrições a recursos naturais e de benefícios da atividade como elaboração de passaportes; (d) empreendimentos – quando se considera uma atividade fundamental que não gere retorno financeiro para iniciativas privadas, o estado pode exercer função empresarial; (e) incentivo – referente à empréstimos, incentivos fiscais, isenção de taxas; (f) atuação social – promover o turismo em camadas sociais menos favorecidas e; (g) promoção do turismo – promover o turismo nas regiões emissoras de turistas.

Vale destacar que não existe um padrão comum nas estruturas governamentais, em alguns países o poder é centralizado nacionalmente, como Ministério, e em outros o poder é descentralizado em agências estaduais (HALL, 2004). Há ainda exemplo de países que não interferem diretamente no setor, como é o caso dos Estados Unidos que em 1996 extinguiram seu órgão nacional de turismo; Reino Unido e Suécia que estão reduzindo o nível e escopo de intervenção – na contramão dos países em desenvolvimento que cada vez mais aumentam o poder de intervenção do estado (SOLHA, 2010).

Em âmbito nacional, a atuação do Estado no desenvolvimento do turismo, pode ser sucintamente verificada por meio do resgate histórico compilado no quadro 4.

(continua)

Período	Vinculação institucional e marcos da intervenção governamental no turismo
1937-1945	- Proteção de bens históricos e artísticos nacionais. - Autorização à venda de passagens aéreas, marítimas ou rodoviárias (Lei nº 406). - Criação da Divisão do Turismo para superintender, organizar e fiscalizar os serviços de turismo interno e externo (Lei nº 1915).
1946-1947	- Subordinação ao Ministério da Justiça e Negócios.
1948-1958	- Subordinação ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. - Início do planejamento do turismo em nível nacional por meio da Comissão Brasileira de Turismo (COMBRATUR).
1959-1962	- Subordinação direta à presidência da República (COMBRATUR).
1963-1966	- Subordinação ao Ministério da Indústria e Comércio (Divisão de turismo e Certames do Departamento Nacional de Comércio). - Modernização e expansão do aparelho administrativo do Estado e sua correspondência com os diversos níveis da federação, tendo como marca a hierarquização/centralização dessa estrutura,

Período	Vinculação institucional e marcos da intervenção governamental no turismo
	<p>bem como a ação mais rígida de controle.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Definição da Política Nacional de Turismo e criação da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) e do Conselho Nacional de Turismo (CNTUR).
1971-1974	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de incentivos fiscais como o Fundo Geral do Turismo (FUNGETUR) (Lei nº 1.191). - Disposição sobre zonas prioritárias para o desenvolvimento do turismo (Lei nº 71.791). - Criação do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor), da Amazônia (Finam) e setorial (Fiset).
1976-1977	<ul style="list-style-type: none"> - Autorização do Departamento de Aviação Civil (DAC) para a realização de voos domésticos com desconto e estímulos fiscais ao turismo estrangeiro no país. - Disposição sobre atividades e serviços turísticos, estabelecendo condições para funcionamento e fiscalização (Lei n. 6.505). - Criação de áreas e locais de interesse turístico (Lei nº 6.513).
1979-1983	<ul style="list-style-type: none"> - Iniciados os pacotes para o Norte e o Nordeste. - Acordo entre a Embratur e Ministério do Trabalho para estimular os sindicatos a organizar viagens turísticas na baixa temporada. - Criação dos Planos Brasil Turístico Individual e Brasil Turístico em Grupo.
1985-1986	<ul style="list-style-type: none"> - Liberação do mercado para o exercício e a exploração de atividades turísticas e consequente redução da clandestinidade e aumento do número de agências registradas. - Criação do programa “Passaporte Brasil” para a promoção do turismo interno e estímulo à criação de albergues.
1987-1988	<ul style="list-style-type: none"> - Incorporação das questões ambientais na formulação das políticas públicas, e lançamento pela EMBRATUR do turismo ecológico como novo produto turístico brasileiro. - O turismo é citado na constituição brasileira em seu art. 180 no qual se atribui responsabilidades iguais a todos os níveis governamentais. - Estabelecimento de um colegiado do setor, o Sistema Nacional de Turismo composto pela EMBRATUR, CNTUR e Ministério da Indústria e Comércio, para organizar a política de turismo nacional.
1992	<ul style="list-style-type: none"> - Subordinação ao Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo. - Revitalização do FUNGETUR e dos incentivos fiscais do setor, e criação do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR-NE). - Apresentação do Plano Nacional do Turismo (PLANTUR).
1993-1994	<ul style="list-style-type: none"> - Lançamento de diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo. - Incorporação dos princípios de descentralização governamental no turismo por meio do Plano Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT).
1996-2002	<ul style="list-style-type: none"> - Subordinação ao Ministério do Esporte e Turismo. - Apresentação de nova Política Nacional de Turismo para o período de 1996-1999, contendo dez objetivos estratégicos, entre os quais destacam-se a descentralização, “conscientização” e articulação intra e extragovernamental. - Instalação dos comitês “Visit Brazil”, maiores investimentos em marketing e divulgação no exterior, bem como promoção da pesca e do ecoturismo. - Flexibilização da legislação (resultando na queda das tarifas aéreas e no início de cruzeiros com navios de bandeira internacional pela costa brasileira).

(conclusão)

Período	Vinculação institucional e marcos da intervenção governamental no turismo
2003-2005	<ul style="list-style-type: none"> - Criação do Ministério do Turismo com incorporação da EMBRATUR e nova organização administrativa do turismo em nível nacional: EMBRATUR, responsável pela promoção e marketing do produto turístico brasileiro; Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, responsável pelo planejamento e articulação; Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Turismo, responsável pela implantação de infraestrutura turística³⁹. - Criação do Conselho Nacional de Turismo e do Fórum Nacional de Secretários de Estado do Turismo. - Lançamento do Plano Nacional de Turismo para o período de 2003-2007; implantação do Programa de Regionalização Turística “Roteiros do Brasil” em substituição ao PNMT; lançamento do Salão Brasileiro de Turismo. - Assinatura dos primeiros convênios relacionados ao Programa de Desenvolvimento do Turismo no Sul do Brasil (PRODETUR-SUL).
2007-2010	<ul style="list-style-type: none"> - Lançamento do Plano Nacional de Turismo para o período de 2007-2010. - Sancionada em 2008, a Lei do Turismo (nº 11.771), definindo competências e responsabilidades do poder público e de toda a cadeia produtiva do turismo.
2012	<ul style="list-style-type: none"> - Lançamento do Plano Plurianual 2012-2015.
2013	<ul style="list-style-type: none"> - Lançamento do Plano Nacional de Turismo para o período de 2013-2016, com destaque para os megaeventos (Copa-2014 e Olimpíadas-2016).

Quadro 4 – Participação do Estado na atividade turística no Brasil.

Fonte: Adaptado de Beni (2006), Dias (2003) e Ministério do Turismo (2013).

Acerca das informações apresentadas no quadro 4, algumas considerações fazem-se pertinentes. Para começar, Beni (2006) ressalta que a inconsistência de vínculo constatada em nível nacional também ocorre nos níveis estadual e municipal. As três esferas vivenciaram constantes concepções, extinções e readaptações de organismos orientados à atividade turística. Além disso, segundo Beni (2006), tais organismos são frequentemente utilizados como moeda de troca nas composições políticas o que resulta numa descontinuidade da gestão, bem como na falta de diretrizes para os atores públicos, privados e sociedade civil.

Em relação aos fundos de investimento criados para atrair empresários a investir no setor, Beni (2006) aponta que ocorreu um equívoco no direcionamento⁴⁰ e posicionamento do mercado durante a década de 1970. Os capitais incentivados foram direcionados quase integralmente à construção de hotéis de luxo, com valores de quase 250 mil dólares a unidade

³⁹ Pela primeira vez o turismo conta com estrutura e orçamento específicos, não mais dividindo com outros setores de atividades a condução dos interesses particulares do turismo em nível nacional.

⁴⁰ Interessante notar que o mesmo autor, e outros, se posicionam a favor da intervenção do estado no direcionamento das ações do setor privado, mas ao analisar eventos passados, comentam sobre, por exemplo, um equívoco de direcionamento quanto aos fundos disponibilizados para investir no turismo. Ou seja, não significa que qualquer tipo de intervenção estatal pode provocar resultados positivos no desenvolvimento de uma atividade econômica. Não se trata da presença ou ausência de intervenção, mas dos objetivos almejados e do resultado qualitativo dessas ações.

habitacional, o que equivaleria, em valores atuais, à ordem de 75 milhões de dólares o investimento do empreendimento. O resultado disso foi uma oferta incompatível às características da demanda interna regional, e conseqüente frustração dos empresários com as baixas taxas de ocupação (BENI, 2006). Isso decorre, em partes, da reflexão que Solha (2010) faz sobre a postura profissional e técnica do estado que desconsidera a importância das interferências políticas no desenvolvimento de um turismo sustentável, por estar mais focada na obtenção de resultados comerciais. Desconsiderando, sobretudo, aspectos da oferta e demanda, bem como um planejamento voltado para as necessidades territoriais das regiões em potencial.

Posteriormente, visando corrigir tais equívocos, os programas e projetos instituídos pelo governo federal em meados da década de 1990, por meio da Embratur, tiveram como orientação o desenvolvimento sustentável do turismo. São eles: i) Prodetur – NE: Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste; ii) Proecotur: Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal, abrangendo as regiões da Amazônia Legal, Centro-oeste e Pantanal mato-grossense; Prodetur – SUL: Programa de Desenvolvimento do Turismo no Sul; e Prodetur – SE: Programa de Desenvolvimento do Turismo no Sudeste (BENI, 2006).

Outro aspecto relevante refere-se ao fato de que o Brasil, apesar de apresentar participação em todos os níveis do poder público (nacional, regional, estadual e local), ainda centraliza a maior parte das ações na esfera nacional. Para Solha (2010), o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) foi aplicado no período de 1994-2002 para tentar inverter esse cenário, por meio da descentralização das atividades de planejamento, visando conferir maior autonomia aos municípios e incentivar à participação dos mesmos na cogestão. No entanto, segundo Beni (2006), o PNMT foi um modelo importado, sugerido pela OMT aos seus países membros, e ao implantar o modelo, o Brasil apresentou logo no início uma falha estratégica. A falha referia-se a não realização do Relatório do Inventário Turístico Nacional (RINTUR), idealizado como etapa inicial para prover um conhecimento prévio do espaço turístico nacional. O Brasil, não realizando essa etapa, contou com um número alto de municípios apresentando-se como vocacionados ao turismo, sendo que a maioria, não possuía tal realidade (BENI, 2006).

Portanto, em substituição ao PNMT, o novo Plano Nacional de Turismo estabeleceu a regionalização como política prioritária, objetivando criar e comercializar produtos turísticos regionais, subsidiada pelo poder público estadual (SOLHA, 2010). A fim de assegurar a participação político-operacional do então Programa de Regionalização do Turismo, foi criado o Fórum dos Secretários Estaduais de Turismo, para o qual foi delegada a

função de instrumentalizar as políticas, programas, ações e parcerias às suas jurisdições regionais (BENI, 2006).

Além da formação do referido programa como estratégia para orientar o desenvolvimento do turismo, o Poder Legislativo tem também assumido significativo posicionamento frente a questões do turismo, priorizando o tema em debates nacionais e regionais, por meio da implementação da comissão Permanente de Turismo na Câmara dos Deputados e da Subcomissão de Turismo no Senado (SOLHA, 2010).

Por fim, em relação ao financiamento e assessoramento técnico, ressalta-se que as ações estão relacionadas aos três níveis do poder executivo, e dependendo da localidade, variam as linhas de crédito, financiamento, recursos governamentais nacionais e de órgãos internacionais disponibilizados à realização do programa (BENI, 2006). Alguns estados recorrem a instituições financiadoras para aplicar seus projetos, e todos os planos de desenvolvimento turístico dos estados brasileiros que recebem recursos externos precisam levar em conta a sustentabilidade em seus projetos, denominados Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS). Beni (2006) cita como políticas recentes, o PROMESO – Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais e a criação de Agências de Desenvolvimento do Turismo nas Macrorregiões do Brasil.

3.4 MÉTODOS E ENFOQUES DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO TURISMO

Faz-se imprescindível iniciar com breves considerações a respeito da compreensão do que vem a ser planejamento e gestão. De maneira simplificada, Dias (2003) aponta que planejamento significa impedir que as transformações nas sociedades humanas sejam determinadas por circunstâncias fortuitas ou externas, para tanto, por meio de vários caminhos possíveis, orientam-se atividades presentes para determinado futuro. Semelhantemente, Molina (2005) traduz planejamento como um conjunto de variáveis que carregam o objetivo de alcançar uma situação determinada por meio de um curso de ações. Mais especificamente, “o planejamento consiste em estabelecer um curso de ação que conduza à obtenção de uma situação desejada, mediante um esforço constante, coerente, organizado, sistemático e generalizado” (MOLINA, 2005, p. 45). O autor afirma ainda que o planejamento trata-se de um instrumento que se configura num contexto ideológico e político, porque como qualquer outro instrumento, o planejamento também está a serviço de valores e propósitos (MOLINA, 2005).

Ao esforço organizado e sistemático apontado por Molina (2005), Buarque (2008) o denomina como uma dimensão técnica do planejamento. Dessa forma, o planejamento seria um combinado das dimensões técnica e política. Política, porque como já indicado, toda decisão e definição de objetivos é permeada por interesses e negociações entre atores sociais. E técnica, por se utilizar de instrumentos de “organização, sistematização e hierarquização da realidade e das variáveis do processo e um esforço de produção e organização de informações sobre o objeto e os instrumentos de intervenção” (BUARQUE, 2008, p. 82).

Souza (2000), por sua vez, afirma que, de forma geral, o planejamento remete ao futuro e a gestão remete ao presente. A gestão, apesar de também possuir uma dimensão de planejamento, como ocorre com o orçamento, refere-se à administração dos recursos disponíveis no presente, já o planejamento deve ser tratado, sobretudo, como um processo contínuo. No qual são diferenciados os objetivos de longo prazo, que precisam ser atualizados a cada cinco anos, no mínimo, pois são pertinentes aos problemas estruturais, e os objetivos de médio e curto prazo, de caráter mais conjuntural que orientarão a elaboração de intervenções específicas (SOUZA, 2000).

Para Molina (2005, p.27), as primeiras tentativas de planejamento na América Latina⁴¹ datam de 1940, quando foram dirigidos esforços para “o estabelecimento de uma base teórica que permitisse compreender e avaliar a situação dominante, a realidade econômica interna e o contexto externo que a condicionava e afetava”. Um dos resultados imediatos foi a criação da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) que trazia como foco principal a resolução de questões de ordem econômica, baseada principalmente na substituição de importações (DIAS, 2003). Posteriormente, no início dos anos 1960, o reconhecimento de que a ênfase que o planejamento depositava nas questões econômicas não era suficiente para elevar a qualidade de vida da população, fez com que as questões de ordem social tivessem maior importância (MOLINA, 2005).

Já o planejamento voltado ao desenvolvimento da atividade turística, possui suas próprias críticas e considerações. Segundo Molina (2005, p. 38), uma delas refere-se ao seu caráter setorial, lamentavelmente “o planejamento do turismo na América Latina tem sido setorial, ou seja, a atividade tem sido organizada e conduzida de maneira independente dos demais setores da sociedade”. Premissa corroborada por Candiotto (2010, p.159), que alerta

⁴¹ Apesar de tentativas anteriores, no Brasil o planejamento econômico teve seu marco a partir de 1956 com o Plano de Metas desenvolvido por Kubitschek. Plano que abrangia o desenvolvimento de cinco setores: energia, transportes, alimentação, indústrias de base e educação (DIAS, 2003).

não caber “somente pensar o planejamento turístico, mas o planejamento dos lugares de forma integrada”, de maneira que o desenvolvimento do território não se dê em função de uma só atividade.

Além disso, o planejamento do turismo também apresentou e, em alguns casos continua mantendo um forte viés econômico, prevendo principalmente, atração de um fluxo maior de visitantes e a geração de receitas. Contudo, como contrapartida desta abordagem de fomento, foram criadas demais abordagens que incluíram questões ambientais e sociais em suas pautas, como a participação social no processo de tomada de decisão, o bem-estar da comunidade receptora e a capacidade de carga das áreas turísticas. Característica que, segundo Queiroz (2005), inicia-se nos anos 1970, quando uma maior atenção é dada aos impactos negativos causados pelo turismo. O autor cita contribuições nesta direção de autores como McIntosh e Goeldner, que defenderam aquelas estratégias de desenvolvimento que continham em seus objetivos o “propósito de elevar o padrão de vida da comunidade local e de estabelecer um programa coerente com a filosofia cultural, a social e a econômica dos habitantes, e dos governos dos destinos turísticos” (QUEIROZ, 2005, p. 181).

Portanto, é possível perceber que a soma de acontecimentos, atores e mudanças de contextos, contribuiu para a evolução do planejamento turístico sob abordagens que pudessem dar conta das questões relativas a cada país ou região. Para tanto, a fim de escapar de reducionismos econômicos e mercadológicos, muitas delas apelaram para a proposição de métodos e enfoques fundamentados em teorias sistêmicas, que por meio do envolvimento da comunidade local, visava também corrigir o equívoco setorial apontado por Molina e Candiottto. Á título de exemplificação, mas sem a pretensão de esgotar tais abordagens sistêmicas para o planejamento e gestão do turismo, a presente pesquisa selecionou algumas delas que são brevemente descritas nos itens seguintes.

3.4.1 Planejamento Estratégico do Turismo

De acordo com Acerenza (1992), a criação dessa abordagem foi suportada pela Teoria Geral dos Sistemas (TGS), desenvolvida por Bertalanffy em 1975. Seu principal objetivo era suprir uma deficiência das até então propostas existentes de planejamento que visavam, sobretudo, crescimento econômico de uma região por meio do turismo. Algumas características pertinentes ao Planejamento Estratégico do Turismo elencados por Acerenza (1992):

- Opta por ações a longo prazo determinadas pelo poder público;
- Percebe o turismo como um conjunto integrado de cinco elementos: (a) turista; (b) região geradora; (c) rota de trânsito; (d) região de destino; e (e) indústria turística. Nessa abordagem o poder público não faz parte do sistema, desempenhando somente o papel de administrador da atividade turística;
 - Divide o planejamento em planejamento estratégico, relacionado à tomada de decisões; e planejamento operacional, relacionado à execução;
 - Orienta o processo metodológico por meio da: (a) análise da gestão; (b) avaliação da situação do turismo; (c) formulação da política do turismo; (d) determinação das estratégias de desenvolvimento; e (e) especificação dos programas de ação;
 - Enfatiza a necessidade de mecanismos de controle e gestão da atividade turística. Sugerindo a criação de um sistema de informação e controle de gestão que permita avaliar a gestão nos seus diversos níveis. O sistema de informação é dividido em subsistemas de informações internas, investigação do mercado e inteligência de mercado.

Em adição, Beni (2006) que também se dedica ao planejamento estratégico, propõe um processo metodológico orientado pelas seguintes etapas: (a) identificar e descrever a ordenação geopolítica e administrativa da região objeto de estudo; (b) inventariar os recursos ambientais naturais, culturais e artificiais; (c) traçar o perfil socioeconômico da região objeto de estudo; (d) descrever e identificar o estágio em que se encontra o turismo na região; e (e) observar as tendências do tráfego turístico regional, nacional, intra-regional e internacional.

3.4.2 Planejamento Sustentável do Turismo

Para Hall (2004) planejar a partir de critérios da sustentabilidade, significa ampliar os princípios do planejamento comunitário a fim de incorporar aspectos coordenativos, interativos, integrativos e estratégicos que fazem parte da atividade turística. Além disso, diz respeito a um tipo de planejamento que procura garantir a segurança dos moradores, a longo prazo, por meio da redução da deterioração de recursos, da degradação ambiental, do rompimento cultural e da instabilidade social.

Para sua realização são necessários sistemas de controle cooperativos e integrados; de coordenação do setor, pelo qual o governo deve estimular a coordenação do planejamento

com ampla comunicação entre os investidores; bem como de mecanismos para aumentar a consciência do consumidor e produtor quanto à sustentabilidade turística.

3.4.3 Planejamento Integral

Os autores Molina e Rodriguez (2001) caracterizam o Planejamento Integral como uma abordagem também fundamentada na TGS⁴², e que oferece as seguintes vantagens ao planejamento do turismo: (a) permissão para elaborar um conceito totalizador do turismo; (b) abordagem do turismo de forma integral, sendo ele compreendido como um objeto orgânico e; (c) disponibilização de uma linguagem que facilita a comunicação, já que a TGS propõe um vocabulário comum às ciências.

Nesse contexto o planejamento é a função de um sistema aberto (o turismo), se opondo ao modelo tradicional que é mecânico, reducionista e determinista por não responder às exigências de um sistema mutante. Para tanto, a fim de proporcionar uma visualização sistêmica dos problemas e implicações, a metodologia integral de planejamento considera as seguintes variáveis: cultural, social, psicológica, político-legal, ecológica e econômica. Sendo orientado pelas seguintes fases de planejamento: 1) diagnóstico; 2) prognóstico; 3) planos; 4) objetivos; 5) metas; 6) estratégias; 7) programas; 8) pressupostos; 9) projetos; 10) avaliação.

3.4.4 Gestão Territorial Participativa

Abordagem proposta por Beni (2006), a Gestão Territorial Participativa integra as metodologias: Cadastro Técnico Multifinalitário (CTM) e Multicritérios de Apoio à Decisão (MCDA). O CTM visa buscar as potencialidades do espaço social e territorial da comunidade, e o MCDA objetiva a formação de grupos de decisores e facilitadores a partir das suas potencialidades humanas, técnicas e científicas, buscando priorizar a subjetividade humana. Interagindo com essas metodologias o autor sugere o uso de rodas de conversa e mapas temáticos⁴³, para garantir a construção de um sistema de atores potenciais capazes de fornecer informações qualitativas e quantitativas sobre o espaço social e territorial.

⁴² “Essa ciência do século 20 está em condições de superar o enfoque parcial, reducionista, com o qual atualmente se aborda o planejamento do turismo” (MOLINA, 2005, p. 40).

⁴³ Os mapas temáticos buscam analisar as diferentes ações na comunidade, atores participantes, bem como locais prováveis para multiplicar o conhecimento.

3.4.5 Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Turístico Sustentável

Essa é uma abordagem amadurecida pelo Projeto Metasig, coordenado pelo Instituto Universitário de Geografia da Universidade de Alicante na Espanha. A proposta é estruturada em um sistema de indicadores de sustentabilidade por meio de um Sistema de Informações Geográficas (SIG), que viabiliza a interpretação geral das relações entre turismo e desenvolvimento sustentável, e exige a criação de sistemas de indicadores adaptados a diferentes realidades locais. Como resultado, a abordagem possibilita listar os impactos econômicos, ambientais e socioculturais do turismo; conhecer os interesses e as aspirações da sociedade local; bem como melhorar o nível de satisfação da demanda turística (SAMPAIO et al., 2010).

3.4.6 Gestão Organizacional Estratégica para o Desenvolvimento Sustentável (SiGOS)

De acordo com Sampaio et al. (2010), a abordagem em questão começou a ser construída pela teoria da administração, a qual fornece uma gama diversa de metodologias de gestão organizacional. Entre essas metodologias tratou-se do planejamento estratégico, da administração estratégica e do pensamento estratégico, buscando construir entendimento sobre a gestão organizacional estratégica. Contudo, a abordagem se fundamenta na metodologia de gerenciamento de estratégias que sistematiza o processo de implantação e monitoramento de ações necessárias. E a gestão organizacional se subdivide nas ações intra-organizacional (critérios internos da organização) e ações extra-organizacional (critérios externos da organização).

Para minimizar a complexidade da gestão organizacional estratégica, são utilizadas ferramentas da gestão administrativa, denominadas gestão operacional. Entre as metodologias pertinentes a esse modelo de gestão, são utilizadas: (a) a gerência por projetos, organiza as ações estratégicas para que elas se tornem mais passíveis de serem realizadas; (b) a gerência institucional, tem a função de retroalimentar os projetos estratégicos para que eles sejam de fato implementáveis; e (c) os indicadores de efetividade, que contribuem no dimensionar dos resultados dos intra-organizacionais, relacionando-os com os extra-organizacionais. Além dessas contribuições foi considerado o enfoque do planejamento para o desenvolvimento sustentável apoiado nas pesquisas de Ignacy Sachs.

3.4.7 Modelo híbrido PEC/SiGOS

As adaptações desse modelo híbrido basearam-se nos estudos do Laboratório de Gestão de Organizações que promovem o Ecodesenvolvimento (LaGOE), da Universidade Regional de Blumenau. Basearam-se também na pesquisa-ação participativa que implementa um piloto de arranjo socioprodutivo de base comunitária, conduzido pelo Instituto LaGOE – Curitiba.

O modelo compartilha das premissas do desenvolvimento sustentável amadurecidas por Sachs: (a) a consideração do local e o seu desenvolvimento; (b) a participação da sociedade civil no planejamento; e (c) as dimensões de sustentabilidade. Dessa forma, para Sampaio et al. (2010, p. 161), o pressuposto “central e comum das metodologias PEC e SiGOS é o de que as pessoas detêm o conhecimento organizacional e local, e a potencialização desse conhecimento é elemento estratégico no processo de planejamento e gestão”. Por isso, as duas metodologias utilizadas em modelo híbrido oportuniza a extração, sistematização e potencialização do conhecimento organizacional, dos arranjos institucionais e dos stakeholders, representando a utilização objetiva daquele conhecimento advindo de experiências empíricas.

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

Após a apresentação do referencial teórico utilizado como base à presente pesquisa, este capítulo se dedica a explicitar os procedimentos metodológicos utilizados para a realização do estudo, de forma a responder o problema de pesquisa proposto no capítulo 1, seção 1.3 – Problemas e premissas. Para tanto, nas seções deste capítulo é possível encontrar a caracterização da pesquisa, a coleta e tipologia dos dados bem como as técnicas de análise empregadas.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa caracterizou-se quanto a sua finalidade como sendo aplicada. Segundo Gil (2010, p. 26), as pesquisas aplicadas são aquelas “voltadas à aquisição de conhecimento com vistas à aplicação numa situação específica”. Esta definição se encaixa na finalidade desta pesquisa, que buscou, primeiramente, a aquisição de conhecimentos sobre o conceito de agenciamento e suas possibilidades de aplicações no tema sustentabilidade, e posteriormente, a aplicação dessa relação entre sustentabilidade e agenciamento, no desenvolvimento sustentável de territórios turísticos.

Quanto aos objetivos gerais, a pesquisa caracterizou-se como sendo exploratória. Para o autor supracitado, as pesquisas exploratórias “têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torna-lo mais explícito” (GIL, 2010, p. 27). A definição proposta pelo autor, também é aderente aos objetivos mais gerais desta pesquisa, que almejou amadurecer a visão sobre sustentabilidade de territórios turísticos a partir das contribuições de Deleuze e Guattari.

A fim de auxiliar a compreensão quanto à caracterização da pesquisa, o quadro abaixo sintetiza os procedimentos metodológicos que serão explicitados ao longo das próximas seções.

Etapas da pesquisa	Tipologia dos dados	Técnicas de coleta	Técnicas de análise
1. Pesquisa bibliográfica	Secundário	Pesquisa bibliográfica	Qualitativa (fichamento, análise bibliométrica, análise temática e de enunciação)
2. Relação entre agenciamento e sustentabilidade		-	
3. Pesquisa documental		Pesquisa documental	Qualitativa (análise temática e de enunciação)
4. Análise dos aspectos		-	
5. Considerações finais	-	-	Qualitativa

Quadro 5 – Operacionalização metodológica.

Fonte: Autoria própria.

4.2 COLETA E TIPOLOGIA DOS DADOS

Os dados empregados na pesquisa são do tipo secundário e foram coletados seguindo as orientações de Gil (2010) para pesquisas exploratórias. Os mesmo estão relacionados com as etapas iniciais da pesquisa, referentes à pesquisa bibliográfica, bem como com as etapas de pesquisa documental, referente à identificação das diretrizes operacionais do Programa de Regionalização do Turismo.

Para Selltiz et al. (1967 apud GIL, 2010)⁴⁴, as pesquisas exploratórias podem disponibilizar de diferentes técnicas para a coleta dos dados, como o levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que apresentam experiência prática com o tema e análise de exemplos que facilitem seu entendimento. Dessa forma, entre as diferentes técnicas possíveis de aplicação neste domínio, para a compreensão do conceito de agenciamento a presente pesquisa se utilizou de levantamentos bibliográficos, analisou vídeos e realizou entrevistas não estruturadas com pesquisadores do tema⁴⁵. O que possibilitou, entre tudo, identificar somente as fontes de informação que tratavam do conceito de agenciamento, uma vez que Deleuze e Guattari desenvolveram escritos sobre diferentes conceitos.

Já para os demais temas, a coleta de dados se restringiu a um levantamento bibliográfico. Alinhado às orientações sobre delineamento de pesquisas bibliográficas de Gil (2010), foi realizado um levantamento bibliográfico preliminar, buscando maior familiaridade com as áreas de pesquisa e consequente delimitação. Esses esforços, conforme sugere Gil (2010), auxiliaram na formulação do problema da pesquisa e posterior elaboração do plano provisório de pesquisa. A partir de então, foi possível identificar, localizar e obter acesso às

⁴⁴ SELLTIZ, Claire et al. Métodos de pesquisa nas relações sociais. São Paulo: Herder, 1967.

⁴⁵ Entre eles, cita-se a colaboração do professor Paulo Vieira Neto do departamento de filosofia da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

fontes de informação almejadas para a pesquisa, que submetidas a uma leitura exploratória e seletiva, originaram os materiais que de fato foram utilizados (GIL, 2010).

A pesquisa bibliográfica, juntamente com a pesquisa documental, também foi utilizada para orientar a seleção dos documentos referentes ao Programa de Regionalização do Turismo, já que o mesmo abrange tanto diretrizes políticas quanto operacionais. Observando novamente as orientações de Gil (2010), agora para o delineamento de pesquisas do tipo documental, o plano de trabalho e a delimitação dos instrumentos de pesquisa foram elaborados a partir da formulação do problema, sendo os instrumentos localizados e obtidos nos sítios oficiais do Ministério do Turismo.

4.2.1 Seleção dos documentos

O Programa de Regionalização do Turismo apresenta dois documentos principais que orientam sua implementação: a) Diretrizes políticas e b) Diretrizes operacionais (BENI, 2006). O primeiro documento diz respeito à apresentação do Programa como sendo a atual política pública adotada pelo MTur para desenvolver a atividade do turismo de forma descentralizada, coordenada e integrada. Política que ocorre por meio da regionalização, que representa uma organização do espaço geográfico em regiões para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização integrada e compartilhada da atividade turística.

O segundo documento, por sua vez, diz respeito à “como” implementar essa política pública estabelecida pelo MTur. Método que é apresentado em nove módulos operacionais, os quais contam com diretrizes básicas como a participação, a sustentabilidade, a integração e a descentralização. E visa à criação de estruturas de coordenação, de instâncias de governança regionais, bem como a identificação de gestores regionais capacitados em promover a gestão coordenada do programa e formar parcerias para sua implementação (BENI, 2006).

De acordo com Bardin (2011), faz-se necessário delimitar o gênero dos documentos sobre os quais se pode efetuar a análise. Dessa forma, a seleção dos materiais considerou, além dos esforços e orientações descritas anteriormente, questões relacionadas aos objetivos da pesquisa e as suas delimitações, sendo observados três critérios principais:

- 1) O primeiro critério foi à busca por publicações realizadas pelo Ministério do Turismo, devido a sua representatividade quanto órgão responsável pelo planejamento do turismo em esfera nacional.

2) Dessas publicações, selecionaram-se aquelas referentes ao Programa de Regionalização do Turismo, situado no Plano Nacional do Turismo como um dos seus macroprogramas. A escolha pelos documentos do referido programa, se dá pelo fato dele representar integralmente a política pública adotada pelo Ministério do Turismo.

3) O último critério diz respeito à seleção dos documentos referentes às diretrizes operacionais do Programa, visto que oferecem direcionamentos mais práticos para a implementação da política de regionalização do turismo.

Assim, orientada pelas regras da exaustividade, da representatividade, da homogeneidade e da pertinência proposta por Bardin (2011), chegou-se aos documentos referentes às diretrizes operacionais do Programa de Regionalização do Turismo, que correspondem às etapas e conteúdos de orientação da implementação do Programa. Nesse conjunto de documentos encontram-se nove módulos operacionais que tratam de etapas específicas e sequenciais necessárias ao desenvolvimento da regionalização turística, bem como materiais complementares⁴⁶ que visam esclarecer bases conceituais sob as quais o Programa deve ser fundamentado. Destes, optou-se por analisar os nove módulos operacionais e um dos materiais complementares que trata sobre a sustentabilidade, visto que o tema é considerado um dos principais desta pesquisa.

Depois de definidos os documentos, buscou-se organizar a análise dos mesmos seguindo critérios próprios de correlação que gerou certo agrupamento entre deles. Uma vez que o objetivo da pesquisa não é detalhar a metodologia criada pelo MTur para cada módulo, mas analisar os temas centrais de cada etapa sob a perspectiva dos aspectos *problematização, processual e técnica*. O agrupamento se deu pelo critério de semelhança de temas abordados. A seguir, são apresentadas as características gerais dos módulos que permitiram organizá-los de forma conveniente para cumprir o objetivo da pesquisa.

O módulo 1 – **Sensibilização** visa estimular na comunidade a percepção de novas possibilidades para a adoção de novas posturas frente ao turismo. Este módulo apresenta os seguintes objetivos principais (MINISTÉRIO..., 2007a):

1. buscar o apoio dos órgãos públicos estaduais e municipais na regionalização do turismo;

⁴⁶ São eles: Introdução à Regionalização do Turismo, Ação Municipal para a Regionalização do Turismo, Formação de Redes, e Turismo e Sustentabilidade.

2. sensibilizar setores público e privado, bem como a sociedade civil quanto à importância de estruturar e melhorar a qualidade da oferta dos produtos turísticos;
3. apoiar a identificação de lideranças naturais nas comunidades e no setor privado, envolvidos com as atividades turísticas, que possam ser incluídas na regionalização;
4. fortalecer as instituições governamentais e não governamentais voltadas ao turismo, bem como as parcerias formadas, a fim de comprometê-las com o Programa.

O módulo 2 – **Mobilização** é o movimento de reunir atores (poder público, empresários, sociedade civil e instituições de ensino) em busca de desenvolver o turismo de forma regionalizada. Este módulo apresenta os seguintes objetivos principais (MINISTÉRIO..., 2007b):

1. articular o envolvimento dos atores da cadeia turística em todo processo decisório;
2. ampliar a participação dos atores dos setores público, privado e sociedade civil;
3. motivar permanentemente a comunidade envolvida em todas as etapas do processo e nas ações que visem o desenvolvimento da região;
4. integrar os processos já existentes de forma a harmonizar e complementar a regionalização;
5. envolver os atores que ainda não estão participando dos procedimentos formais;
6. dar início ao processo de institucionalização da Instância de Governança Regional.

O primeiro agrupamento se deu entre estes dois primeiros módulos, visto que ambos objetivam principalmente divulgar o Programa, bem como mobilizar atores sociais para trabalhar em prol de sua implementação. Por essa razão, a análise dos dois módulos foi realizada de forma conjunta.

O módulo 3 – **Institucionalização da Instância de Governança Regional** almeja estabelecer uma organização para decidir e conduzir o desenvolvimento turístico de uma região. Este módulo apresenta os seguintes objetivos principais (MINISTÉRIO..., 2007c):

1. pensar estrategicamente a região turística;
2. articular boas parcerias;
3. construir projetos articulados e viáveis;
4. propor políticas, programas e projetos;
5. acompanhar a implementação dos planos e projetos;

6. promover o destino/região;
7. criar ferramentas de comunicação regional para a operacionalização do Programa;
8. coordenar o processo da regionalização do turismo da região turística;
9. apoiar a descentralização das ações de coordenação do processo, deslocando-as da União para o Estado, e deste para as regiões turísticas.

O módulo 4 – **Elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional** é fundamentado na noção de responsabilidade do uso dos recursos naturais e culturais, da tecnologia, de investimentos, das instituições, bem como no envolvimento da comunidade em seu processo de elaboração. Este módulo apresenta os seguintes objetivos principais (MINISTÉRIO..., 2007d):

1. orientar o desenvolvimento compartilhado do turismo regional;
2. aperfeiçoar o uso dos recursos materiais e financeiros, e empregar bem os recursos humanos nas distintas áreas do setor turístico;
3. evitar que ações desarticuladas ou ações paralelas ocorram dentro de uma mesma região turística;
4. fornecer dados, informações e elementos aos órgãos públicos e demais segmentos envolvidos, para que favoreçam a integração e a coordenação de ações entre eles, a fim de reduzir ou eliminar entraves e barreiras ao turismo na região;
5. estimular e favorecer demais atividades complementares àquelas da cadeia produtiva do turismo, a fim de possibilitar a inclusão social e econômica, com o consequente desenvolvimento sustentável.

O módulo 5 – **Implementação do Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo Regional**, refere-se à execução participativa e integrada, ordenada e coordenada, dentro dos prazos estipulados, dos conjuntos de ações e projetos específicos contidos no Plano elaborado no módulo anterior. Este módulo apresenta os seguintes objetivos principais (MINISTÉRIO..., 2007e):

1. ordenar e estruturar a oferta turística de forma regionalizada;
2. estruturar e melhorar a qualidade dos serviços turísticos, dos serviços de apoio e da infraestrutura turística;

3. promover e comercializar os produtos turísticos, seguindo as estratégias estabelecidas pelo programa.

O segundo agrupamento se deu entre os módulos 4 e 5, compreendidos como complementares, já que ambos tratam do Plano Estratégico, elaboração e implementação.

O módulo 6 – **Sistema de Informações Turísticas do Programa**, conta com a finalidade de promover a troca de informações entre todos os envolvidos com a atividade do turismo (setor público, comunidade, instituições parceiras, arranjos produtivos do turismo, usuários dos serviços e equipamentos turísticos). O módulo também apresenta os seguintes objetivos específicos (MINISTÉRIO..., 2007f):

1. atender às ações prioritárias estabelecidas nas Diretrizes Políticas do Programa sobre a implantação de um sistema de informações que resgate, reúna, organize e faça circular dados e informações;
2. criar e utilizar instrumentos de execução programática ajustados à construção de redes interativas de relacionamento, passando a conduzir os processos de operação a partir dessas redes interativas, como a Rede Nacional de Regionalização;
3. minimizar a insuficiência de dados, informações e pesquisas sobre o turismo brasileiro, apresentando-se como uma fonte confiável de informações sobre regiões, destinos e produtos turísticos;
4. subsidiar os processos avaliação de resultados e de estruturação da cadeia produtiva, impactando positivamente a qualidade e a competitividade do produto turístico nacional;
5. facilitar o fluxo de informações entre as instâncias de gestão do Programa.

O módulo 7 – **Roteirização Turística** definido como a integração e organização de atrativos que se encontram dispersos apresenta os seguintes objetivos (MINISTÉRIO..., 2007g):

1. estruturar, ordenar, qualificar e ampliar a oferta de roteiros turísticos de forma integrada e organizada;
2. facilitar o acesso das micro e pequenas empresas do mercado turístico regional, estadual, nacional e internacional;

3. estimular a criação de novos negócios e a expansão dos já existentes, promovendo e incentivando o empreendedorismo na região;
4. captar investimentos para o turismo;
5. criar, ampliar e qualificar serviços e equipamentos turísticos na região;
6. identificar, fortalecer e solidificar a identidade regional;
7. promover o desenvolvimento regional por meio da atividade turística;
8. organizar os segmentos turísticos, para atender às demandas específicas.

O módulo 8 – **Promoção e apoio à comercialização** abrange todas as ferramentas “utilizadas para estabelecer comunicação com o mercado, incluindo as técnicas a serem aplicadas para promover o produto turístico e a forma como a promoção será transmitida ao consumidor: imagem, linguagem de comunicação, etc.” (MINISTÉRIO..., 2007h, p. 31). Este módulo apresenta os seguintes objetivos (MINISTÉRIO..., 2007h):

1. criar um relacionamento próximo com o mercado consumidor;
2. desenvolver ações direcionadas para a nova realidade de distribuição;
3. garantir retorno financeiro suficiente para manter o produto competitivo e sustentável;
4. aumentar a inserção competitiva do produto turístico brasileiro no mercado internacional;
5. aumentar o número de operadores turísticos nacionais e internacionais que comercializam produtos turísticos brasileiros.

O terceiro agrupamento se deu entre os módulos 7 e 8. O tema central dos dois módulos é o processo de roteirização turística, elaboração e comercialização. Por esse motivo, a análise de ambos foi realizada de forma conjunta.

O módulo 9 – **Sistema de Monitoria e Avaliação do Programa** representa um sistema integrado de informações sobre avaliação de desempenho, de resultados, de benefícios e impactos entre o planejado e o executado. Este módulo apresenta os seguintes objetivos (MINISTÉRIO..., 2007i):

1. implementação do Sistema de Monitoria e Avaliação, integrado a outros sistemas existentes como o SIGTUR – Sistema Integrado de Gestão do Plano Nacional de Turismo, e aos demais subsistemas que compõem o Sistema de Informações Turísticas do Programa;

2. avaliar o desempenho do Programa por meio dos objetivos e metas traçadas para cada região turística que adotou a regionalização;
3. monitorar e avaliar os reflexos causados pela implantação do Programa, quantificação e qualificação dos impactos positivos e negativos gerados;
4. monitorar as metas traçadas pelo Governo Federal em relação ao Plano Nacional de Turismo e para os objetos apresentados nas Diretrizes Operacionais.

O material referente ao turismo sustentável, também analisado nesta pesquisa, apresenta considerações que se sobrepõe ao módulo 9, à medida que trata de mecanismos para avaliar o desenvolvimento da atividade turística. Esse motivo levou a pesquisadora a analisar o módulo 9 em conjunto com o material de turismo sustentável.

4.3 TÉCNICAS DE ANÁLISE

Para a análise do material selecionado e tratamento dos dados coletados foram empregadas diferentes técnicas com foco predominante na análise qualitativa, a qual é caracterizada por Bardin (2011), como aquela em que a inferência é fundada na presença de índices (palavras, temas, personagens, etc), e não sobre a frequência da sua aparição nas comunicações analisadas. Assim, e de acordo com o quadro 5, basicamente a pesquisa foi suportada por técnicas de análise de conteúdo, dado as possibilidades sistemáticas que estas oferecem para suportar a análise qualitativa. Foram consideradas também as orientações de Gil (2010), quanto ao fichamento das fontes e realização de anotações, para subsidiar a construção lógica das ideias principais exploradas nesta pesquisa.

De acordo com Bardin (2011) a análise de conteúdo pode ser definida como

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (BARDIN, 2001, p. 48).

Desse conjunto de técnicas, foram selecionadas a análise temática e de enunciação. Cabe salientar que tais técnicas foram inicialmente utilizadas para suportar o entendimento sobre o conceito de agenciamento, já que os filósofos não dedicam uma obra ou capítulo específicos à explicação detalhada do que vem a ser o conceito. Foi então necessário percorrer

as fontes indicadas por pesquisadores que se utilizam dos conceitos elaborados por Deleuze e Guattari, para encontrar informações e construir o entendimento sobre agenciamento. Sequencialmente, a análise de conteúdo foi também utilizada para fazer a correlação entre o conceito de agenciamento e a sustentabilidade.

Para Bardin (2011), as principais diferenças entre as técnicas selecionadas são:

- **Análise temática:** é transversal, recortando um conjunto de materiais por meio de uma grade de categorias projetadas sobre seus respectivos conteúdos. Não levando em consideração sua dinâmica e organização, mas “a frequência dos temas extraídos do conjunto dos discursos, considerados dados segmentáveis e comparáveis” (BARDIN, 2011, p. 222).
- **Análise da enunciação:** cada material é considerado como uma totalidade organizada e singular. Tratando-se do estudo dos casos. “A dinâmica própria de cada produção é analisada e os diferentes indicadores adaptam-se à irredutibilidade de cada locutor” (BARDIN, 2011, p. 223).

Ainda que de forma superficial, já que não foi realizada uma grade detalhada de categorias, pode-se afirmar que a análise temática suportou o esforço realizado na seção 2.2 – Diálogos entre Sustentabilidade e Agenciamento. Por meio da análise da transversalidade entre os materiais pertinentes aos dois temas, foi possível encontrar oportunidades de correlação. A mesma técnica será utilizada para analisar o conteúdo dos materiais referente às diretrizes operacionais do Programa de Regionalização do Turismo. No entanto, não será necessário categorizar os materiais, uma vez que os mesmos já estão dispostos em nove módulos de acordo com as categorias temáticas adotadas pelo Ministério. Dessa forma, a análise temática servirá para recortar os materiais em busca dos aspectos de sustentabilidade elencados. Posteriormente, àqueles materiais que mais relação tiver com o tema da sustentabilidade, será aplicada a análise de enunciação para estabelecer os devidos vínculos com o conceito de agenciamento.

Por fim, seguindo as orientações de Bardin (2011) para análises qualitativas, além da compreensão do contexto da mensagem, deve ser considerado também o contexto exterior em que a mensagem é produzida. Para tanto, somam-se à verificação da presença ou ausência de aspectos de sustentabilidade nos documentos pertinentes às diretrizes operacionais do programa, perguntas como: quais as circunstâncias sociais em que o Programa foi produzido? Quais os acontecimentos anteriores ou paralelos? Quem fala, a quem, e em que circunstâncias?

4.3.1 Categorias de análise

Para analisar o material referente à operacionalização do Programa de Regionalização do Turismo foram extraídos três aspectos – *processual*, *problematização* e *técnica*, que sintetizam os principais amadurecimentos construídos por meio dos diálogos entre agenciamento e sustentabilidade, bem como das considerações sobre turismo, território turístico e planejamento. Como já especificado anteriormente, a pesquisa busca por resultados qualitativos e, para tanto, critérios subjetivos foram definidos para auxiliar na identificação de cada aspecto. Os critérios elencados foram levantados com base nas referências consultadas, que estruturam o referencial teórico apresentado nos capítulos 2 e 3 desta pesquisa. Os mesmos são expressos no quadro 6, com as respectivas correlações entre aspectos e autores.

Aspectos	Crêterios	Autores
Processual	Mencionar a existência de devires e fluxos	Deleuze e Guattari (2012)
	Reconhecer o território turístico como um espaço em movimento	Sampaio (2006)
	Entender o desenvolvimento sustentável como um modelo dinâmico e adaptativo	Silva (2008)
	Perceber o turismo como um fenômeno que causa processos de desterritorializa�o e reterritorializa�o	Coriolano (2006)
	Reconhecer que a desterritorializa�o (linhas de fuga) inevitavelmente incorre em um processo de reterritorializa�o	Deleuze e Guattari (2012)
	Trabalhar o tema da conserva�o cultural de modo que a cultura não se torne um pastiche, perdendo sua plasticidade natural	Coriolano (2006), Candiotto (2010)
Problematiza�o	Estimular a cria�o, inven�o de problemas	Deleuze e Parnet (1998)
	Problematizar o processo de tomada de decisão, para construir enunciados de sustentabilidade capazes de transformar o atual modelo de desenvolvimento	Mantovaneli Jr. e Sampaio (2007), Souza (2000)
Técnica	Reconhecer as técnicas e tecnologias como elementos não neutros, pois apresentam máquinas sociais operando conjuntamente	Feenberg (2005), Deleuze e Guattari (2012)
	Promover a endogeneidade, que prevê o desenvolvimento das localidades por meio de seus próprios recursos e potencialidades.	Sampaio (2007); Sachs (2008)

Quadro 6 – Crêterios para análise dos aspectos.

Fonte: Autoria própria.

Importante destacar que, mesmo havendo uma organiza o didática da análise dos documentos por meio dos aspectos citados, os aspectos são intrinsecamente conectados. A constru o ou a ado o de determinada técnica pode ser fruto de um processo de problematiza o, ao mesmo tempo em que pode enfraquecer a dinamicidade territorial, e assim por diante.

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo complementa a metodologia apresentada no capítulo anterior, marcando a apresentação dos dados coletados e resultados alcançados com a análise de conteúdo na pesquisa aos documentos referentes ao Programa de Regionalização do Turismo. O capítulo é iniciado com considerações referentes ao próprio Programa, sendo posteriormente, organizado em seções pertinentes aos módulos operacionais agrupados conforme delimitação na metodologia, que por sua vez são estruturadas por itens referentes aos aspectos *processual, problematização e técnica*.

5.1 Programa de Regionalização do Turismo

Conforme comentado brevemente em demais capítulos desta pesquisa, o Programa de Regionalização do Turismo foi criado como proposta de política pública no ano de 2004, em substituição ao Programa Nacional de Municipalização do Turismo. Os objetivos do Programa estão basicamente fundamentados na gestão compartilhada e coordenada, adotando como estratégias de atuação, a descentralização e a constituição de redes de cooperação e de parcerias. Para tanto, foram estabelecidas algumas diretrizes que se constituem nas premissas para alcançar os resultados almejados no processo de regionalização: abordagem territorial; integração e participação social; inclusão; descentralização; sustentabilidade; inovação e; competitividade (MINISTÉRIO..., 2013). Dessa forma, a regionalização, proposta como política pública de turismo:

significa olhar além do município, para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização integrada e compartilhada. Propõe-se olhar a região, e não mais o município isolado. Essa visão se alinha a tendências internacionais que buscam um maior aproveitamento dos recursos financeiros, técnicos, humanos a fim de que se possam criar condições e oportunidades para revelar e estruturar novos destinos turísticos, qualificados e competitivos (MINISTÉRIO..., 2007k, p. 12).

Neste contexto de mudanças, fez-se necessário produzir orientações e ferramentas que possibilitassem o esclarecimento e disseminação do conhecimento referente à nova política pública de Regionalização do Turismo. O documento denominado “Diretrizes Operacionais” foi então criado para cumprir essa tarefa, abordando em seu conteúdo “os princípios norteadores, as estratégias de gestão e os módulos e as etapas operacionais” (MINISTÉRIO..., 2013, p. 17). Documento que foi posteriormente traduzido em uma

coletânea de nove volumes, correspondendo aos módulos operacionais do Programa analisados na presente pesquisa. De acordo com o MTur, o objetivo de lançar tal coletânea é o de qualificar os profissionais ligados à área do turismo, bem como a comunidade envolvida para a compreensão e absorção das diretrizes e princípios propostos para o desenvolvimento do turismo regional (MINISTÉRIO..., 2007k).

Para tanto, após concluir a elaboração em 2007, o MTur disponibilizou a coletânea eletronicamente em seus sítios oficiais, e caso fosse solicitado, o material poderia ser entregue fisicamente para os gestores regionais. Em 2010, o mesmo conteúdo foi reorganizado para suportar um curso *online* de capacitação dos atores envolvidos com a regionalização do turismo. Todavia, desde seu primeiro lançamento, não foi elaborada nenhuma nova edição do material que apresentasse conteúdo diferente do original. Esse fato indica que, devido à temporalidade de elaboração dos documentos, os mesmos podem não traduzir as estratégias da atual gestão em relação à regionalização do turismo. Dessa forma, não é possível pressupor que, durante a análise dos materiais, a presente pesquisa considerou diretrizes operacionais atualizadas sobre o Programa de Regionalização, já que as mesmas não foram formalizadas e compartilhadas.

Após tais considerações sobre o Programa de Regionalização, faz-se possível avançar na análise dos documentos selecionados.

5.2 Conteúdo Fundamental - Turismo e sustentabilidade

Vera Rebollo e Baidal (2003) assinalam que o debate sobre turismo sustentável normalmente é associado a práticas turísticas de menor escala, como o turismo rural e o ecoturismo, inapropriadamente julgados como turismo alternativo e/ou sustentável. Corroborando dessa visão, o MTur inicia o material alertando que o turismo sustentável não deve ser entendido como uma atividade sinônima de ecoturismo e antítese do turismo de massa, mas os princípios da sustentabilidade devem permear qualquer segmento do turismo, independente de sua escala. Dessa forma, turismo sustentável não pressupõe a criação de um novo segmento, mas à aplicação da noção de desenvolvimento sustentável “desde o turismo de massa e seus grandes *resorts* até aquele desenvolvido em pequena escala e em lugares ambientalmente frágeis, de ecossistemas únicos e natureza preservada” (MINISTÉRIO..., 2007j, p. 21).

Portanto, o material traz como principal objetivo apresentar o conceito de sustentabilidade “como princípio fundamental na reformulação do planejamento turístico nacional” (MINISTÉRIO..., 2007j, p. 15). Para definição conceitual o MTur acompanha documentos referenciais sobre o tema, como o “Nosso Futuro Comum” e a “Agenda 21”, bem como apoia o conceito de turismo sustentável elaborado pela OMT, que diz respeito ao modelo de desenvolvimento da atividade que

considera a autenticidade cultural, a inclusão social, a conservação do meio ambiente, a qualidade dos serviços e a capacidade de gestão local como condições fundamentais para a viabilidade da atividade turística a longo prazo (MINISTÉRIO..., 2007j, p. 22).

Apesar de o termo ter sido utilizado muitas vezes de maneira genérica, foi enfatizado durante todo o material que a sustentabilidade da qual se fala não se refere exclusivamente a ações voltadas à preservação dos recursos naturais. Para tanto, o MTur optou em delimitar o conceito por meio de quatro dimensões: ambiental, econômica, sociocultural e político-institucional.

Os principais temas relacionados à dimensão ambiental são: i) a dimensão ambiental não se reduz aos aspectos ecológicos, mas sim a todas as características imersas no ambiente, sejam elas de caráter natural ou social; ii) o turismo depende da conservação dessas características diversas para perpetuar sua atividade; iii) a atividade turística causa danos que prejudicam a qualidade ambiental; iv) existem atitudes que o turismo pode adotar para mapear, prevenir e recuperar tais danos; e v) os turistas estão se tornando mais sensíveis às questões de preservação, preferindo destinos que levem em conta tais questões.

Em relação à dimensão econômica, os temas são: i) a busca por eficiência econômica, competitividade e lucratividade; ii) o crescimento econômico contemplando aspectos ambientais e sociais; iii) a interação do turismo com diferentes setores da economia, impactando-os com seus efeitos positivos e negativos; e iv) a possibilidade que o turismo tem de abranger pequenas e médias empresas, gerando empregos a um baixo custo de investimento.

Já para a dimensão político-institucional, são relacionados os seguintes temas principais: i) as políticas das instituições de turismo devem ser redigidas, aprovadas e publicadas com a participação de todas as partes interessadas; e ii) as instituições devem se comprometer a cumprir as políticas estabelecidas, utilizando-as para futuras tomadas de decisão. A dimensão refere-se à solidez e a manutenção das “parcerias e dos compromissos

estabelecidos entre os diversos agentes e agências governamentais dos três níveis de governo e nas três esferas de poder, além daqueles atores situados no âmbito da sociedade civil” (MINISTÉRIO..., 2007j, p. 41).

Por fim, à dimensão sociocultural são enfatizados: i) o fortalecimento, a preservação e a divulgação da cultura local; e ii) o desenvolvimento social e a melhoria da qualidade de vida da população.

De forma geral, o material é conduzido por linhas tortuosas diante da utilização do conceito de sustentabilidade que ora explora sua capacidade de criação, ora reforça valores mercadológicos e utilitários. Principalmente no que se refere às dimensões econômica, ambiental e cultural, quando é enfatizada a relação de dependência entre o turismo e os recursos naturais e culturais, salientando a visão utilitarista da sustentabilidade para a sobrevivência e crescimento econômico da atividade na localidade. O conceito de sustentabilidade adotado pelo MTur, bem como as características pertinentes às dimensões, são comentados em itens específicos juntamente com notas referentes aos aspectos processual, problematização e técnica.

5.2.1 Processual

Em meio às referências utilizadas, o MTur sugere considerações próprias a respeito do tema. Algumas delas são inclusive coerentes com o aspecto processual quando mesmo timidamente, aponta o turismo como um fluxo que passa pelos territórios causando movimentos de territorialização e processos de desterritorialização. Empreendimentos se territorializam pelo desejo de investir, assim como moradores locais se desterritorializam pela incapacidade de investir ou manter o imóvel naquele local. “[...] em muitos lugares esse fluxo tem provocado um processo em que os habitantes locais são levados a se desfazerem de suas terras, sendo excluídos dessa expansão, o que caracteriza um processo de desterritorialização e conseqüente exclusão” (MINISTÉRIO..., 2007j, p. 54).

O processo de desterritorialização apontado pelo MTur, é evidenciado pelos diversos agenciamentos que se formam constantemente no desenvolvimento da atividade turística. Agenciamentos marcados pelas relações de poder citadas por Candiottto (2010) que são intrínsecas a cada território e acirradas pelo fluxo turístico. Ademais, segundo Deleuze e Guattari (1992), a desterritorialização é indissociável à reterritorialização, quando algo se desterritorializa, sempre busca se reterritorializar em outro lugar. Os grupos sociais que não

têm condições de investir no turismo e conforme o MTur se desterritorializam, acabam se reterritorializando nas periferias dos grandes centros urbanos. Portanto, o turismo desencadeia a desterritorialização em função do reagrupamento de forças inerente aos agenciamentos da atividade.

Outro alinhamento com o aspecto processual se dá quando a sustentabilidade é definida pelo MTur como uma função complexa que combina cinco variáveis: interdependência, reciclagem, parceria, flexibilidade e diversidade. O princípio da flexibilidade refere-se:

à capacidade de adaptação a estímulos externos, de maneira que o sistema não entre em colapso. É o difícil equilíbrio entre estabilidade e mudança, entre fidelidade às raízes e a abertura ao novo, entre a preservação da ordem e a liberdade e criatividade dos agentes (MINISTÉRIO..., 2007j, p. 26).

Afirmações dessa intensidade sugerem o reconhecimento da sustentabilidade como dinâmica e adaptativa. No entanto, algumas passagens vêm para mostrar que o MTur não está tão seguro assim quanto à essa característica. Quando afirma, por exemplo, que a sustentabilidade “tem a ver com sustentável, durável. É aquilo que se sustenta por muito tempo” (MINISTÉRIO..., 2007j, p. 16). Tal perspectiva durável aparece com relativa frequência no material, principalmente quando diz respeito à urgência de preservar elementos pertinentes às dimensões ambiental e cultural. Para Veiga (2006), um dos problemas centrais à compreensão do desenvolvimento sustentável, refere-se às limitações inerentes ao enfoque econômico convencional que acabam por gerar essa dúbia conotação de sustentável.

Pior, depois que entrou na moda, o adjetivo “sustentável” substituiu na linguagem do dia-a-dia algumas noções muito próximas, como “firme” ou “durável”. Essa banalização faz com que ele acabe sendo muito usado para qualificar um crescimento econômico que não seria passageiro, instável ou oscilante, ou mesmo para se referir à consistência dos mais variados tipos de fenômenos (VEIGA, 2006, p. 188).

A assimilação banalizada da sustentabilidade à durabilidade enfraquece a possibilidade do MTur em aprofundar o debate sobre o tema. O mesmo ocorre quando a dimensão ambiental é delimitada. Apesar de ser afirmado que a “sustentabilidade ambiental não é um estado fixo de harmonia, mas um processo em que há objetivos a alcançar” (MINISTÉRIO..., 2007j, p. 31), há indicações para um congelamento do território como um todo, sem atentar para uma escala de prioridades definidas durante o planejamento da atividade.

Se o ambiente for preservado por tempo indeterminado, por muito tempo, os atrativos turísticos irão representar desenvolvimento para a região, porque a circulação de divisas trazidas pelos turistas, passa a ser revertida em progresso e, como consequência, há desenvolvimento social e econômico para todos (MINISTÉRIO..., 2007j, p. 29).

O horizonte temporal “indeterminado” sugere que é possível “congelar” um ambiente tal como ele é por longo período, diminuindo o reconhecimento dos fluxos que modificam constantemente o território. Além disso, analisando a citação, parece que só a conservação do ambiente basta para garantir o progresso da região. Uma fórmula que supõe que preservar é suficiente para progredir. No entanto, é evidente que existem outros fatores que determinam o que define, e como se constrói o progresso de uma região.

A respeito da dimensão sociocultural, a qual objetiva assegurar “que o desenvolvimento aumente o controle das pessoas sobre suas vidas, preserve a cultura e os valores morais da população e fortaleça a identidade da comunidade” (MINISTÉRIO..., 2007j, p.20), apresenta também contradições em suas considerações. Os dois objetivos principais que dizem respeito ao fortalecimento, a preservação e a divulgação da cultura local; bem como o desenvolvimento social e a melhoria da qualidade de vida da população, podem ser um tanto paradoxal – a busca por qualidade de vida, em alguns casos, pode dizer respeito à perda de determinados elementos pertinentes à identidade local.

Por exemplo, uma comunidade pesqueira que já não consegue mais se sustentar somente com a pesca, resultado de um rio poluído ou de uma legislação que reprime sua expansão, precisa abandonar sua tradicional atividade econômica e procurar outras que possam garantir seu sustento⁴⁷. As novas atividades econômicas que forem sendo inseridas no território provocarão também a criação de novas identidades, e o conseqüente enfraquecimento de algumas tradições que acompanhavam a decadente atividade pesqueira. Dessa forma, a busca por qualidade de vida e desenvolvimento social, um dos critérios pertinentes à dimensão sociocultural, prevê uma dinamização da cultura local e não um congelamento da mesma.

Paralelamente, o MTur enfatiza que não é suficiente a valorização cultural pelos turistas, sendo fundamental que a comunidade reconheça, valorize e respeite sua própria

⁴⁷ O próprio MTur adverte que quando a atividade turística demanda os mesmos recursos naturais disponíveis na localidade, o turismo também pode induzir essa busca da comunidade por outra atividade econômica. Por exemplo, a falta de água em altas temporadas, ou o turismo de pesca em destinos que têm a atividade pesqueira como fonte predominante de renda.

cultura. Identidade⁴⁸, tradição, imaginário, memória coletiva, são destacados como fatores essenciais à sustentabilidade sociocultural. “[...] é fundamental que a população receptiva se estruture em torno de uma identidade, ancorada, por sua vez, em um imaginário” (MINISTÉRIO..., 2007j, p. 38). Essa identidade, segundo o Programa, não importa ser de caráter profissional, artística ou étnica. O importante é que ela possa valorizar o grupo enquanto comunidade, traduzindo metas e objetivos em um imaginário comum.

Ora, seguramente o êxito de um produto turístico pautado na cultura local, depende diretamente do envolvimento da comunidade. No entanto, é pertinente ressaltar a problemática⁴⁹ apontada na presente pesquisa, sobre a criação de uma identidade comum em torno dos municípios que compõe o Circuito da Estrada Real. A disparidade temporal existente entre a história pertinente àquele território e a atual dinâmica territorial, sugere uma grande dificuldade em gerar algum tipo de identidade comum nas comunidades envolvidas. Vale ressaltar o alerta de Candiotto (2009) em relação ao tema – a ideia de resgate cultural faz com que a maioria dos projetos turísticos apresente um discurso equivocado referente à conservação cultural, transformando-a como pastiche e descartando toda sua dinamicidade e constante transformação.

Dessa forma, quando o MTur insere que “devemos trabalhar com o planejamento integrado e com processos de mobilização e participação comunitária, para definir ações e atividades prioritárias” (MINISTÉRIO..., 2007j, p. 36), não fica claro se a comunidade está livre para manter ou não uma tradição, fazendo dela um produto turístico. Apesar de ser afirmado que o turismo deve representar a oportunidade “da construção de um desenvolvimento centrado em novas bases: autonomia, independência e satisfação das necessidades humanas” (MINISTÉRIO..., 2007j, p. 37), proporcionando enriquecimento social e melhoria da qualidade de vida, a ênfase no **resgate** cultural⁵⁰ ganha bastante destaque no sentido de garantir a sobrevivência da atividade do turismo.

⁴⁸ O MTur entende como identidade, aquilo que os grupos possuem em comum. Já cultura é pensada como “a totalidade ou conjunto da produção, de todo o fazer humano de uma sociedade, suas formas de expressão e modos de vida” (MINISTÉRIO..., 2007j, p. 37).

⁴⁹ No item 1.3 – Problema e Premissas, foi realizada uma problematização a partir do exemplo de planejamento turístico adotado para a criação da Estrada Real.

⁵⁰ Os verbos valorizar, preservar, reconhecer, respeitar são utilizados constantemente, enfatizando a necessidade de resgatar a tradição, a cultura popular, “incluindo manifestações artísticas, como a música, o folclore, as danças, o teatro e o artesanato, entre outras” (MINISTÉRIO..., 2007j, p. 35).

5.2.2 Problematização

É possível perceber uma aderência igualmente ambígua em relação ao aspecto problematização e o material proposto pelo Mtur. Primeiramente quando é indicado:

[...] sedimentar os princípios da sustentabilidade, o que implica em uma ecologia que permita a retomada de valores éticos que afirmem uma cultura de paz, de diálogo e tolerância e que coloquem a fraternidade, a distinção e a solidariedade como elementos centrais nas relações sociais e ambientais (MINISTÉRIO..., 2007j, p. 26).

A partir da afirmação, entende-se que a sustentabilidade não se refere somente à aplicação de técnicas para adaptar e/ou corrigir os impactos causados pela atividade, mas envolve a ética para orientar a criação de um novo modelo de desenvolvimento turístico. No entanto, tal reflexão é enfraquecida quando a mesma sustentabilidade da qual se fala é associada à premissa que meio ambiente preservado representa que

[...] os atrativos turísticos não se esgotam, trazendo desenvolvimento econômico e social para a região e benefícios para toda a comunidade. A chegada de turistas – atraídos por uma bela paisagem, por animais específicos de uma região, por uma vegetação diferente, pela prática de um esporte radical etc. – significa circulação de dinheiro e captação de recursos para a região, promovendo o que chamamos de desenvolvimento sustentável (MINISTÉRIO..., 2007d, p. 20).

É fato que o turismo depende dos elementos naturais e culturais, no entanto, apontá-los como simples “recursos” só reforça uma visão utilitarista da sustentabilidade. Não permitindo ao meio ambiente seu direito de existir pelo simples direito que tem, mas como um espaço de onde são tirados os elementos que garantam a sobrevivência de atividades econômicas, como o turismo.

Em segundo lugar, o MTur restringe a sustentabilidade à adoção de soluções e não à invenção de problemas. São sugeridas técnicas pontuais para reduzir impactos como o controle da capacidade de carga de uma unidade de conservação, bem como para mensurar o impacto como o cálculo do consumo de energia por hóspede. Obviamente que essas ações são relevantes, pois representam as técnicas produzidas pelo dispositivo da sustentabilidade para expressá-la, procurando reduzir o impacto que a atividade turística causa na localidade. No entanto, não é pertinente cair num determinismo tecnológico, o qual garante que danos serão calculados e solucionados com a adoção de novas técnicas, que por sua vez geram novos cálculos, e assim sucessivamente. De acordo com Sachs (1986, p. 35) “o dinheiro, como

qualquer outro artifício de cálculo, não é denominador comum ao qual tudo possa ser reduzido”.

Além disso, nesse movimento contínuo de solucionar problemas com técnicas respectivas, não sobra espaço para se falar sobre os valores efetivamente, da ética que permeia o fazer turismo. Como enfatizado por Vera Rebollo e Baidal (2003), o conceito de desenvolvimento sustentável se refere, principalmente, a um processo de mudanças qualitativas, que podem ser tomadas por qualquer tipo de destinação turística. Interessante também que justamente para os grandes impactos causados pelo turismo, como a prostituição e o tráfico de drogas, o MTur se abstém de apresentar algum posicionamento, atendo-se principalmente à questões que já apresentam algum tipo de solução, encontrada por outros setores econômicos, como as técnicas de resposta à degradação ambiental.

A terceira consideração diz respeito à dimensão político-institucional, que se apoia nas questões sobre a continuidade das políticas públicas de turismo, representando um fator determinante para o desenvolvimento da atividade. A sustentabilidade político-institucional surge como uma meta para garantir que a gestão das políticas de turismo sejam mantidas em horizontes temporais que extrapolem o curto prazo dos mandatos políticos. Para que isso ocorra, a sugestão do MTur é que seja estimulada uma participação efetiva da sociedade no processo de elaboração, de controle e, em alguns casos, na execução de políticas públicas. Apostando que a participação “ativa dos atores locais têm um papel essencial para que se possa atingir a sustentabilidade político-institucional” (MINISTÉRIO..., 2007j, p. 43).

Adicionalmente, o MTur afirma que para “que a política da instituição estimule a sustentabilidade, basta que ela seja regida, aprovada e publicada dentro e fora da instituição. Assim, ela se compromete frente à sociedade com fundamentos éticos e políticos” (MINISTÉRIO..., 2007j, p. 41). Afirmação que sugere ser satisfatório apenas incluir atores da sociedade no processo de formulação e gestão de políticas institucionais para alcançar a sustentabilidade. No entanto, conforme alertam Mantovaneli e Sampaio (2007), a inclusão social no processo de tomada de decisão, ao invés de propor novos caminhos para o desenvolvimento, pode reforçar valores e objetivos que não estimulam a potência de ação dos territórios. Dessa forma, não é suficiente apenas incluir os atores, mas tornar essa inclusão um processo criativo⁵¹.

Independente das três considerações realizadas, importante salientar que a própria atividade do turismo quando estruturada observando questões ecológicas e sociais de forma

⁵¹ Essa análise é retomada durante a revisão sobre o Módulo 1 e 2.

responsável, se torna um instrumento de problematização para o turista, à medida que o coloca em contato com novos modelos de desenvolvimento.

O turismo, devido a sua própria natureza, estimula a integração e promove o encontro entre as pessoas possibilitando as trocas de bens simbólicos e materiais. O encontro entre os turistas e a sociedade local receptora, quando bem aproveitado, pode ser uma fonte valiosa de aprendizado (MINISTÉRIO..., 2007e, p. 13).

Assim o turista participa de agenciamentos que o sensibiliza por ações que carregam valores distintos, podendo ser estimulado a adotar uma mudança de atitudes ou não em suas ações diárias. Em relação ao poder público local, iniciativa privada, sociedade civil e terceiro setor, “a percepção de que a competitividade do destino está diretamente ligada à sua qualidade ambiental pode também operar mudanças de postura em relação aos cuidados com o meio ambiente” (MINISTÉRIO..., 2007j, p. 48). Portanto, se o turista é conduzido por processos de aprendizagem durante a experiência turística, para o MTur, a competitividade opera como principal estímulo à preservação de elementos naturais e culturais, para os atores envolvidos com a comercialização do turismo.

5.2.3 Técnica

Para a gestão do turismo sustentável, o MTur aponta que os indicadores vêm sendo consolidados como importantes instrumentos de controle e monitoramento, a fim de acompanhar o desempenho da atividade turística. Em adição, Vera Rebollo e Baidal (2003) afirmam que o estabelecimento de um sistema de indicadores é de suma importância para análise, avaliação e monitoramento de políticas públicas e privadas. O desenho desse sistema pode ser realizado por meio de diferentes fontes de informações, como estatísticas sociais e econômicas, bem como entrevistas com atores locais. O importante é a definição apropriada de indicadores locais que sejam sensíveis a mudanças e adaptados à realidade territorial de cada localidade; que possam ser facilmente incluídos no processo de tomada de decisão; e que apenas complementem o conhecimento empírico existente na destinação, sem jamais visar substituí-lo (VERA REBOLLO; BAIDAL, 2003).

Todavia, quando se trata de mensurar os impactos gerados pelo turismo, algumas perguntas são difíceis de responder. Qual o grau da alteração da identidade de uma localidade resultante da convivência com turistas estrangeiros? Quanto exatamente um turista emite de

carbono utilizando X ou Y roteiro turístico? Assim como não é possível responder às perguntas com precisão, a mensuração dos impactos positivos também apresenta suas dificuldades. Quanto o turismo contribui para aprimorar a infraestrutura básica de um município (sistema de saneamento, de transporte, etc.)? Já que essa melhoria também é estimulada por outros setores econômicos.

Por essas razões, o MTur afirma que os resultados referentes as dimensões econômica e ambiental são mais fáceis de serem identificados, porque oferecem variáveis e indicadores quantificáveis. Em contrapartida, a dimensão sociocultural apresenta dificuldades, pois alguns aspectos tratam da mudança de comportamento da localidade. Dessa forma, os impactos que o turismo pode gerar em um ambiente “referem-se a um conjunto de modificações ou a uma sequência de eventos, provocados pelo desenvolvimento da atividade nas localidades receptoras. Resultam de um processo e não constituem eventos pontuais” (MINISTÉRIO..., 2007j, p. 46).

A saída que muitos pesquisadores encontraram para lidar com a dificuldade de definir um denominador que sintetize a avaliação da atividade turística em determinada localidade, foi criar um sistema de indicadores composto tanto por dados quantitativos, quanto qualitativos. Por exemplo, para analisar a situação do desenvolvimento sustentável do turismo em Torre Vieja, Vera Rebollo e Baidal (2003) criaram um sistema de indicadores agrupados em quatro temas principais. O grupo de indicadores chamado de “*state-quality indicators*” objetivou expressar a qualidade ambiental, bem como aspectos mais subjetivos, como a qualidade de vida percebida pela comunidade, e o grau de satisfação experimentada pelos turistas. Para medir a qualidade ambiental impactada pela alta concentração sazonal de turistas, foram utilizados indicadores quantitativos que apontaram dados como a qualidade da água e do ar. Já para se obter os dados referentes aos aspectos subjetivos, foram aplicados questionários que indicaram as percepções positivas e/ou negativas quanto ao cenário da região na época.

Entre os pontos positivos levantados pelo questionário, a ênfase recaiu sobre os efeitos causados pelo dinamismo econômico advindo da atividade turística, setor imobiliário e de construção civil, que impactou favoravelmente à geração de empregos e o desenvolvimento regional. A causa de insatisfação, por sua vez, dividia-se entre os serviços médicos, o trânsito congestionado, a segurança e a perda de identidade local. O mais interessante constatado por Vera Rebollo e Baidal (2003) foi perceber que, entre as sugestões indicadas pelos entrevistados para lidar com os efeitos negativos observados, não incluía colocar um limite no crescimento urbano ou no turismo, mesmo que ambos tenham relação

direta com as causas de insatisfação. Pelo contrário, o crescimento urbano e o turismo foram considerados como elementos chave para o desenvolvimento municipal, sendo aceitos como necessários e inevitáveis. Na opinião deles, as ações de maior urgência estavam todas ligadas ao domínio público, como investimento em novos hospitais, melhores rodovias e demais melhorias (VERA REBOLLO; BAIDAL, 2003).

Nesse sentido, uma das conclusões obtidas por Vera Rebollo e Baidal (2003) foi que os indicadores qualitativos apontaram para o fato de que perdas ambientais e culturais parecem ser aceitas politicamente e socialmente como custos inevitáveis, com a oportunidade de serem mitigadas por meio de grandes investimentos em determinadas áreas. Em Torrevieja, esses investimentos dizem respeito à proteção de 40,5% da área não urbanizada do município; ao progressivo aumento do orçamento “verde”; ao tratamento de esgoto; à coleta seletiva dos resíduos; e à fiscalização e controle do meio ambiente. Para os autores essas ações podem até representar uma inovação no cenário dos municípios turísticos da costa Mediterrânea espanhola. No entanto, o que impressiona é perceber que o capital natural perdido pode ser substituído por investimentos em projetos ambientais.

Esse exemplo de Torrevieja faz refletir sobre a utilização de indicadores para avaliar o desenvolvimento sustentável do turismo. A técnica recomendada por muitos autores e pelo MTur de compilar os dados em denominadores que qualificam o estado atual de determinado território, é eficaz à medida que traduz informações até então inacessíveis e incompreensíveis. Contudo, é preciso cuidado para que essas informações traduzidas não gerem um sentimento de conformismo em relação à realidade territorial. No caso de Torrevieja, foi visto que tanto os turistas quanto os moradores, não problematizam a expansão urbana ou a alta concentração sazonal de turistas. Incurrendo talvez numa fraca aplicação do conceito de sustentabilidade, já que o mesmo pressupõe uma mudança de valores e não somente a aplicação de medidas corretivas.

Em suma, no material do MTur pertinente ao conceito de sustentabilidade, ficou enfraquecido o maior objetivo da sustentabilidade, que se refere à invenção de um novo modelo de desenvolvimento turístico, à incorporação de valores que estimulem a potência de ação dos territórios. Restringindo-se, sobretudo, à simples adoção de técnicas para avaliar o desenvolvimento do turismo; corrigir impactos negativos e potencializar impactos positivos.

5.3 Módulo 1 – Sensibilização e Módulo 2 – Mobilização

De acordo com o MTur, as ações de sensibilização e de mobilização devem permear todos os módulos operacionais do Programa. O objetivo principal da sensibilização é apresentar, a um máximo número de atores, todas as possibilidades que uma região possui para o desenvolvimento do turismo. Sensibilizando-os às oportunidades de investimento, atuação e envolvimento na regionalização da atividade turística. A mobilização, por sua vez, prevê a união daqueles atores que já estão sensibilizados e apresentam disposição em planejar um projeto de desenvolvimento turístico para sua região. Para o MTur, o conhecimento quanto às possibilidades e o entrosamento entre os segmentos (poder público, empresários, sociedade civil e instituições de ensino) são elementos fundamentais para melhor aproveitar as oportunidades que o turismo oferece.

5.3.1 Processual

Como as ações de sensibilização e de mobilização visam principalmente induzir uma aproximação e interação entre atores de diversos segmentos sociais e regiões, o aspecto processual se encontra especialmente com o fluxo de informações estimulado durante os encontros promovidos para colocar os atores em contato. O MTur afirma que é nesses momentos que serão compartilhadas questões relativas ao território pelo qual cada ator responde, suas necessidades, competências e recursos. Posteriormente, o compartilhamento de informações precisa gerar definições de objetivos comuns e consequente compartilhamento de responsabilidades entre os atores envolvidos (MINISTÉRIO..., 2007b).

Além disso, para manter o caráter democrático e participativo do Programa, o MTur sugere que uma vez tomadas as decisões pertinentes ao desenvolvimento do turismo na região, as mesmas sejam sempre divulgadas. Não permitido que as informações circulem apenas entre os envolvidos diretamente com o processo de regionalização, mas que o fluxo de informações atinja também aqueles que são influenciados de forma indireta pelo turismo. Para tanto, os canais de comunicação devem ser estabelecidos “para que todos possam acompanhar os resultados de forma democrática, evitando, assim, que uma ou outra pessoa tenha privilégio quanto ao acesso a essas informações” (MINISTÉRIO..., 2007b, p. 30).

O que não é considerado pelo MTur é o fato de que mesmo sendo o objetivo principal desses módulos a criação de um envolvimento e comprometimento coletivo em prol

da implementação do Programa de Regionalização, o resultado desse fluxo de informações que circulam durante os encontros podem extrapolar esse fim primeiro. Huet (2011) realizou uma pesquisa num determinado território industrial francês, para analisar de que forma é possível transformar um território produtivo em território de aprendizagem. Para tanto, o autor propôs a mobilização do conceito de agenciamento de Deleuze e Guattari, a fim de suportar a hipótese da pesquisa que conjecturava que um território pode aprender se os agenciamentos alimentam conjuntamente a construção territorial, bem como a evolução do quadro de percepção e ação dos atores.

Huet (2011) realizou então, um estudo de caso na cidade de Vimeu na França, para perceber se o território em questão poderia ser caracterizado como um território de aprendizagem, a partir da constatação de elementos previamente determinados. Para identificar os elementos foram aplicadas entrevistas com os gestores de um grupo de empresas. O perfil dessas empresas era caracterizado pela atividade industrial, pelo pequeno e médio porte e, sobretudo por apresentar uma proximidade geográfica e organizacional. A proximidade institucional se dava pela complementaridade de competências, pelo compartilhamento de regras e pelos relacionamentos produtivos inseridos em redes informais (HUET, 2011).

Como resultado, Huet (2011) constatou em Vimeu uma incapacidade dos agenciamentos territoriais em estimular a aprendizagem. O principal motivo relacionado foi que durante as reuniões entre os gestores das empresas entrevistadas não havia a introdução de novos elementos que provocassem uma problematização nas decisões, e consequente aprendizagem. Ao contrário, as reuniões eram realizadas contando com praticamente os mesmos atores, que já se conheciam anteriormente, seguiam uma pauta previamente estabelecida, e apresentavam um forte processo de rotinização (HUET, 2011). Certamente que o agrupamento entre as empresas gerou um novo olhar sobre o desenvolvimento das mesmas, mas a rotinização estabelecida posteriormente nas reuniões, não foi combinada com a busca de novas oportunidades de aprendizagem para os grupos.

O cenário territorial analisado por Huet assemelha-se em partes com a proposta do MTur em estimular a cooperação entre as empresas de turismo para fomentar a regionalização da atividade. Essas formas de proximidade geográfica e organizacional, como Huet (2011) salienta, traduzem consistência e qualidade na escala produtiva do território, atendendo um déficit de competências comerciais encontrados pelas empresas de pequeno e médio porte. No entanto, a nova configuração territorial que dinamiza o potencial produtivo das empresas, de

certa forma pode enfraquecer o potencial criativo das mesmas, à medida que suas reuniões, obedecendo a uma ordem pré-estabelecida, se tornam encerradas, finalizadas e rígidas.

O mesmo ocorre também com o Programa de Regionalização, quando o MTur indica um modelo de pauta para organizar as reuniões de sensibilização e mobilização, e inclusive recomenda a atuação de um mobilizador capacitado à conter as adversidades que forem surgindo no decorrer das discussões⁵². A existência de um direcionamento para os encontros, a fim de gerar conhecimento sobre o Programa é compreensível, contudo seria interessante considerar e estimular mais a característica processual e dinâmica das reuniões, sem controlar ou finalizar demasiadamente esses encontros entre os atores. Criando, assim, a oportunidade de emergir agenciamentos de aprendizagem, a criação de novos olhares sobre o desenvolvimento do turismo, e também a invenção de problemas.

5.3.2 Problematização

Conforme indicado anteriormente, o ponto central desses dois módulos está em promover um amplo envolvimento de diferentes atores na aplicação do processo de regionalização do turismo. O MTur aposta nesta ampla participação para garantir maior descentralização na gestão da atividade em território nacional, bem como construir um ambiente democrático entre poder público, iniciativa privada, terceiro setor e comunidade, por meio da cooperação intersetorial. Outro benefício gerado por esse envolvimento avaliado pelo MTur, é a oportunidade de “levar em consideração o conhecimento e a cultura local, as habilidades, as vocações e as experiências para aproveitá-los e incluí-los no processo de regionalização” (MINISTÉRIO..., 2007a, p. 34).

Também foi visto no item sobre o aspecto processual, que essa troca de experiências, conhecimento e habilidades pode resultar em um rico processo criativo, desde que as reuniões não sejam encerradas e finalizadas num escopo rígido de objetivos. Dessa forma, pode-se afirmar que as próprias ações de sensibilização e mobilização possuem intrinsecamente uma disposição de problematização, pelo simples fato de colocar em relação atores representativos de diversos segmentos sociais (instituições de ensino, artesãos, profissionais liberais, profissionais do comércio turístico, guias), que carregam pontos de vistas particulares.

Contudo, seguindo ainda essa linha de raciocínio, o presente item pretende inserir o aspecto de problematização, a fim de estimular a potência de ação desses encontros.

⁵² Os detalhes dessa metodologia proposta pelo MTur para conduzir os exercícios de sensibilização e mobilização são explorados no item sobre Técnica.

Considerada a dinamicidade dos fluxos de informação que passam entre os atores, bem como o esforço de não permitir que as reuniões criem um processo de rotinização, o qual impede a introdução de novos elementos, é pertinente recordar o que Mantovaneli e Sampaio (2007) pensam a respeito da inclusão social no processo de tomada de decisão. Para os autores, dar voz à sociedade não significa que o modelo de desenvolvimento sustentável irá emergir, significa apenas cumprir com a função democrática do Estado.

Duas considerações podem ser feitas a partir da premissa indicada por Mantovaneli e Sampaio (2007). A primeira diz respeito ao confuso entendimento de democracia divulgado pelo MTur, quando o mesmo afirma ser esperado “que, por meio da reflexão, cada um esteja convencido a aceitar mudanças, que desencadearão uma situação mais favorável, benéfica e participativa para todos: poder público, empresários, sociedade civil” (MINISTÉRIO..., 2007a, p. 32). A “mudança” citada pelo MTur refere-se ao desenvolvimento do turismo por meio da regionalização e não por outro modelo, sugerindo prontamente que o Programa representa o melhor caminho para o êxito dos municípios.

Sendo o Programa de Regionalização um produto criado pelo MTur e não em conjunto com os municípios turísticos, ele já não faz parte de um processo democrático. Dessa forma, a democracia para o MTur restringe-se à implementação do Programa por parte das comunidades, e não a concepção de um novo modelo de desenvolvimento turístico. De acordo com Souza (2000) é de suma importância substituir uma comunicação hierárquica por um diálogo empático entre gestores, comunidade, técnicos e pesquisadores, priorizando a construção coletiva do desenvolvimento.

Em segundo lugar, o MTur prevê que as reuniões de sensibilização e mobilização tenham a capacidade de convencer os atores a investirem nesse modelo proposto. Convencimento que se dá por meio de afirmações que posicionam de forma determinista o turismo e a preservação ambiental como as ações que solucionariam grande parte dos problemas da região:

A natureza exuberante e a riqueza cultural de cada região são um patrimônio de valor turístico inestimável. É necessário mostrar às pessoas que o patrimônio preservado pode significar mais oportunidades de trabalho e negócios, portanto, mais desenvolvimento para a região e mais qualidade de vida para todos. É assim que o processo de sensibilização pode envolver as pessoas do lugar (MINISTÉRIO..., 2007a, p. 18).

Ademais, para convencer os atores a se envolver com o Programa, o MTur indica o papel do mobilizador, como elemento chave para conduzir as reuniões. As atribuições do

mobilizador passam por estabelecer foco para o grupo; preparar os atores para aceitar as mudanças e lidar com as resistências; manter a motivação do grupo; saber administrar as emoções do grupo; saber utilizar os contatos pessoais; e assim por diante. Em suma, a função do mobilizador é garantir que as reuniões sejam harmônicas e que o Programa seja percebido como um caminho promissor ao desenvolvimento do turismo.

Com essas limitadas competências, o MTur enfraquece a potência de ação dos encontros entre os atores, por não suggestionar uma capacidade do mobilizador em inventar problemas, e conduzir as decisões da comunidade sobre um olhar crítico a respeito das questões e/ou soluções visualizadas. Enfraquece também a própria capacidade intrínseca aos encontros de se utilizar da diversidade cultural competente ao grupo para problematizar, criar aprendizados. E conforme enfatizado por Schöpke (2004, p. 32):

Nós só procuramos a verdade quando estamos determinados a fazê-lo em função de uma situação concreta, quando sofremos uma espécie de violência que nos leva a essa busca. Isso quer dizer que pensar não é uma tendência natural, mas é efeito de uma força externa que nos violenta, retirando a razão de sua função cognitiva. [...] Aprender, segundo Deleuze, diz respeito essencialmente aos signos, só que os signos são sempre múltiplos e divergentes. [...] Daí por que ousamos dizer que é o caráter diferencial dos signos (a própria diferença que eles interiorizam) que descentra a razão e a força a um novo exercício – o exercício do pensamento.

Portanto, o resultado de problematizar o processo de tomada de decisão, seja por meio da ação de pesquisadores, mobilizadores, gestores ou a inserção de outros métodos, permite um maior alinhamento ao propósito da sustentabilidade. À medida que busca desenvolver encontros mais criativos entre o homem e o meio.

5.3.3 Técnica

Como as análises críticas já foram realizadas nos itens anteriores, o presente item dedica-se somente à identificação das técnicas sugeridas pelo MTur para operacionalizar os dois primeiros módulos do Programa. Todas as técnicas apresentadas possuem o mesmo fim de colocar em relação os atores, sensibilizando-os e mobilizando-os para a implementação da regionalização do turismo. São sugeridas reuniões, oficinas, seminários, entre outros eventos com semelhante finalidade. Especificamente à sensibilização, o MTur sistematiza uma sugestão de duas reuniões sequenciais (MINISTÉRIO..., 2007a):

1. Reunião de comunicação e informação sobre o Programa de Regionalização do turismo – a primeira reunião tem como objetivo principal identificar aqueles atores que tem potencial de participação no Programa. Para tanto são convidados atores de diversos segmentos para informar sobre o Programa e depois identificar os interessados em participar.
2. Reunião com os atores a serem envolvidos no processo de regionalização – a segunda reunião tem como objetivo principal envolver os atores identificados na primeira reunião para trocar informações sobre as instituições, municípios ou comunidades correspondentes. Essa troca de informações precisa também instigar os atores a reconhecerem problemas e necessidades comuns à região, bem como apresentar metas para alcançar possíveis soluções.

Juntamente com a sugestão das reuniões, o MTur apresenta sistematicamente os elementos que compõe essas etapas: quem deve conduzi-las, onde elas podem acontecer, que materiais devem ser utilizados, como devem ser encaminhados os convites para os atores, como podem ser conduzidas as reuniões. A sugestão de pauta para as reuniões, ganha maior detalhamento na segunda, quando se pressupõe que a regionalização será iniciada.

Além dessas recomendações mais práticas, são pontuados aspectos de ordem subjetivos para serem administrados durante as ações de sensibilização, como as técnicas de comunicação utilizadas pelo mobilizador, ator responsável em conduzir as reuniões. De forma geral, o mobilizador tem a função de sensibilizar os participantes a aderirem o Programa, esclarecer dúvidas em relação à regionalização, lidar com possíveis atitudes de resistência, entre demais articulações. Para tanto, a atividade de sensibilização exige a utilização sistemática de “estratégias e recursos de comunicação, a fim de articular, envolver e aumentar a participação dos atores envolvidos com a atividade de turismo de uma região turística. A comunicação eficiente faz com que os objetivos sejam atingidos” (MINISTÉRIO..., 2007a, p. 53).

Por fim, para despertar o interesse dos atores em participar das reuniões e demais encontros pertinentes ao Programa, o MTur sugere fazer convocações por meio de instrumentos como: rádio, carro de som, faixa, folhetos, cartazes, jornais locais, televisão, redes de relacionamento, internet, entre outras mídias e mecanismos.

5.4 Módulo 3 – Institucionalização da Instância de Governança Regional

Visto que o módulo em questão não apresenta elementos complexos que possam ser subdivididos nos aspectos delimitados para análise, sua abordagem será realizada de forma direta com breves considerações pontuais.

O módulo trata sinteticamente da formação de parcerias entre os atores envolvidos com o turismo, por meio do estabelecimento de uma organização responsável em decidir e conduzir o desenvolvimento da atividade a nível regional. Os atores envolvidos podem ser representantes de empresas, associações, agências locais e regionais de governo, centros tecnológicos, universidades, agências de desenvolvimento, entre outros. Sua escolha se dá pelo critério de representatividade nos municípios integrantes à região, sendo identificados durante as ações de sensibilização e de mobilização.

A partir do processo de sensibilização e mobilização são identificadas as lideranças locais e as pessoas com representatividade nos municípios e distritos envolvidos com a atividade turística e com o desenvolvimento socioeconômico, ambiental e sociocultural da região (MINISTÉRIO..., 2007c, p. 21).

Depois de sensibilizados, mobilizados e capacitados, os atores devem escolher a estrutura, o formato e o caráter jurídico (fórum, conselho, associação, comitê ou outro tipo de colegiado) da Instância para se organizarem. Institucionalizar significa estabelecer sob a forma de instituição um grupo constituído previamente de maneira informal. O MTur afirma que essa organização social é fundamental para a coordenação, acompanhamento e gestão das ações planejadas. Por isso, as Diretrizes Operacionais do Programa propõem que “cada Região Turística conte com uma Instância de Governança definida e instalada, caso contrário o Programa terá dificuldades em avançar, pois várias ações dependem de sua gestão” (MINISTÉRIO..., 2007c, p. 17).

Resumidamente, a constituição do colegiado obedece a seguinte orientação sequencial: 1) Identificação dos atores durante o processo de sensibilização e mobilização; 2) Realização de um evento para convidar para os atores a institucionalizar uma Instância de Governança Regional; 3) Definição da estrutura, formato e caráter jurídico para organização da Instância (conselho, fórum, comitê, associação); e 4) Realização dos procedimentos legais e administrativos para a Institucionalização da Instância.

Após a realização das etapas descritas, a Instância deve começar a atuar na coordenação da implementação dos demais módulos do Programa. Apesar das facilidades gerenciais que uma Instância pode oferecer para determinada atividade, o MTur aponta que

“criar uma Instância de Governança não é difícil, mas mantê-la viva e dentro dos princípios em que foi criada requer trabalho e competência administrativa” (MINISTÉRIO..., 2007c, p. 49). Dentre as dificuldades levantadas, constam fatores de ordem prática, como o financiamento da hospedagem, alimentação e transporte para garantir a participação dos representantes de todos os municípios integrantes da Instância nos encontros periódicos organizados.

Além das dificuldades práticas identificadas, percebe-se que existem outros fatores que determinam a qualidade da atuação da Instância, diz respeito à capacidade de representar uma região nas suas mais profundas aspirações. Governança, no âmbito da política adotada pelo MTur, relaciona-se com princípios de descentralização⁵³ e de cooperação. Descentralização, por permitir maior autonomia às regiões, reduzindo as obrigações do órgão federal no desenvolvimento do turismo; e cooperação como o compartilhamento da definição de prioridades, na coordenação das decisões a serem tomadas, bem como no planejamento e execução do processo do desenvolvimento regional (MINISTÉRIO..., 2007c).

Isso significa que esse conjunto de atores institucionalizados, será responsável pela definição de metas e objetivos para serem alcançados com o desenvolvimento do turismo na região representada por eles. Responsabilidade que precisa considerar todas as reflexões críticas realizadas nos módulos anteriores: i) respeitar a dinamicidade territorial para não usar equivocadamente o discurso de conservação cultural e ambiental; ii) estimular as reuniões com problematizações para gerar decisões criativas e alinhadas à sustentabilidade; iii) garantir a expansão e diversificação contínua do quadro de participantes nos processos de decisão; e iv) disponibilizar informações sobre todo o processo de planejamento e gestão.

Ademais, é fundamental que a Instância valorize o maior potencial que carrega a proposta de regionalização, que diz respeito à possibilidade de, por meio do princípio da cooperação, oferecer às pequenas localidades a oportunidade de superar a dificuldade de uma inserção competitiva no mercado. Segundo o MTur (MINISTÉRIO..., 2007d, p. 17), a regionalização tem como principal objetivo, oferecer um “desenvolvimento permanente e duradouro para as regiões, assim como a superação e a minimização dos impactos negativos causados, no passado, por uma visão fragmentada do turismo”.

Respeitando esse pressuposto, as Instâncias podem possibilitar “que as unidades produtivas de base familiar, formais e informais, além de micro e pequenas empresas,

⁵³ Descentralização, no contexto do Programa, “é a transferência, para a sociedade, de parte da responsabilidade, antes centrada no Estado, de administrar o desenvolvimento turístico” (MINISTÉRIO..., 2007d, p. 20).

ampliem suas possibilidades de desenvolvimento para o nível regional” (MINISTÉRIO..., 2007a, p. 21). O que representa também, uma aproximação das metas e objetivos da realidade territorial, bem como a possibilidade de encontrar soluções locais para os problemas enfrentados. Trata-se da proposta de desenvolvimento endógeno, da relação direta e pessoal dos pesquisadores com a comunidade, permitindo realizar o que Sachs (1986) sugere de inventário íntimo sobre a vida cotidiana para por, meio dele, identificar quais os caminhos mais adequados para alcançar o desenvolvimento do turismo.

Para que isso seja possível, é preciso que a Instância promova um planejamento pautado não somente no conhecimento de detalhes como infraestrutura, serviços, atrativos, e questões de ordem mais prática, mas que considere questões subjetivas para, de fato, promover um desenvolvimento “permanente e inclusivo” da região, conforme direcionamento do MTur.

5.5 Módulo 4 – Elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional e Módulo 5 – Implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional.

Os módulos em questão são percebidos pelo MTur como imprescindíveis à efetivação do desenvolvimento turístico regional, uma vez que é por meio do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional que as ações são definidas para a implementação do Programa de Regionalização. Sinteticamente, o Plano representa um conjunto de documentos integrados e coordenados entre si com a finalidade de detalhar os objetivos almejados para a implementação do Programa.

5.5.1 Processual

O Plano Estratégico é fruto de um planejamento estratégico, que tem como objetivo direcionar o olhar para o futuro, visualizando possíveis efeitos e impactos das decisões tomadas no presente (MINISTÉRIO..., 2007d). Como indicado no terceiro capítulo desta pesquisa, o planejamento estratégico é a abordagem trabalhada por autores como Acerenza (1992) e Beni (2006), de características específicas, prevê um processo metodológico constituído por etapas orientadoras. O MTur considera o planejamento estratégico como:

[...] um processo contínuo e permanente, dentro de um espaço de tempo definido, utilizando instrumentos apropriados para a tomada antecipada de decisões, através da simulação de uma situação futura desejada. Tais instrumentos vão permitir a escolha e a seleção dos meios adequados para atingir os objetivos propostos (MINISTÉRIO..., 2007d, p. 23).

A identificação do planejamento como um “processo contínuo e permanente”, permite dar início às considerações sobre o aspecto processual nos módulos em questão, que vai ao encontro da consideração de Hall (2004) sobre a forte característica não estática pertinente ao planejamento turístico. Para o autor, o planejamento é dinâmico porque se modela de acordo com os interesses dos atores envolvidos e com os valores existentes na sociedade. Premissa corroborada por Molina (2005), que reforça a necessidade de considerar a dimensão política do planejamento, já que toda decisão e definição de objetivos são orientadas por interesses e negociações entre atores sociais.

Existe também a possibilidade de alinhar o aspecto processual à identificação dos fluxos e devires que entrecortam o território turístico. Antes de apresentar essa correlação, faz-se necessário contextualizar como se dá a elaboração do Plano Estratégico. O MTur sugere duas fases principais para sua elaboração, à saber: 1) a análise situacional; e 2) o planejamento estratégico. A fim de discorrer sobre os fluxos e devires, será tomado como base as considerações referentes à primeira fase, que tem por objetivo criar

[...] uma visão atualizada e abrangente da região turística, com suas características, suas relações com o mercado e com outros setores a ela relacionados a partir da análise do conjunto dos diagnósticos turísticos e inventários da oferta turística dos municípios que compõem a região turística (MINISTÉRIO..., 2007d, p. 37).

A análise situacional, portanto, permite fazer previsões sobre o desenvolvimento regional, bem como elaborar propostas de intervenção futura para alcançar os objetivos. Para construir a análise situacional, faz-se necessário resgatar, atualizar e/ou elaborar⁵⁴: i) o inventário da oferta turística; ii) o dimensionamento da demanda turística atual; iii) o levantamento e análise dos produtos turísticos ofertados na região; iv) o levantamento dos pontos fortes e fracos da atividade turística na região; e v) as informações básicas dos municípios que compõem a região (MINISTÉRIO..., 2007d).

De acordo com o MTur, o levantamento desses dados é suficiente para elaborar a análise situacional de uma região, que por sua vez, permite trabalhar com a previsão de

⁵⁴ O MTur reconhece que cada região apresenta diferentes etapas do planejamento estratégico em andamento, por isso algumas não precisam elaborar documentos que já existem, como o inventário turístico, bastando somente seu resgate e/ou atualização para a construção da análise situacional e demais etapas pertinentes à elaboração do Plano Estratégico.

oportunidades e ameaças futuras. Todavia, é importante questionar que tipo de realidade territorial o levantamento desses dados permite determinar. Assim como Hall (2004) e Molina (2005) salientaram a existência de interesses e relações de poder que podem modificar a orientação de um planejamento, foi visto em Deleuze e Guattari que os agenciamentos territoriais também sofrem influências desses elementos de poder. Ora, se existem variáveis pouco visíveis e concretas que podem alterar a contextualização de um território, bem como a rota de seu planejamento, talvez fosse pertinente incluir na análise situacional, a tentativa de conhecê-las.

Para tanto, acompanhando o entendimento de território amadurecido por Deleuze e Guattari, que considera antes dos seus aspectos físicos, seus devires, suas potências, seus movimentos de territorialização e desterritorialização, faz-se necessário trabalhar com as informações que estejam alinhadas a esse propósito. Concentrar-se menos em informações que forneçam dados sobre as características geográficas (área, clima, relevo, altitude, bioma); sociais (população urbana e rural); e econômicas (quantidade de empresas formais, renda *per capita*, população ativa e empregada) de um território, para evidenciar mais os devires que podem determinar mudanças nessas características pontuais.

Uma possibilidade diz respeito à identificação e reflexão sobre o fluxo de turistas, diretamente relacionado à demanda turística. Quesito também apontado pelo MTur como fundamental para construir a análise situacional. A demanda turística, que pode ser efetiva ou potencial, é definida pelo MTur (MINISTÉRIO..., 2007d, p. 40), como “o interesse que os turistas demonstram pelos atrativos e pelos locais de uma determinada região”. A demanda efetiva diz respeito àquela prontamente existente na região, identificada pela quantidade de bens e serviços consumidos. Já a potencial, diz respeito àquela possível demanda identificada pela quantidade de bens e serviços que podem vir a ser consumidos, considerados os fatores facilitadores. Tanto uma quanto outra depende de fatores que podem aumentar ou reduzir o fluxo de turistas, como as ações de *marketing*, o acesso aos grandes centros urbanos, a qualidade dos serviços, os custos, a estabilidade política, a segurança, a sazonalidade, entre outros (MINISTÉRIO..., 2007d).

Entretanto, o estudo de demanda não esgota as possibilidades que um território turístico apresenta de análise dos fluxos e devires. Diferentes movimentações podem ser visualizadas, partindo do pressuposto de que o turismo sofre influências direta e indireta de demais atividades econômicas, bem como de movimentos políticos e sociais que ocorrem em seu território e em territórios vizinhos. Em suma, se a etapa de análise situacional do planejamento visar conhecer a dinâmica territorial, mais que levantar características

geográficas e estruturais, talvez os gestores do turismo estejam mais preparados para lidar com devires que escapam a um planejamento prévio, transformando a instabilidade em oportunidades.

5.5.2 Problematização

A respeito da segunda fase pertinente à elaboração do Plano Estratégico, a mesma está diretamente relacionada ao prognóstico que, por sua vez, indica o que se espera, dentro de um marco temporal, “quanto a objetivos, metas, benefícios, impactos positivos e possíveis estratégias alternativas para se atingir esses objetivos” (MINISTÉRIO..., 2007d, p. 25). Portanto, tendo como base a análise situacional descrita no item anterior, o prognóstico diz respeito à etapa que permite definir como um problema atual será solucionado, para se alcançar um resultado esperado no futuro.

Da mesma forma que foram estabelecidas etapas para elaborar a análise situacional, o prognóstico também possui etapas orientadoras, a saber: i) definir os objetivos que se pretende alcançar no futuro; ii) estabelecer metas que se pretende atingir; iii) estabelecer diferentes estratégias para atingir os objetivos; iii) analisar a viabilidade das estratégias; e iv) determinar caminhos para se realizar a estratégia selecionada.

Sobre as primeiras etapas, os autores Molina e Rodríguez (2001, p. 98) são enfáticos quando observam que “os objetivos e metas referentes a um certo campo da atividade humana – como é o caso do turismo – não devem, sob nenhuma circunstância, estar sobrepostos às aspirações da sociedade”. Reforçando que o planejamento precisa estar a serviço das demandas da sociedade e não das atividades produtivas que visam, sobretudo, eficiência e crescimento econômico. Por isso, é unânime em praticamente todas as abordagens apresentadas no terceiro capítulo desta pesquisa, a necessidade de uma participação social no planejamento do turismo, a fim de que essas metas e objetivos respondam principalmente às necessidades e prioridades sociais.

Alinhado aos autores, essa problematização sobre “a serviço de quem o planejamento turístico está”, vem sendo respondida pelo MTur desde os primeiros módulos, por meio do incentivo à participação social em todas as etapas que compõem o processo de implementação do Programa Regionalização do Turismo. O engajamento dos atores no processo de planejamento busca conhecer, por meio do levantamento de dados qualitativos e quantitativos, as aspirações sociais, as formas de atuar e as soluções alternativas para as necessidades e

prioridades identificadas. Além disso, a aproximação dos atores proposta pelo MTur objetiva também “fazer com que as pessoas envolvidas passem a se preocupar e a se comprometer com os resultados das ações planejadas” (MINISTÉRIO..., 2007d, p. 29). O que facilita inclusive a gestão descentralizada da atividade turística.

Para operacionalizar essa etapa de elaboração do prognóstico, algumas perguntas são sugeridas pelo MTur a fim de orientar a construção dos objetivos, metas e estratégias. São elas (MINISTÉRIO..., 2007d):

- Aonde queremos chegar? (objetivo geral do planejamento)
- O que deve ser feito? (objetivos específicos)
- Quais os objetivos mensuráveis? (metas)
- Como serão alcançados os objetivos específicos? (linhas de ação)
- Como serão medidos os objetivos do Plano? (indicadores de impacto)

O questionamento da presente pesquisa é: com quais recursos (éticos) a sociedade é capaz de responder a tais perguntas? Embora elas sejam bastante esclarecedoras para a definição de elementos pertinentes a elaboração do prognóstico, suas opções de respostas dependem diretamente do olhar com que são observadas. Por exemplo, o MTur apresenta a seguinte problemática: será que “[...] quanto maior o número de turistas circulando maior será a geração de postos de trabalho, o aumento da produção e da renda, e melhores serão as condições de vida das famílias geradas?” (MINISTÉRIO..., 2007e, p. 14). A problemática apresentada é um convite à adoção de um olhar crítico sobre os objetivos e metas a serem definidos, o que torna o planejamento um processo um tanto mais complexo do que parece ser. Como já foi visto nas considerações sobre os módulos anteriores, a participação social no processo de tomada de decisão pode até garantir maior democracia e proximidade dos objetivos e metas às necessidades sociais. Todavia, não garante o desenvolvimento sustentável, à medida que a sociedade pode não optar por mudanças estruturais, respondendo a essas perguntas de maneira “condicionada”.

Ademais, é pertinente observar que parece haver uma intenção do MTur em convencer que a participação por si só garante o protagonismo da sociedade no seu desenvolvimento, quando afirma que “o processo de desenvolvimento sustentável depende da participação e da integração dos agentes sociais, que nesse processo atuam como agentes de transformação, tornando-se, assim protagonistas de seu próprio desenvolvimento”

(MINISTÉRIO..., 2007d, p. 29). Será mesmo possível afirmar que o engajamento de atores no processo de tomada de decisão garante uma postura protagonista dos mesmos? Se sim, protagonista de que tipo de desenvolvimento e de vida?

Novamente, a inclusão da problematização faz diferença quando não é tão claro como e em que direção se faz o protagonismo. Como Deleuze constantemente afirma, as escolhas não devem ser doutrinárias, a repetição não deve ser do mesmo, as diferenças precisam ser valorizadas. Talvez assim, o protagonismo vai ganhando forma, já que “para afirmar a existência, é preciso criar novos valores, é preciso tornar-se um artista, um esteta da própria vida, é preciso romper com os grilhões, as ilusões e as mentiras enfraquecedoras” (SCHÖPKE, 2004, p. 124).

5.5.3 Técnica

De acordo com Buarque (2008), a dimensão técnica do planejamento⁵⁵ está associada à utilização de instrumentos para organizar, sistematizar e hierarquizar a realidade, bem como à produção e organização de informações sobre o objeto de planejamento. O que o MTur apresenta nesses dois módulos, é justamente como elaborar, por meio de instrumentos específicos, essa sistematização do planejamento para o desenvolvimento do turismo. Para tanto, o MTur definiu três níveis de planejamento para compor o Plano Estratégico: estratégico, tático e operacional (Figura 3).

⁵⁵ Embora o autor tenha segmentado didaticamente o planejamento nas dimensões técnica e política, a discussão desse item possibilitará perceber como existe uma forte relação intrínseca entre ambos. Principalmente, porque mesmo os instrumentos técnicos de planejamento não estão isentos de elementos políticos, eles possuem, na linguagem de Deleuze e Guattari, máquinas sociais que operam em sua constituição.



Figura 3 – Níveis de Planejamento que compõem o Plano Estratégico.
Fonte: Adaptado de MINISTÉRIO..., 2007d.

As etapas de elaboração da análise situacional e do prognóstico comentadas nos itens anteriores, dizem respeito ao primeiro nível, à concepção do Plano Estratégico. Já o segundo nível corresponde à elaboração de projetos para atender aos objetivos específicos delimitados previamente no Plano Estratégico – a elaboração de roteiros ou a qualificação dos serviços turísticos exemplificam um tipo de Projeto Específico. Os planos operacionais, por sua vez, são aqueles que apresentam a maior quantidade de informações de ordem prática dentro das etapas de planejamento, como o orçamento, a delegação de tarefas, a rotina de atividades, entre outros elementos referentes à operacionalização de cada Projeto Específico (MINISTÉRIO..., 2007d).

Por meio dessa estrutura, o MTur vai mostrando o caminho para elaborar e implementar um Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional. O detalhamento do material não fica restrito à categoria teórica, de significado das etapas dentro do conceito de planejamento estratégico. Mas alcança uma categoria bastante prática quando é descrito, por exemplo, como se dá a elaboração dos documentos para a submissão de projetos (como redigir a introdução, como elaborar o orçamento, como escolher as fontes de financiamento, quais parcerias podem ser feitas, qual conteúdo pertinente). De forma geral, pode-se dizer que o material é bastante rico em informações, facilitando sua compreensão.

Apesar disso, uma pesquisa realizada em 2010 para avaliar o Programa de Regionalização do Turismo, coordenada pelo Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano (IADH) em parceria com o MTur, apontou que, ainda que o Programa apresente

muitos aspectos positivos, como a própria impecabilidade do material das diretrizes operacionais, algumas dificuldades comprometem a implementação da proposta. Constatou-se que, embora todo o esforço do MTur em promover o Programa, apenas “40% das regiões prioritárias possuem plano estratégico para o turismo” (MINISTÉRIO..., 2010).

Obviamente que essa realidade é fruto de um cenário complexo de múltiplas variáveis, contudo os resultados obtidos pela pesquisa da IADH oportunizam a seleção de algumas falhas do Programa que podem explicar em partes a dificuldade em se elaborar e implementar um Plano Estratégico. Dentre essas falhas levantadas pelos atores que participaram da pesquisa⁵⁶, são relevantes para a discussão do presente item: i) a desconsideração da diversidade de condições entre os Estados, gerando uniformidade de orientações; ii) a desnivelada gestão dos destinos; iii) o despreparo e a falta de qualificação para elaborar planos estratégicos regionais.

Além disso, a IADH também mostrou por meio da pesquisa, que a dificuldade de compreensão não se restringe à elaboração de planos estratégicos, mas alcança um nível macro, como o entendimento sobre o próprio Programa de Regionalização.

Foi enfatizado, por alguns entrevistados, que não há um entendimento único sobre o Programa de Regionalização e que isso ocorre inclusive dentro do próprio Ministério do Turismo. Atribuem esse fato à diversidade do País, abrangência do escopo e às falhas na implementação, monitoramento, avaliação e comunicação do Programa (MINISTÉRIO..., 2010, p. 49).

A respeito da acusação sobre o despreparo e a falta de qualificação dos gestores locais e demais atores em compreender o Programa e o Plano Estratégico, pode ser inicialmente justificada ou contornada pela consideração de Molina e Rodríguez (2001) quanto à comunicação. Para os autores um grande obstáculo que existe nas políticas de planejamento, mesmo as participativas, é o tipo de comunicação utilizada entre especialistas e comunidade. Muitas vezes, a comunicação vem carregada de termos técnicos ou informações que não estão sob uma forma acessível ao tipo de linguagem utilizado pela comunidade. Questão essa, que foi justamente ignorada pelo MTur, que acabou adotando uma única linguagem para acessar diferentes territórios, consequentemente nivelando todos os municípios e regiões num mesmo patamar de conhecimento.

No entanto, a exigência de certa familiaridade com a linguagem adotada pelo MTur, está diretamente associada à uma maturidade científica, já que a proposta de planejamento

⁵⁶ Participaram da pesquisa membros da Câmara Temática de Regionalização; Interlocutores Estaduais do Programa de Regionalização do Turismo; Colegiados Estaduais de Turismo; Comissão de Turismo do Senado; Coordenadores das Instâncias de Governança Regional; Instituições de Ensino; etc.

estratégico não tem sua origem atrelada a um conhecimento popular, mas àqueles produzidos em meios acadêmico ou administrativo. Entendimento que permite dar um passo adiante da ressalva feita por Molina e Rodríguez (2001) quanto à limitação da comunicação. Será que se trata somente de um aperfeiçoamento da comunicação, para se garantir eficácia no processo? Ou será que o conteúdo da comunicação deveria ser revisto?

Queiroz (2005) afirma que foi de grande valia todo o esforço teórico empreendido por diversos autores na construção de abordagens de planejamento turístico, que se concentrassem em preencher lacunas operacionais. Contudo, o autor enfatiza que o que não pode acontecer é a qualificação de qualquer modelo como universalmente mais relevante, uma vez que não é possível elaborar uma estratégia padrão para gerir destinos turísticos. De um teor ainda mais crítico, de acordo com Buarque (2008, p. 83): “Em última instância, o processo de planejamento cria as condições para a (re)construção da hegemonia, na medida em que articula, técnica e politicamente, os atores sociais para escolhas e opções sociais”. Reflexão alinhada à premissa de Deleuze e Guattari que percebe a técnica, não como algo finalizada em si mesma, mas como um agenciamento de elementos a serviço de uma máquina social.

Portanto, pode ser que não se trate somente do ato da comunicação, de um nível de entendimento, de qualificação ou de capacitação da comunidade, mas sim de tentar conhecer que predisposição aquela determinada região possui em adotar o modelo de planejamento proposto. Predisposição que está atrelada aos seus conhecimentos, aos seus próprios recursos técnicos para o “saber fazer” planejar. O MTur inclusive adverte que durante o processo de planejamento “é fundamental que as diferenças e as peculiaridades de cada região sejam consideradas e firmemente respeitadas, de maneira que cada uma tenha seu próprio modelo de desenvolvimento” (MINISTÉRIO..., 2007d, p. 30). No entanto, infelizmente, essa reflexão não se estende à prática, já que em nenhum momento é delimitado um caminho para que as regiões criassem seu próprio modelo de desenvolvimento, de planejamento.

5.6 Módulo 6 – Sistema de Informações Turísticas do Programa

Respondendo a um módulo de cunho extremamente operacional, o presente item seguirá semelhante estrutura do módulo 4, visto que alguns comentários são comuns aos módulos que o antecedem, e que as especulações sobre o sistema de informações prevalecem sob a perspectiva da técnica. Por isso, o item se dedica a primeiramente, identificar as

principais características associadas à aplicação desse instrumento de manipulação de informações, e em seguida refletir quais as problematizações que envolvem seu uso.

Segundo o MTur, a informação é especialmente vital para movimentar, aproximar, viabilizar e dar visibilidade a todo o processo de desenvolvimento do turismo. Dessa forma, o fio condutor desse módulo é a comunicação, percebida como a capacidade de organizar, discutir, transmitir e distribuir as informações. A importância de um eficaz mecanismo de comunicação para o Programa é a promoção de “troca de informações entre o setor público, a comunidade, as instituições parceiras, os atores dos arranjos produtivos do turismo, assim como os usuários dos serviços e equipamentos turísticos” (MINISTÉRIO..., 2007f, p. 14).

Em relação aos aspectos mais técnicos, a principal finalidade de um sistema de informações é o armazenamento e a disponibilização de dados. Neste sentido, o objetivo de um Sistema de Informações Turísticas passa pelo resgate, reunião, organização, e circulação de dados confiáveis e atualizados sobre aspectos da atividade turística em todo território nacional. A organização desses dados se dá por meio de subsistemas específicos, como o Sistema de Gerenciamento das Informações do Programa de Regionalização do Turismo, o Sistema de Inventariação da Oferta Turística e o Sistema de Cadastro dos Empreendimentos, Equipamentos e Profissionais da Área de Turismo. Para o MTur a vantagem de reunir, em um único lugar, dados diversos sobre o turismo, é a possibilidade de auxiliar o planejamento e gestão da atividade, já que a informação constitui-se em elemento chave para a elaboração de critérios ao processo de tomada de decisão (MINISTÉRIO..., 2007f).

Outro valor que o MTur agrega à estrutura informacional sistematizada, é a promoção da Gestão do Conhecimento. O conceito, embora utilizado sem muito aprofundamento, é lançado como um caminho para a democratização da informação, pautado por três premissas: i) inteligência estratégica, que diz respeito ao direcionamento estratégico das informações do ambiente externo; ii) geração de conhecimento, relacionada à agregação da informação interna e externa às experiências e habilidades existentes na organização, com a finalidade de inovação; iii) redes interorganizacionais, que se refere à configuração em rede de organizações para atingir coletivamente objetivos em comum.

É nessa formalização da Gestão do Conhecimento que se enquadram os sistemas de geração e tratamento da informação do turismo, criando, incondicionalmente, uma Rede de Relacionamentos. Nesta rede, sustentada pelas ações das atuais políticas públicas, se inserem os relacionamentos e cooperação necessários para a implementação do Programa de Regionalização do Turismo (MINISTÉRIO..., 2007f, p. 15).

Portanto, para o MTur, a gestão do conhecimento, a rede de relacionamentos, a cooperação, a desburocratização, a democratização, são conceitos associados aos benefícios gerados por um Sistema de Informações Turísticas. Uma vez que um sistema representa: i) uma ferramenta de planejamento e gestão; ii) um instrumento que facilita a formação de redes e a comunicação entre os atores do trade turístico; iii) um facilitador para a gestão da informação; iv) uma fonte de consulta sobre histórico das ações, informações sobre as regiões turísticas, produtos, profissionais, empresas e prestadores de serviço.

Não há dúvidas que um banco de dados se torne uma ferramenta útil ao processo de planejamento e gestão do turismo, que necessita de informações atualizadas sobre a localidade e o desenvolvimento da atividade. No entanto, o complicador desse módulo passa pela necessidade de capacitação, ou na linguagem do Mtur, da instrumentalização dos gestores e profissionais do turismo para gerar a habilidade em manusear o sistema. Novamente, a crítica recai sobre o discurso determinista do MTur em relação à eficácia do desenvolvimento do turismo depender da aplicação de uma técnica ou da adoção de uma tecnologia.

[...] a tecnologia tornou-se elemento fundamental para que o setor opere de forma eficiente, eficaz, competitiva e qualificada e para que os usuários tenham suas necessidades e desejos atendidos e os gestores da atividade possam planejar com base em informações confiáveis (MINISTÉRIO..., 2007f, p. 20).

Desde o módulo de sensibilização foram apresentadas técnicas, instrumentos, ferramentas para envolver atores no desenvolvimento do Programa; planejar a atividade por meio de etapas; elaborar um diagnóstico da localidade; elaborar um prognóstico com a definição de objetivos e metas; e armazenar as informações geradas durante todo o processo de implementação do Programa. No caso específico desse módulo, a instrumentalização dos atores é percebida como essencial e fundamental para “dinamizar o planejamento, gestão de serviço, mediante otimização dos recursos tecnológicos disponíveis, visando à transformação e à modernização organizacional do turismo” (MINISTÉRIO..., 2007f, p. 26).

Esse posicionamento apresenta certa semelhança com o pensamento amadurecido pela escola da “filosofia engenheril”, elucidada por Craia (2003) durante seu percurso histórico sobre a filosofia da técnica. O predicado da abordagem engenheril consiste numa perspectiva positivista que prevê determinada evolução da sociedade humana em termos predominantemente tecnológicos, produzindo uma historicidade orientada pelas técnicas. Assim, por meio de fundamentos especulativos, os filósofos engenheiros “tentam demonstrar como o horizonte técnico implica um certo grau específico de realização do ser humano”

(CRAIA, 2003, p. 47), edificando um processo histórico da razão que o coloca no seu ponto atual de desenvolvimento.

Isto quer dizer que as manifestações técnicas acontecem a partir do homem e em torno do homem, e, por outro lado, que este campo fenomênico se dá na dinâmica de um processo histórico da razão que, em todos os casos, adquire a forma de uma evolução e não de uma simples mudança ou devir (CRAIA, 2003, p. 47).

Neste contexto, a adoção de recursos tecnológicos, como o Sistema de Informações Turísticas, faz parte do processo evolutivo daquela localidade que visa desenvolver o turismo. Não restam dúvidas que a tecnologia proposta pelo MTur possa auxiliar o planejamento e gestão da atividade, mas também não restam dúvidas sobre o desnecessário esforço de igualar todas as regiões num mesmo patamar de instrumentalização. Ora, quando o MTur oferece um Sistema de Informações para ser manipulado em todo o território nacional, ele desconsidera as diferentes habilidades e competências que existem nas regiões brasileiras, homogeneizando-as.

Sachs (2008) alerta que as diferenças de configurações socioeconômicas e culturais dos territórios, impossibilitam a aplicação de forma generalizada de estratégias uniformes de desenvolvimento. Portanto, o equívoco do MTur foi desconsiderar a heterogeneidade dos territórios e não oferecer outros caminhos, técnicas, ferramentas para, no caso desse módulo, promover a comunicação entre o trade turístico. Como enfatizado por Sampaio (2007, p. 154), faz-se “necessário resgatar a percepção (visão de mundo) das comunidades domésticas, do que elas podem promover, com seus próprios recursos e potencialidades (endogeneidade)”.

5.7 Módulo 7 – Roteirização Turística e Módulo 8 – Promoção e Apoio à Comercialização

A atividade turística pode oferecer diferentes tipos de produtos, formatados para atender objetivos específicos da iniciativa privada em resposta à demanda, e/ou de projetos públicos criados para suprir uma deficiência relativa ao desenvolvimento dos municípios turísticos, como é o caso do Programa de Regionalização do Turismo. Os módulos em questão abordam, portanto a elaboração, promoção e comercialização dos roteiros turísticos, que se constituem como o produto final do Programa. Para tanto, o produto turístico, no âmbito da regionalização, representa um conjunto de “atrativos, equipamentos e serviços turísticos acrescidos de facilidades, localizados em um ou mais municípios, ofertado de forma organizada por um determinado preço” (MINISTÉRIO..., 2007h, p. 17).

Segundo o MTur a delimitação geográfica por meio de regiões turísticas é capaz de promover a “integração, articulação intersetorial e cooperação entre os vários atores da cadeia produtiva, de maneira a ampliar e qualificar o mercado de bens e serviços turísticos, bem como promover uma melhoria na distribuição de renda na região” (MINISTÉRIO..., 2007h, p. 18). Portanto, em linhas gerais, circunscrevendo uma nova configuração territorial, o MTur buscou propor um produto turístico que, pelo menos em teoria, estruturasse melhor os municípios que desejavam inserir o turismo no conjunto de suas atividades econômicas.

5.7.1 Processual

As regiões turísticas são percebidas pelo MTur como aquele espaço geográfico que apresenta características similares, ultrapassando os limites geopolíticos preestabelecidos no país, o que possibilita a união de municípios localizados em diferentes estados. Após a identificação das regiões turísticas, inicia-se então o processo de roteirização turística, que consiste na criação de roteiros ou rotas turísticas entre tais regiões. Os roteiros turísticos representam um itinerário constituído por elementos que lhe conferem alguma identidade qualquer, já as rotas estão relacionadas a um contexto histórico ou temático específico, como é o caso da Estrada Real. Ambos podem perpassar uma ou mais regiões turísticas, bem como podem se entrecruzar em determinados pontos. A diferença maior entre as duas categorias é que o roteiro turístico é mais flexível, não há uma ordem de visitação a seguir, permitindo ao turista começar e terminar onde lhe for mais conveniente. E no caso das rotas, pressupõe-se uma sequencia lógica dos destinos a serem visitados, normalmente possui um ponto inicial e final, não sendo circular como o roteiro (MINISTÉRIO..., 2007g).

Essa estratégia de organiza o territorial em regiões, roteiros e rotas turísticas, pode ser entendida também como uma forma de controlar, organizar, orientar o fluxo de turistas num determinado território. Mas quais são os critérios que guiam a escolha dessa circunscric o territorial? De acordo com o MTur, o processo de roteiriza o possui como direcionador algumas etapas principais, são elas (MINISTÉRIO..., 2007g):

- 1) levantamento dos atrativos potenciais, suas categorias e tipologias;
- 2) análise e hierarquiza o dos atrativos levantados;
- 3) estudo das possibilidades do mercado e dos recursos disponíveis;
- 4) identifica o das voca es turísticas;

- 5) direcionamento para um segmento de demanda específico;
- 6) estruturação e transformação do roteiro em produto;
- 7) identificação das condições de viabilidade operacional do produto.

Das etapas descritas, as quatro primeiras parecem ser aquelas que estabelecem os critérios para a delimitação territorial em região, roteiro ou rota turística, pois tratam de estudos e análises das potencialidades. As potencialidades podem ser definidas como toda característica que viabiliza o desenvolvimento da atividade turística, como infraestrutura, qualidade dos serviços, acesso, e atrativos turísticos⁵⁷. O MTur sugere que, primeiramente os atrativos sejam levantados e listados, para que depois os mesmos passem por um processo de avaliação e hierarquização. Segundo o MTur, as etapas de avaliação e hierarquização dos atrativos são de suma importância, já que “permitem classificá-los a partir de seus valores específicos, bem como identificar os elementos que podem influenciar no aproveitamento turístico de cada um deles” (MINISTÉRIO..., 2007g, p. 28). Dessa forma, não são todos os atrativos identificados que farão parte de um roteiro turístico, mas somente aqueles que foram mais bem avaliados, ocupando uma posição privilegiada na escala hierárquica.

Como sugestão de metodologia, o MTur apresenta uma matriz de critérios (potencial de atratividade, grau de uso atual, representatividade, apoio local e comunitário, estado de conservação da paisagem circundante, infraestrutura, acesso) que são relacionados aos atrativos, por meio da aplicação de uma escala de valores quantitativos. Ao final, a soma de pontos obtidos permite definir um *ranking* dos atrativos. “Quanto maior o número de pontos de determinado atrativo, maior sua importância e necessidade de ser incluído nos roteiros elaborados” (MINISTÉRIO..., 2007g, 49). Significa que esse instrumento de hierarquização dos atrativos permite estabelecer prioridades para determinar a escolha dos gestores, “os atrativos que demonstram maior potencial e melhor estrutura para recepção de turistas devem ter prioridade na estruturação de roteiros. É a partir desse momento que o roteiro passa a ser um produto turístico com valor de mercado definido” (MINISTÉRIO..., 2007g, p. 29).

Além disso, o que mais essa ferramenta de hierarquização dos atrativos representa? Indica que, na verdade, o discurso do MTur em promover uma distribuição de renda igualitária e o fortalecimento da região como um todo, é em partes falacioso. Ora, se a orientação é incluir num roteiro turístico somente os atrativos consolidados, em termos de desenvolvimento territorial sustentável, que benefícios o Programa de Regionalização está

⁵⁷ O MTur (2007g, p. 27) define atrativos turísticos como todos aqueles “locais, objetos, equipamentos, pessoas, fenômenos, eventos ou manifestações capazes de motivar o deslocamento de pessoas para conhecê-los”.

trazendo para as regiões turísticas? Conectar atrativos já estruturados, deixando de fora da demarcação àqueles que apresentam, a partir de uma escala de valoração, baixo potencial turístico, reforça os já mencionados movimentos de desterritorialização e reterritorialização provocados pelas relações de poder intrínsecas a cada território. O que implica entender o Programa não como uma proposta de desenvolvimento regional, mas de simples promoção comercial daqueles municípios já reconhecidos como turísticos.

Se o próprio MTur (MINISTÉRIO..., 2007g, p. 29) afirma que a definição de potencial é relativa, “decorrente do caráter em grande parte subjetivo que cada pesquisador pode dar à atribuição de valor que confere aos atrativos”, significa que a estratégia talvez não seja apropriada e condizente com os objetivos que o Programa divulga de desenvolvimento sustentável das regiões. Seria apropriado que a etapa de elaboração do produto turístico não comprometesse, mas acompanhasse todos os valores agregados ao Programa, de desenvolvimento endógeno, de participação social, de democracia, de sustentabilidade. Neste sentido, conclui-se que a ação de direcionar o fluxo de turistas por regiões circunscritas é demasiada cuidadosa, uma vez que pode promover o enfraquecimento da proposta de inclusão daqueles municípios que ainda estão em processo de maturação da atividade turística. Demais considerações a esse respeito, são realizadas no item de problematização.

5.7.2 Problematização

Avançando na reflexão amadurecida no item anterior, a problematização dessa seção buscará explorar as possibilidades que a proposta de regionalização turística carrega, considerando alguns pensamentos de Deleuze sobre a política.

Segundo Hayden (1997), a noção de micropolítica de Deleuze pode ser deslocada às recorrentes discussões sobre a crise ecológica, contribuindo com o amadurecimento de uma política ecológica que considere as especificidades de cada biorregião. Para Deleuze, os agenciamentos formados entre os elementos num determinado ambiente constroem biorregiões com características específicas e singulares. Dessa forma, quando problemas e conflitos são gerados nesses meios, faz-se necessário um ativismo político que, afastando-se de abstrações universalizadas, estude cuidadosamente as necessidades específicas da biorregião para criar alternativas possíveis dentro de cada situação localizada. Isso significa que todo ambiente exige modos de intervenção específicos, definidos em termos de problemas, conflitos e necessidades específicas.

Tal entendimento permite identificar a proposta do MTur de regionalização turística como um caminho que de fato poderia proporcionar melhores condições de gestão, quando territórios com análogas especificidades são agrupados. No entanto, essa organização territorial em regiões turísticas, só pode favorecer o desenvolvimento dos municípios, à medida que todo o processo de planejamento e gestão considere as especificidades territoriais, adequando a elas, a busca por solução de problemas e conflitos. O que não significa um impedimento da formação de alianças entre as diferentes regiões e movimentos políticos. Na verdade o que se apresenta é a condição para cooperar sem a necessidade de assimilá-los em uma estrutura organizacional mais centralizada (HAYDEN, 1997).

Ademais, Hayden (1997) afirma que para Deleuze, cada política é simultaneamente uma micropolítica e uma macropolítica. Sistemas e organizações complexas são indubitavelmente constituídos pelas interseções de múltiplos menores, condições e práticas locais, que por sua vez, são eles mesmos afetados pelas influências e atividades das instituições macropolíticas. Todavia, apesar dessa relação direta entre as esferas micro e macro, é preciso ficar claro que as reformas só acontecem de baixo para cima, por meio da criativa proliferação de novos sistemas de valores, formas alternativas de subjetividade, inovadas relações e alianças entre humanos e não humanos (HAYDEN, 1997).

Por isso, as considerações da presente seção, reforçaram que ao mesmo tempo em que o Programa de Regionalização oportuniza uma forma mais eficiente de gestão, promovendo a cooperação entre municípios de territórios similares, pode também reforçar uma estrutura organizacional centralizada. Quando o Programa apresenta suas técnicas de planejamento e ordenamento da regionalização turística como apropriadas às várias biorregiões existentes no território nacional.

5.7.3 Técnica

Visto que, primeiramente o MTur sugere que sejam identificados e avaliados os atrativos para formatar os roteiros turísticos, o segundo passo da regionalização turística é a preparação desses produtos para potencial comercialização. Processo que não está mais diretamente relacionado com a oferta, mas agora se aproxima com intensidade da demanda.

No momento em que o MTur (MINISTÉRIO..., 2007h, p. 23) afirma que o processo de compra de qualquer produto “inicia-se quando o indivíduo reconhece que tem uma necessidade e parte em busca de uma solução para satisfazê-la”, reconhece-se a dependência

da formatação do produto turístico com os desejos da demanda. Dando início ao que o MTur sugere como segmentação turística, que trata do reconhecimento da vasta diversidade que engloba a demanda. Há quem prefira viajar em meio à natureza ou em grandes centros urbanos; com a família ou sozinho; praticando esportes radicais ou visitando patrimônios históricos; se hospedando em um resort ou em um camping; utilizando transporte coletivo ou particular. Portanto, esses vários desejos são identificados para que os produtos – verdadeiros quebra-cabeças formados pela combinação de serviços e atrativos, atendam o máximo possível às expectativas da demanda.

O estudo qualificado sobre a demanda, para buscar conhecer quais são os possíveis perfis de turista, que desejos eles carregam, já foi tão especulado que existe inclusive uma forma de classificar o turista de acordo com critérios psicológicos. Como exemplo, o MTur apresenta o estudo realizado por Plog (1991) que distingue os turistas em dois grupos principais: os psicocentricos e os alocentricos. Independentemente se essa classificação é a mais adequada ou não, para o MTur, conhecer a demanda pode auxiliar na adequação do produto no mercado turístico. O qual é definido como o “encontro e a relação entre a oferta de produtos e serviços turísticos e a demanda, individual ou coletiva, interessada e motivada pelo consumo e uso destes produtos e serviços” (MINISTÉRIO..., 2007h, p. 16).

Outro elemento importante do mercado turístico é o marketing, que representa um conjunto de técnicas que integra a cadeia produtiva do turismo, apresentando uma “finalidade eminentemente mercadológica, ou seja, visa à organização e estruturação do mercado de produtos e serviços turísticos” (MINISTÉRIO..., 2007g, p. 18). Segundo o MTur, o momento de compra é estimulado por perguntas que o consumidor faz a si mesmo, como: para onde ir, quanto gastar, por que ir, como ir, o que trazer, onde se instalar. Portanto, é de responsabilidade daquele que comercializa o produto turístico “adotar as medidas adequadas para sanar as dúvidas do cliente, adaptando o marketing, até a decisão final, através de uma estratégia que estimule desejos e necessidades, segundo o segmento de compra que pretenda atrair” (MINISTÉRIO..., 2007h, p. 25).

Com base em tudo que foi exposto sobre o módulo de roteirização turística, é possível perceber como é meticuloso e complexo o processo de desenvolvimento dos produtos turísticos. Que assume um caráter ainda mais diferenciado, quando se é dado conta que esse produto é consumido sob a forma de experiência, diferentemente dos produtos provenientes da maioria dos setores econômicos. O MTur delimita algumas especificidades do produto turístico, à saber: i) no turismo o produto é consumido no mesmo local em que é produzido; ii) o consumidor não pode comprar o produto turístico, por exemplo, numa loja

física ou virtual para recebê-lo em casa, ele precisa se deslocar para consumir a experiência turística; iii) não é possível “testar” o produto antes de consumir e uma vez consumido, não é possível devolvê-lo; iv) não é possível armazenar ou transportar o produto turístico.

Além dessas peculiaridades pertinentes ao produto turístico, a principal de todas é a dependência que existe entre os bens e serviços oferecidos pelo turismo. A experiência turística não pressupõe somente a visita a um atrativo específico, mas prevê também um conjunto de serviços que garantam o deslocamento, a hospedagem e a alimentação do consumidor. De acordo com o MTur (MINISTÉRIO..., 2007h, p. 17), já que o produto turístico se constitui de produtos e serviços variados, “a ausência de um deles poderá inviabilizar a experiência vivida pelo turista”.

Neste momento, com todos os elementos colocados anteriormente, faz-se pertinente expor um entendimento que ainda não havia sido amadurecido na pesquisa, pois só agora fica evidente sua necessária exposição. Trata da ampliação da noção de técnica atrelada à produção de bens materiais. De acordo com Craia⁵⁸ (2014), a técnica vai além de um simples conjunto de ações sistematizadas para resultar em produtos materiais, a técnica, na verdade, produz tudo aquilo que faz sentido para a sociedade. Ora quando o MTur afirma que o produto turístico é consumido sob a forma de experiência, o que é o turismo senão um conjunto de técnicas para produzir, por exemplo, experiências de lazer? E o lazer, por sua vez, não seria um conjunto de técnicas para preencher o tempo livre sem ociosidade? Tal perspectiva permite pensar a técnica como aquilo que objetiva a produção de bens materiais, bem como a produção de experiências, do lazer, do bem-estar e da felicidade (CRAIA, 2014).

Portanto, essa seção que finaliza a análise do Programa de Regionalização do Turismo, encerra suas considerações com o reconhecimento do turismo como um conjunto de técnicas, cuidadosamente ajustadas entre si para promover experiências. E com o reconhecimento da regionalização do turismo, como um conjunto de técnicas combinadas sob os princípios da cooperação, descentralização e participação social, para promover o desenvolvimento sustentável dos territórios turísticos. O resultado de cada conjunto de técnicas vai depender das intenções que carregam, se é a produção de novas relações, novas formas de interações, ou se é reforçar as estruturas que não visualizam problematizar, mas sim conservar encontros enfraquecedores entre o homem e o meio.

⁵⁸ Em aula concedida no início do semestre de 2014 na semana inaugural do Departamento de Pós-graduação em Tecnologia da UTFPR.

5.8 Síntese dos resultados

Os critérios definidos e expostos no item 4.3 – Técnicas de análise, contribuíram para analisar os documentos referente à operacionalização do Programa de Regionalização do Turismo, do Ministério do Turismo. Todavia, no decorrer da análise, foi possível extrapolar os critérios iniciais e verificar mais possibilidades de alinhamentos à literatura consultada. De forma a sintetizar os resultados obtidos, o quadro 7 foi elaborado com o intuito de compilar e apresentar de maneira geral, quais as aderências e não aderências dos módulos operacionais do Programa de Regionalização do Turismo aos aspectos elencados.

Aspectos	Aderente	Não aderente
Processual	<ul style="list-style-type: none"> - Existência do reconhecimento do turismo como um fluxo que percorre os territórios provocando movimentos de territorialização e desterritorialização. - Existência da identificação da sustentabilidade como um modelo flexível, adaptado aos estímulos externos e que demanda uma escala de prioridades. 	<ul style="list-style-type: none"> - Existência de uma visão reducionista da sustentabilidade como durável. Adjetivo este, que enfraquece a possibilidade do tema de permanecer em constante adaptação. - Inexistência da reflexão que considera a conservação cultural e ambiental como riscos que podem congelar os territórios, não prevendo seus devires. - Inexistência de um mapeamento dos fluxos possíveis que percorrem os territórios para compor a análise situacional. Esta etapa necessária à elaboração do Plano Estratégico acaba ficando restrita ao levantamento de características físicas e estruturais dos territórios.
Problematização	<ul style="list-style-type: none"> - Existência do reconhecimento de que a sustentabilidade sugere uma retomada e/ou construção de valores éticos, para melhor orientar as relações entre o homem e o meio. - Existência de estímulo à participação, ao envolvimento de atores representativos de diferentes segmentos sociais e regiões nos processos de tomada de decisão. Fato que por si só pode desencadear um processo de problematização, desde que seja estimulado. 	<ul style="list-style-type: none"> - Existência de uma visão utilitarista de sustentabilidade quando é argumentada a necessidade de se conservar patrimônios naturais e culturais, exclusivamente para a manutenção da atividade turística que os tem como recursos. - Inexistência de capacitação do mobilizador para desempenhar funções mais criativas, que carrega como simples objetivo o de controlar as reuniões entre os atores regionais, inibindo controvérsias em relação ao Programa de Regionalização. - Inexistência de capacitação da Instância de Regionalização para elaborar criticamente e criativamente as metas e objetivos do Plano Estratégico.
Técnicas	<ul style="list-style-type: none"> - Existência do estímulo à formação de Instâncias Regionais, que pode aproximar as decisões tomadas das necessidades territoriais. - Existência de um modelo de desenvolvimento regional que, por meio de princípios de cooperação, permite o agrupamento de regiões similares, favorecendo o desenvolvimento das mesmas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Inexistência de uma reflexão crítica em relação ao uso dos indicadores, já que os mesmos podem gerar resultados que não venham a ser interpretados como problemáticos. - Inexistência de estímulos e capacitação à criação de técnicas próprias de planejamento. - Existência de uma visão que desconsidera as diferentes realidades dos territórios, propondo que aja um nivelamento instrumental, já que é apresentado um único conjunto de técnicas a ser aplicado por todas as regiões do país.

Quadro 7 – Síntese dos resultados.**Fonte: Autoria própria.**

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa é encerrada com a sensação de cumprimento dos objetivos propostos. Primeiramente, foi idealizado promover um alinhamento entre a sustentabilidade, tema de visibilidade recorrente que busca orientar o desenvolvimento das sociedades por novas relações entre os sistemas ambientais e sociais, e agenciamento, conceito formulado por Deleuze e Guattari, que ganham cada vez mais destaque em diversas áreas do conhecimento. Conforme a estrutura rizomática que move o pensamento dos filósofos, a maior dificuldade encontrada nesse fazer foi estabelecer um recorte entre as possibilidades que surgiam à medida que o entendimento sobre o conceito ia sendo amadurecido. Agenciamento não é só agenciamento, é também rizoma, nomadologia, devires, territórios, desterritorialização, territorialização, diferença, problematização. Cada um desses conceitos que agenciam com o próprio conceito de agenciamento apresenta uma infinidade de caminhos para pensar a sustentabilidade, demandando um paradoxal esforço de delimitação.

Semelhante esforço foi demandado no cumprimento do segundo objetivo, que também contou com o extremo cuidado de não se perder nas possibilidades descortinadas pelo conceito de agenciamento. Delimitar aspectos do alinhamento entre sustentabilidade e agenciamento, para serem submetidos em posterior análise nos documentos pertinentes ao desenvolvimento do turismo nacional, exigiu uma delimitação clara, para garantir posterior aplicabilidade. Ademais, faz-se pertinente destacar que os aspectos *processual*, *problematização* e *técnica*, foram, naquele momento da pesquisa, os que melhores apresentavam oportunidades de análise. No entanto, é possível que existam outros, que passaram despercebidos ou que não contaram com o amadurecimento necessário para serem explorados.

Por fim, analisar o material do Programa de Regionalização do Turismo, sob a perspectiva dos aspectos encontrados na etapa de diálogos entre sustentabilidade e agenciamento, permitiu olhar de forma especial para a proposta de regionalização do turismo. A análise dos aspectos ressaltou elementos importantes sobre o Programa, e suas implicações para o desenvolvimento do turismo. Até o presente momento, não é possível duvidar que o agrupamento de territórios similares, facilita, por meio da cooperação, o fortalecimento de regiões. Mesmo que a literatura consultada de Deleuze e Guattari não aponte qual é o caminho para promover o exercício da *problematização*, a presente pesquisa considera que a ação de reunir atores de heterogêneos segmentos sociais e regiões, pode favorecer a colocação de problemas. Uma vez que confrontar questões, valores e prioridades particulares com

objetivos alheios, demanda um posicionamento diferente. Contudo, ainda assim, se faz necessário elaborar uma estratégia para que esses encontros sejam cada vez mais criativos, a fim de encontrar um novo modo de olhar para o desenvolvimento.

Sumariamente, a busca por aderências nos documentos aos aspectos fez perceber que o MTur utiliza de maneira contraditória alguns entendimentos relacionados ao tema da sustentabilidade. Por um lado, considera a importância de adquirir ou retomar valores éticos para construir novos modelos de desenvolvimento, em outra via, reforça um caráter utilitarista da própria sustentabilidade para promover a atividade do turismo. De forma semelhante, acontece com o discurso de conservação atrelado principalmente às dimensões cultural e ambiental, que pode legitimar a noção de que o desenvolvimento sustentável representa a durabilidade, o congelamento de um conjunto de recursos, sejam eles materiais ou imateriais.

Portanto, a fim de buscar coerência com os preceitos de sustentabilidade e consequente aderência aos aspectos analisados, o MTur poderia ter estimulado uma reflexão crítica, principalmente em relação ao tema da preservação cultural. Para que o discurso de resgate cultural não cause um impedimento à entrada de novas identidades, novos valores na localidade. Ao contrário, que as políticas de planejamento turístico estejam preparadas para acompanhar a dinamicidade do território, aproveitando as novas identidades que forem surgindo para criar oportunidades de negócios.

Durante a análise, também foi constatado que a proposta de regionalização pode apresentar melhores resultados, caso os métodos empregados considerem a possibilidade de, ao invés de apontar detalhadamente o caminho por onde as regiões devem seguir, oportunizar um planejamento e gestão mais criativos. Pelos quais não haja necessidade de um nivelamento de conhecimento ou de instrumentalização para que todas as regiões apliquem, por exemplo, um processo meticuloso de elaboração do Plano Estratégico. Mas, ao contrário, explorar o conhecimento tácito das comunidades para criar novos métodos de desenvolver o turismo de forma regionalizada.

Se a eficácia do desenvolvimento do turismo depende de algum modo do processo de planejamento, uma possível solução para garantir a implementação desse processo, seria realmente aproveitar elementos pertinentes à cultura local para transformá-los em competências de gestão. A comunidade elaborando seus próprios instrumentos técnicos de planejamento. Obviamente que tal medida implicaria em uma grande mudança estrutural administrativa, como uma burocratização diferenciada do procedimento atual de submissão de projetos a edital de financiamento e formação de parcerias, que pode ser demasiado obscuro e complexo para determinadas regiões. Contudo, mesmo que para o MTur seja mais fácil e

prático a formatação de um único modelo que apresente os mesmos procedimentos metodológicos para todo o território nacional, se fosse permitida à comunidade a oportunidade de criar seu próprio método de desenvolvimento turístico, talvez a dimensão política não se sobrepusesse com tanta ênfase à dimensão técnica de planejamento.

Apesar de não se constituir como um dos objetivos da pesquisa, impossível passar despercebida a relação entre turismo e agenciamento. Ora o que representa o turismo senão um agenciado conjunto de elementos que se configuram e desconfiguram permanentemente? Ou uma magnífica técnica que agencia elementos para produzir experiências? O sistema turístico é composto por um constante ordenamento de agenciamentos entre turistas, moradores, gestores, territórios, empreendedores, atrativos, serviços e diversos outros elementos que escapam a qualquer tipo de controle. Impossível controlar com precisão o fluxo de turistas, de serviços, de estruturas, de desejos e experiências que movem a atividade turística.

Reflexão que sugere um encaminhamento dos resultados da pesquisa para melhor explorar essa característica fugidia do turismo, bem como demais estudos futuros que complementem os caminhos percorridos durante a pesquisa. Surgem algumas possibilidades: i) mapear os fluxos turísticos que passam num determinado território, buscando compreender como eles se relacionam, se afetam, e quais suas implicações para o planejamento da atividade; ii) identificar as técnicas utilizadas para o desenvolvimento do turismo, regional ou local, localizando-as temporalmente e espacialmente a fim de diagnosticar suas aderências ao território que as utiliza; e iii) apropriar de demais conceitos filosóficos elaborados por Deleuze e Guattari para aprofundar na reflexão sobre sustentabilidade e na busca por um novo modelo de desenvolvimento.

Em relação às limitações da pesquisa, as mesmas estão intimamente relacionadas à análise dos aspectos *processual*, *problematização* e *técnica* num determinado território engajado no desenvolvimento da atividade turística. Identificar e analisar tais aspectos num contexto real, que conta com especificidades próprias não relatadas pelos documentos analisados, seria uma forma de amadurecer ainda mais a correlação entre sustentabilidade e agenciamento. E quem sabe encontrar novos caminhos para um processo de planejamento e gestão que estimulem à adoção de técnicas inovativas e criativas, adaptadas às peculiaridades do seu próprio território. Haja vista a limitação exposta, a possibilidade de aplicar os aspectos identificados nesta pesquisa em territórios turísticos, acaba por ficar também como uma proposta de trabalhos futuros.

Finalmente, a pesquisadora encerra seu trabalho reconhecendo o mesmo que muitos autores reconheceram após agenciar com Deleuze. Ninguém melhor que o filósofo para provocar uma transformação do pensamento, de uma simples função re-cognitiva, para uma função criadora, pela qual é possível fazer emergir novos valores, reinventando a existência. Estímulos que são preciosos a todas as áreas do conhecimento, e porque não à sustentabilidade também? Sustentabilidade que, na concepção da pesquisadora, foi amadurecida para um movimento que exige essa transformação do pensamento, porque do contrário seria possível conceber um novo modelo de desenvolvimento? Nas palavras de Deleuze, é preciso que uma força coloque o pequeno mundo interior das pessoas em movimento, é preciso algo que as force a pensar.

REFERÊNCIAS

ACERENZA, M. A. **Administración del turismo: concepción y organización**. 4 ed. México: Trilhas, 1992.

ALBUQUERQUE, Hugo. Os quarenta anos do anti-édipo, política, desejo e (sub) Deleuze-Guattarianismo. **Revista Lugar Comum**, Rio de Janeiro, n. 37-38, 2012, p. 131-142. Disponível em: < <http://uninomade.net/lugarcomum/37-38/>>. Acesso em: 12 jan. 2013.

ALMEIDA, Maria G. A sedução do turismo no espaço rural: das naturezas e políticas. In: SANTOS, E. O.; SOUZA, M. (Orgs.). **Teoria e prática do turismo no espaço rural**. Barueri: Manole, 2010, p. 33-46.

BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARRETO, Margaritta. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 17ª ed. Campinas: Papirus, 2008.

BENI, Mário C. **Análise estrutural do turismo**. 13ª Ed. São Paulo: Senac, 2008.

_____. **Política e Planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

BRASIL. **Plano nacional do turismo 2007/2010**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2007. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/plano_nacional/>. Acesso em 10 out. 2012.

_____. **Avaliação do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: Resumo Executivo**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Livro_Regionalizaxo.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2014.

_____. **Programa de Regionalização do Turismo: Diretrizes**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2013. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/cadernos_publicacoes/00Programa_de_Regionalizacao_do_Turismo.html>. Acesso em: 15 jul. 2013.

_____. **Programa de Regionalização do Turismo: Módulo Operacional 1 – Sensibilização**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2007a. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/cadernos_publicacoes/07modulom_operacionais.html>. Acesso em: 20 ago. 2013.

_____. **Programa de Regionalização do Turismo: Módulo Operacional 2 – Mobilização**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2007b. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/cadernos_publicacoes/07modulom_operacionais.html>. Acesso em: 20 ago. 2013.

_____. **Programa de Regionalização do Turismo: Módulo Operacional 3 – Institucionalização de Instância de Governança Regional**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2007c. Disponível em:

<http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/cadernos_publicacoes/07modulom_operacionais.html>. Acesso em: 20 ago. 2013.

_____. **Programa de Regionalização do Turismo:** Módulo Operacional 4 – Elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2007d. Disponível em:

<http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/cadernos_publicacoes/07modulom_operacionais.html>. Acesso em: 20 ago. 2013.

_____. **Programa de Regionalização do Turismo:** Módulo Operacional 5 – Implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2007e. Disponível em:

<http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/cadernos_publicacoes/07modulom_operacionais.html>. Acesso em: 20 ago. 2013.

_____. **Programa de Regionalização do Turismo:** Módulo Operacional 6 – Sistema de Informações Turísticas do Programa. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2007f. Disponível em:

<http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/cadernos_publicacoes/07modulom_operacionais.html>. Acesso em: 20 ago. 2013.

_____. **Programa de Regionalização do Turismo:** Módulo Operacional 7 – Roteirização Turística. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2007g. Disponível em:

<http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/cadernos_publicacoes/07modulom_operacionais.html>. Acesso em: 25 ago. 2013.

_____. **Programa de Regionalização do Turismo:** Módulo Operacional 8 – Promoção e Apoio à Comercialização. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2007h. Disponível em:

<http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/cadernos_publicacoes/07modulom_operacionais.html>. Acesso em: 28 ago. 2013.

_____. **Programa de Regionalização do Turismo:** Módulo Operacional 9 – Monitoria e Avaliação do Turismo. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2007i. Disponível em:

<http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/cadernos_publicacoes/07modulom_operacionais.html>. Acesso em: 30 ago. 2013.

_____. **Programa de Regionalização do Turismo:** Conteúdo Fundamental – Turismo e Sustentabilidade. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2007j. Disponível em:

<http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/cadernos_publicacoes/07modulom_operacionais.html>. Acesso em: 05 set. 2013.

_____. **Programa de Regionalização do Turismo:** Introdução à regionalização do Turismo. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2007k. Disponível em:

<http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/cadernos_publicacoes/07modulom_operacionais.html>. Acesso em: 10 set. 2013.

BRASIL. O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável. Rio de Janeiro: Ministério do Meio Ambiente, 2012. Disponível em:

<<http://www.mma.gov.br/publicacoes>>. Acesso em: 02 mai. 2013.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é e o que não é**. Petrópolis: Vozes, 2012.

BOULLÓN, Roberto C. **Planejamento do espaço turístico**. 3 ed. Tradução: Josely Vianna Baptista. Bauru: EDUSC, 2002.

BUARQUE, Sergio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. 4 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

CANDIOTTO, Luciano Z. P. **Turismo rural na agricultura familiar: uma abordagem geográfica do Circuito Italiano de Turismo Rural, município de Colombo - PR**. Tese. (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em: <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PGCN0323-T.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2012.

_____. **Circuito Italiano de turismo rural Colombo – PR: gênese, desenvolvimento e implicações socioespaciais**. Cascavel: Edunioeste, 2010.

_____. **Considerações sobre o conceito de turismo sustentável**. Revista Formação. Programa de Pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, São Paulo, n 16, v 01, p. 48-59, 2009. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/861>. Acessado em: 09 maio 2012.

CORIOLO, Luiza N. M. T. Turismo: prática social de apropriação e de dominação de territórios. In: LEMOS, Amalia I. G. de; ARROYO, Mónica; SILVEIRA, María L. (Orgs.). **América Latina: cidade, campo e turismo**. São Paulo: CLACSO, 2006, p. 367-378.

CRAIA, Eladio C. P. **Gilles Deleuze e a questão da técnica**. Tese. (Doutorado em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000302101>>. Acesso em: 25 mar. 2014.

CRUZ, Rita de C. **Política de turismo e território**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2001.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: ATLAS, 2003.

DELANDA, Manuel. **The philosophy of Gilles Deleuze**. [s.l.]: The European graduate school, 2007. 5 vídeos (47 min). Disponível em: <<http://www.egs.edu/faculty/manuel-delanda/videos/the-philosophy-of-gilles-deleuze/>>. Acesso em: 14 out. 2012.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos**. Tradução: Eloísa Araújo Ribeiro. São Paulo: Escuta, 1998.

DELEUZE, Gilles. **O abecedário de Gilles Deleuze**. [s.l.]: [s.n.], 1988. 1 vídeos (160 min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Bkvqrta5mnw>>. Acesso em: 23 nov. 2012.

DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Félix. **O que é filosofia?** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

_____. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**, Vol. 5. 2 ed. São Paulo: Ed. 34, 2012.

DIEGUES, Antonio C. S. **Ecologia humana e planejamento em áreas costeiras**. 2 ed. São Paulo: NUPAUB/USP, 2001.

FEENBERG, Andrew. Critical Theory of Technology: An Overview. **Tailoring Biotechnologies**. Vol. 1, Issue 1, p. 47-64, Winter 2005. Trad. equipe de tradutores do Colóquio Internacional “Teoria Crítica e Educação”. Unimep, Ufscar, Unesp. Disponível em: <<http://www.sfu.ca/~andrewf/critport.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

FERREIRA, Aurélio B. de H. **Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 4 ed. Curitiba: Positivo, 2009.

FLORIT, Luciano F. Os paradoxos das políticas de sustentabilidade. **Revista Antropolítica**, Niterói, n 7, p. 41-56, 2 sem., 1999. Disponível em: www.uff.br/antropolitica/revistasantropoliticas/revista_antropolitica_07.pdf. Acesso em: 15 out. 2012.

GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, Pedro M. S. **As noções Deleuzo-Guattarianas de Território e Agenciamento a partir de 1837 – A Lengalenga**. Lisboa: [s.n], 2008. Disponível em: <http://www.academia.edu/352591/As_nocoos_deleuzo-guattarianas_de_territorio_e_agenciamento_a_partir_de_1837_-_a_lengalenga_>. Acesso em: 10 jan. 2013.

HAESBAERT, Rogério. BRUCE, Glauco. A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari. **Revista GEOgraphia** 7, 2002.

HALL, Colin M. **Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos**. Tradução: Edite Sciulli. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2004.

HARDI, P. ZDAN, T. **Assessing sustainable development: principles in practice**. Winnipeg: International Institute for Sustainable Development, 1997.

HAYDEN, Patrick. Gilles Deleuze and Naturalism: a convergence with ecological theory and politics. **Environmental Ethics**, Center for Environmental Philosophy, University of North Texas, v. 19, Issue 2, p. 185-204, summer 1997. Disponível em: <http://www.pdcnet.org/pdc/bvdb.nsf/purchase?openform&fp=enviroethics&id=enviroethics_1997_0019_0002_0185_0204>. Acesso em: 10 mar. 2014.

HUET, Frédéric. Du territoire productif au territoire apprenant: une dynamique d’agencement. **Revista Tecnologia e Sociedade**, Curitiba, v. 1, n. 12, p. 5-13, 2011.

KASTRUP, Virgínia. Aprendizagem, arte e invenção. **Revista Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 6, n.1, p. 17-27, jan/jun. 2001. Disponível em: <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PGCN0323-T.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2012.

KNAFOU, Remy. Turismo e território. Para um enfoque científico do turismo. In: RODRIGUES, Adyr. (Org.). **Revista Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. 3 ed. São Paulo: HUCITEC, 2001, p. 62-75.

MANTOVANELI JR., Oklinger; SAMPAIO, Carlos A. C. Sustentabilidade política e administrativa: contribuições para a reformulação da agenda para o ecodesenvolvimento. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 3-21, mai.-ago. 2007. Disponível em: <<http://www.revistargsa.org/rgsa/article/view/20>>. Acesso em: 04 out. 2013.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MOLINA, Sergio. **Turismo: metodologia e planejamento**. Tradução: Carlos Valero. Bauru: EDUSC, 2005.

MOLINA, Sergio. RODRÍGUEZ, Sergio. **Planejamento integral do turismo**. Tradução: Carlos Valero. Bauru: EDUSC, 2001.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Relatório Anual 2012**. OMT: Madri, 2013. Disponível em: <http://dtxq4w60xqpw.cloudfront.net/sites/all/files/pdf/annual_report_2012.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2013.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO. **Entender el turismo**: Glosario Básico. OMT, 2014. Disponível em: <<http://media.unwto.org/en/content/understanding-tourism-basic-glossary>>. Acesso em: 29 maio 2014.

PRIBERAM. **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa**. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/>>. Acesso em: 02 mai. 2013.

QUEIROZ, Lúcia M. A. de. Turismo e território: da reflexão teórica à análise de modelos de gestão turística em cidades selecionadas. In: _____. **A gestão pública e a competitividade de cidades turísticas**: a experiência da cidade de Salvador. Tese (Doutorado em Planificação Territorial e Desenvolvimento Regional). Barcelona: Universidade de Barcelona, 2005. p. 157-240.

RODRIGUES, Apolónia; RODRIGUES, Áurea. Turismo e inovação em espaços rurais: estudo de casa da rede europeia de turismo de aldeia. **Revista Turismo em Análise**, São Paulo, v.20, n.1, abril. 2009. Disponível em: <<http://turismoemanalise.org.br/turismoemanalise/article/view/35>>. Acesso em: 14 jan.2013.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

_____. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

_____. **Estratégias de transição para o século XXI**: Desenvolvimento e meio ambiente. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

_____. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.

SAMPAIO, Carlos A. C. et al. Planejamento e Gestão de Turismo Comunitário Sustentável: Metodologias PEC & SiGOS. In: PHILIPPI JUNIOR, Arlindo; RUSCHMANN, Doris

(Orgs.). **Gestão ambiental e sustentabilidade no Turismo**. 1 ed. Barueri: Manole, 2010, v. 1, p. 151-171.

SAMPAIO, Carlos A. C. Turismo como Fenômeno Humano: princípios para pensar a ecossocioeconomia do turismo e sua prática sob a denominação turismo comunitário. **Revista Turismo em Análise**, São Paulo, v. 18, n° 2, p. 148-165, nov. 2007. Disponível em: <<http://www.turismoemanalise.org.br/turismoemanalise/issue/view/26/showToc>>. Acesso em: 10 mai. 2014.

SAMPAIO, Shaula M. V. de. GUIMARÃES, Leandro B. O dispositivo da sustentabilidade: pedagogias no contemporâneo. **Revista Perspectiva**, Florianópolis, v. 30, n° 2, p. 395-409, maio/ago, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2012v30n2p395>>. Acesso em: 24 jan. 2014.

SCHÖPKE, Regina. **Por uma filosofia da diferença**: Gilles Deleuze, o pensador nômade. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Edusp, 2004.

SILVA, Christian L. da. Proposta de um modelo de monitoramento e avaliação do desenvolvimento sustentável. In: SILVA, Christian L. da (Org.). **Desenvolvimento sustentável**: um modelo analítico integrado e adaptativo. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 15-28.

SOLHA, Karina T. Papel do poder público para o turismo sustentável. In: PHILIPPI JUNIOR, Arlindo; RUSCHMANN, Doris (Orgs.). **Gestão ambiental e sustentabilidade no Turismo**. 1 ed. Barueri: Manole, 2010, v. 1, p. 31-44.

SOUZA, Marcelo L. O planejamento e a gestão das cidades em uma perspectiva autonomista. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano V, n° 8, p. 67-100, jan/jun, 2000. Disponível em: <http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/08_4_MarcLopes.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2013.

_____. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C. C.; CORRÊA, Roberto L. (Org.) **Geografia**: conceitos e temas. RJ: Bertrand Brasil, 2009, p. 77 – 116.

TULIK, Olga. Turismo e desenvolvimento no espaço rural: abordagens conceituais e tipologias. In: SANTOS, E. O.; SOUZA, M. (Orgs.). **Teoria e prática do turismo no espaço rural**. Barueri: Manole, 2010, p. 2-22.

ULPIANO, Cláudio. **Pensamento e liberdade em Espinoza**. [s.l.]: Centro de Estudos Claudio Ulpiano, 1988. 1 vídeo (110 min). Disponível em: http://claudioulpiano.org.br.s87743.gridserver.com/?page_id=567. Acesso em: 09 ago. 2012.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Programa de Pós-graduação em Tecnologia**. Disponível em: <<http://www.utfpr.edu.br/curitiba/estrutura-universitaria/diretorias/dirppg/programas/ppgte/areas-pesquisa/tecnologia-e-desenvolvimento>>. Acesso em: 30 jun. 2012.

VALE, Gláucia M. V. Reinventando o espaço para a construção de territórios competitivos – Experiências do Sebrae em Minas Gerais. In: LAJES, Vinícius; BRAGA, Christiano;

MORELLI, Gustavo (Orgs.). **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Brasília: SEBRAE, 2004, p. 301-323.

VERA REBOLLO, José F. BAIDAL, Josep A. I. **Measuring sustainability in a mass tourist destination**: pressures, perceptions and policy responses in Torrevieja, Spain. *Journal of Sustainable Tourism*, Vol. 11, Issue 2-3, 2003, p. 181-203. Disponível em: <<http://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/12393/4/jostvera-ivars.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2014.

VERA REBOLLO, José F. **Análisis territorial del turismo**: una nueva geografía del turismo. Barcelona: Ariel, 1997.